

PROFESSOR RAUL GOMES

**LIVRE DOCENTE DE ECONOMIA POLITICA NA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DO PARANA**

Caminhos da Paz

Maior produção

e

Melhor distribuição

TESE DE CONCURSO

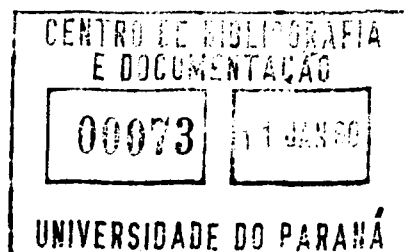
**PARA CANDIDATO À CADEIRA DE ECONOMIA POLITICA
DA FACULDADE DE DIREITO DO PARANÁ**

CURITIBA

1948

BC/HUFPR - MEMORIA DA UNIVERSIDADE F. DO PARANA
AUTOR
R\$ 10.00 - Doacao
Termo No. 348/03 Registro:350,634
18/11/2003

UFPR - Sistema de Bibliotecas



Si l'instabilité et le chômage semblent les grands problèmes d'un capitalisme vieillissant, ce ne sont toute-fois pas les causes principales de l'horrible pauvreté où gémît une grande partie de l'humanité. Si les deux tiers de l'humanité et peut-être davantage son condamnés à ne pas manger à leur faim c'est le manque complet de productivité du travail humaine plus que le chômage, qui en sont responsables (Kenneth E. Boulding, professeur da Universidade de Iowa, Estados Unidos, "Economic de Paix", Librairie des Medicis, Paris, 1946, pag. 6).

Outro grande erro é o de se pensar que, dividindo-se o que pertence aos ricos, se fazem menos pobres todos os pobres. E' preciso programa tal que planeje a produção, que a corrija, que a eleve e que a distribua melhor. Porque está provado que, mesmo o país mais rico do mundo, — neste momento os Estados Unidos, — não tem renda nacional suficiente para todos. (Pontes de Miranda, "Democracia, Liberdade, Igualdade", Jose Olimpio, Rio, 1945, pag. 574.

E absolutamente não haverá entre vós pobre algum nem mendigo, para que o Senhor teu Deus te abençoe na terra de que ele está para te dar a posse.

Tu emprestarás a muitos povos: E de ninguém receberás empréstimos.

Não faltarão pobres na terra que has de habitar; por isso eu te ordeno que abras a mão para teu irmão necessitado e pobre, que vive contigo no mesmo país. (Bíblia, Deuteronomio, XV, 4,6,11).

Aos professores da Faculdade de Direito do Paraná, a cujo magnífico exemplo devo, em grande parte, a resolução de ingressar no corpo docente dessa escola.

Antigos ou novos — todos competiram e competem em elevá-la, em fazê-la cada vez mais eficiente na sua obra de preparação dos futuros militantes da justiça e das atividades públicas em nossa terra.

A êles êste modesto, porém, sincero preito.

Ao mestre e amigo

Professor Francisco R. de Azevedo Macedo

Presente em todas as fases dêste meu trabalho, mercê de sua bondade, me franqueando a sua biblioteca, ouvindo-me os planos, fazendo-me amistosas advertências, assistindo-me nos instantes de desânimo, cheio de paciência diante de minhas impulsividades e revoltas — nunca resgatarei minha dívida para com êle. Rendo-lhe aqui um preito de infinita gratidão.

Creio, porém, constitua esta uma forma duradoira de meu reconhecimento e a torno pública com a sinceridade peculiar ao meu temperamento.

À minha incomparável Carmen — sem cujo estímulo permanente nunca me aventuraria a esta temerária empresa.

A meus filhos — Glicera, Danilo, Raulzinho e Thais e Carminha.

A meus netos — Regina e Hélio.

Curityba, outubro de 1948.

PREFÁCIO

À luz deste exame as doutrinas e os sistemas nos aparecerão como mitos ou sonhos que se esvanecem ao contacto da realidade. Porém esses mitos e esses sonhos são capazes de produzir muito mal às batalhas em prol de idéias e às lutas sociais que eles engendram. Nada se parece mais com uma usina que outra usina, a um campo que outro campo, quer esses campos e essas usinas sejam batizados com o epíteto comunista, nacional-socialista ou corporativo. A vida que neles se vive, a sua organização, são dirigidas por necessidades naturais. Completamente louco será quem pretender mudar essas necessidades. (Jean Lescure, professor da Faculdade de Direito de Paris e professor honorário da Faculdade de Direito de Bordeaux — "Étude Sociale Comparée des Régimes de Liberté et des Régimes Autoritaires", pág. 11)

QUEM se der ao trabalho de proceder a um inventário das descobertas e invenções de comodidades, utilidades e conforto realizadas depois da revolução francesa, render-se-á, cheio de admiração, ao esforço e ao trabalho de homens cuja inteligência, talento e recursos devotaram ao bem da humanidade.

Desde a força motriz de vapor até às maravilhas do rádio, da luz elétrica, da radiografia, dos prodígios da microbiologia, dos motores de explosão, da aeronavegação com aparelhos de peso inferior ou superior ao ar, culminando nos assombros da desintegração do átomo, tôdas as conquistas da civilização mostram a imensidade dos poderes criadores do homem.

O homem do século XX excedeu o do século XIX. Superou o Deus-ex-máquina. Dominou a própria natureza.

Entretanto, todo o esplendor de nosso progresso cujo desenvolvimento ninguém pode calcular se obumbra, ao sabermos dos indizíveis padecimentos de dois terços da humanidade, assolados pela fome, podres de enfermidades.

Podemos ou devemos ficar indiferentes a essa situação, não garantindo a nossos irmãos, homens, seres vivos e racionais, de todos os quadrantes, de todas as latitudes, de todas as raças e de todas as religiões meios para evitarem o perecimento pela morte fria e horrorosa da inanição?

Vigorosa negativa rebôa. E seu eco perdura nas preocupações e iniciativas de homens e povos, excitados pela vontade de minorar os efeitos da miséria universal.

Detendo-nos um minuto, perguntamos por que a inteligência e a cultura universal tão tarde voltaram atenções sobre o problema da criação de uma ciência capaz de estudar e propor soluções para os graves e complexos assuntos da subsistência humana ?

De fato. Constituiu a economia política uma de suas derradeiras preocupações. E ainda hoje discutem, si representa uma ciência ou não passa de arte, entrosada nos meandros de outro ramo da opulenta família da sociologia.

Thiers a considerava literatura enfadonha. Marx, ciência da miséria. E Malthus, ciência sinistra.

Literatura enfadonha, ciência da miséria, ciência sinistra — por nos obrigar ao exame do estado de miserabilidade dos povos, verdadeira e indizível gehena, diante do paradoxo insuportável de chamadas fases de super-produção, seguidas da destruição ou sonegação de quantidades astronômicas de utilidades.

Não podia, não devia a economia política se alheiar a essas vicissitudes do mundo, pois, ao meu ver, ela só existe para estudar, elucidar questões de produção, trocas, repartição e consumo das nações e cooperar para sua solução.

Estou com Gustavo Cassel ao proclamar esta verdade: “O objeto da ciência é a vida economica”. (1)

Por isso, opino compita à disciplina sistematizada por Adam Smith o dever de mergulhar na sociedade para, pela indução, se aperfeiçoar a serviço do bem da humanidade.

Djacir Menezes, no seu Curso de Economia Política, (2) escreve: “Para isso, sempre que se oferece oportunidade, mostramos o ponto de partida das reflexões teóricas na vida prática, a que deve servir todo o aparelhamento conceitual e instrumentos de análise elaborados pelos economistas até os dias correntes”. E mais adiante: “A matéria de nosso estudo está prodigiosamente palpitando de vida, sangrando de vida, e não se resseca nas categorias escolásticas dos que fazem história abstrata, estéril e vácuca”.

Aliás, o velho List (3) em sua obra prima acentuava: “A melhor obra que nesse país novo (Estados Unidos) se pode ler acerca de economia política é a própria vida”. E ele ainda assinalava o fato de William Pitt (1759-1806), estadista inglês da era napoleônica, levar sempre consigo *A riqueza das nações*, de Adam Smith (4).

Num exemplo, vemos um dos maiores economistas confessar sua dívida para com o meio norte-americano, lido como supremo livro para formação de sua cultura teórica e técnica. Noutro, um formidável estadista, adversário dum gênio do estalão do Corso, filho de uma nação traquejada nos processos de objetividade e pragmatismo para solução de seus problemas, manter como seu evangelho o volume do fundador do liberalismo econômico.

E não se separa a economia da vida. Pois, afirma Schumpeter, “o processo social é, em realidade, um todo indivisível”. (5)

Melhor ainda precisa êsse pensamento Dobb (6) neste passo: “E sem embargo, atualmente a economia e a política se acham entrelaçadas mais intimamente que nos dias de Smith e Ricardo: Os acontecimentos teem causas económicas manifestas e o prognóstico económico gira na órbita dos movimentos políticos”.

Não pode, portanto, a economia política se alheiar do ambiente, tentando se confinar em torres de silêncio ou em jardins fechados para meditações acadêmicas ou filosóficas, para imergir depois em florestas de fórmulas e cálculos.

“A economia — ensina-nos Pigou (7) — é um mercador entre as ciências. Tem pouco atrativo romântico. Não devassa átomos nem pesa estrelas. Não bate desesperadamente suas asas na tênue atmosfera da alta filosofia. É parda. É plebéia. Não tem a liberdade do céu nem a dos mares. Está atada e encadeada à terra por sórdidos grilhões. Qual é a sua pretensão, portanto? Que prêmio oferece aos seus cultores?”

Ao meu ver, o bem estar da humanidade.

Logo após, o mesmo Pigou (8) frisa: “Os sistemas equacionais em que Walras (Leon Walras, 1834-1910) e Pareto (Vilfredo Pareto, França, 1848-1923) tratam de agrupar as partes relacionadas entre si em um todo unificado teem atrativo estético. Porém creio que isto é muito secundário. Nossa disciplina não se presta a triunfos de raciocínio puro”.

Luzzatti — e eu poderia citar em vez dele outros economistas ou mesmo sociólogos, — procura esclarecer os domínios da economia política (9), estabelecendo-lhes distinção entre as espécies, apontando-a como ciência, arte e prática.

“A ciência pura — lembra êle — tem por escôpo pesquisar as leis gerais e constantes que a governam”.

“A arte, apoiando-se nas conclusões da ciência pura, apreende todos os elementos embora nem gerais nem constantes que concorrem de fato para produzir os fenómenos que aquela estuda”.

“A prática, enfim, é a ciência aplicada ou a arte em ação”.

“Dessas definições transparece clara a tríplice distinção em nossa ciência de a) uma economia pura, b) de uma economia aplicada, c) de uma economia prática”.

“Na economia pura, prevalece o método dedutivo, na economia aplicada ou arte económica, o indutivo e a prática que mobiliza os métodos dedutivo, indutivo e histórico para consecução de suas finalidades”.

Gide, considerado por Gaetan Pirou um dos maiores mestres da matéria (10), sendo seu compêndio um dos melhores do mundo, determina a diferenciação entre economia pura e economia social ou prática (11) e preceitua quanto a esta última: “Ela estuda as relações voluntárias que os homens criam entre êles, — sob a forma de associações, legislação ou algumas instituições, visando lhes melhorar as condições (12) e adiante (13) assinala o papel cada vez mais importante que o consumidor desempenhará.

Quero, antes de prosseguir, criticar, à ligeira, tópico da terminologia.

Conhecem-se as dificuldades das denominações e definições.

Constituem elas escolhos onde muitas competências esbarram e até naufragam.

Mário Conde (14) desenvolve considerações oportunas acerca da tecnologia de nossa especialidade. “Em toda ciência — expõe êle — a terminologia deve corresponder à essência do que se quer distinguir ou diferenciar com ela. Não se deve propor sinão palavras requeridas pela exposição. Nem uma de mais, nem tão pouco, uma de menos.

“Igualmente não é necessário, e até é prejudicial, inventar termos ou expressões desusadas ou construídas para essa finalidade”.

Os infratores dessa recomendação, ditada pelas exigências da formação de uma disciplina, alegarão se topar a economia em fase de elaboração como ciência.

Não colhe êsse pretexto, pois assim a classificam grandes mestres desde, pelo menos, Adam Smith.

Assim o proclamam Gide e Rist (15) neste lanço: “O verdadeiro criador da economia política moderna, é reconhecido por todos Adam Smith. Hoje, apesar de tantas modificações operadas nos princípios fundamentais da ciência, nem um economista pode desprezar o velho autor escossês sem amesquinhar, singularmente, o seu horizonte científico”.

O grande Nogaro (16) diz ser a economia política uma ciência do homem, constituído em sociedade. Noutra obra sua (17) denomina-a Economia política ou ciência económica cujo objeto é o estudo da vida económica.

Ser-me-ia facilímo arrolar aqui dezenas de reputados autores de várias nações para quem a nossa doutrina representa, sem mais dúvida, uma ciência. Limito-me a lembrar o fato de Djacir Menezes, citando a classificação de Canap — para êle grande expoente da escola de Viena, nos informar sobre a inclusão da economia como parte integrante das ciências sistemáticas da cultura (18). Herbert Baldus e Emílio Willems (19) e Donald Pierson (20) tomam-na como ciência social.

Como escreve Nogaro (21), um “Estudo rigoroso e sistemático exige inicialmente a elaboração de conceitos precisos e termos muito bem definidos para permitir exprimir êsses conceitos”.

Quando denominamos nossa tese — *Caminhos da paz — Maior produção e melhor distribuição*, sabíamos dessa necessidade.

Êste vocábulo, por exemplo, nuns autores (22) serve para indicar a divisão dos resultados da economia: juro, renda, aluguer, salário, imposto.

Outros economistas o empregam como o esforço de levar as mercadorias do produtor ao consumidor.

Nêste sentido, o adotei com Nogaro, quando êste explica lapidariamente: “A terminologia clássica francesa, seguindo a terminologia britânica, emprega muitas vezes a palavra distribuição no sentido de repartição”.

“Porém uma terminologia mais recente, que adotamos, prefere êste termo, não para designar a repartição de rendimento, mas “o deslocamento dos produtos do produtor ao consumidor”.

Ficamos com Nogaro. E conosco se acha também Baudin (23).

Canaan (24) examina o vocábulo, mencionando a significação inglesa e a francesa. No tempo de Smith era um neologismo económico. Foi Quesnay — acrescenta, quem o começou a usar na aceção francesa. Canaan recorda um tópico de Mirabeau, duma clareza estelar: “Ordem distributiva das coisas entre todas as classes de cidadãos”.

Passemos a abordar outro caso de precisão definidora.

Trata-se da locução divisão do trabalho.

Figura ela nos tratados e compêndios de economia com dois sentidos, um de especialização de profissões e outro de diversificação de recursos naturais.

Para cada um destes temas, mistér uma denominação.

Para o primeiro significado, aconselhável divisão do trabalho. E para o segundo, divisão da produção.

Trabalho, sabemo-lo, constitui todo o esforço humano e consciente para produção de bens económicos, já de fabricação, já de consumo. Produção emprega-se, dí-lo W. Heller (25), em economia política, para designar a criação de bens económicos. Eu acrescentaria: traduz o resultado do trabalho humano ou da natureza para a elaboração de bens, obras artísticas, literárias ou técnicas.

A divisão do trabalho forma hoje importante capítulo da ciência do trabalho ou ergologia.

Compulsando obras como as de Frederico Winslow Taylor, hoje clássicas (26) não se encontra consignada a denominação com o significado de criação de riquezas.

O mesmo direi relativamente a obras como as de E. H. Anderson e G. T. Schewenning (27) ou Cesar Castanheda (28) em cujas páginas não existem referências à divisão do trabalho, designando manipulação de coisas de consumo ou fabricação.

Nêsses como noutros livros dedicados à organização do trabalho estuda-se-lhe a especialização das funções, a racionalização levada ao máximo de possibilidade. Embora tudo vise ao aumento da produtividade, aí não se menciona divisão do trabalho com o sentido desta.

Gustavo Glotz (29) mostra como os gregos conheciam, com sua lucidez habitual, o fato económico da divisão do trabalho. E êsse autor cita Platão como tendo dado “pela primeira vez às ciências económicas uma teoria da divisão do trabalho”.

Transcrevendo trechos da *República* e das *Leis*, Glotz ilustra a tese de, para aqueles, divisão de trabalho consistir em especialização de profissões: “Mas deve cada qual trabalhar no seu ofício para abastecer os outros, deve, por exemplo, o lavrador prover à alimentação de quatro pessoas, ou, pelo contrário, deve, sem pensar nos outros, consagrar a quarta parte de seu tempo a arranjar de comer, e o resto a construir a sua casa, a confeccionar sua roupa e o seu calçado? Afigura-se-me o primeiro método seria mais vantajoso para êle.

“Sou de tua opinião. Como é que tudo andaria melhor: Si cada qual acumulasse vários mesteres, ou se limitasse ao seu”. (loc. cit.)

Nessas poucas linhas dum diálogo da *República*, se estadeia com nitidez o conceito verdadeiro da divisão do trabalho.

O outro sentido concerne à geografia económica. E comporta o desperdiçado luxo das classificações de divisão nacional ou territorial e internacional do trabalho. (30)

Quando começaria essa confusão ?

Ao meu ver, resultou ela da notável obra de Adam Smith. Como se sabe o capítulo 1.º se denomina *Of the Division of Labour* (31) — Da divisão do trabalho.

Esse capítulo possui trechos magistralmente escritos, dignos de figurar em antologias. E aí êle consigna, dum lado, as maravilhas, sinão milagres da cooperação como o clássico exemplo dos alfinetes. Naquele tempo, causava pasmo a fabricação de 4.800 por dia graças à cooperação de numerosos operários. Doutro, registrava a beleza da contribuição mundial para o conforto da humanidade. Em cada um de seus contemporâneos de sua classe observava-se o uso de ouro originário do Brasil, couro da Rússia, lã, da Inglaterra, fumo, da América, papel, da Escandinávia, etc.

Cruzou-se a divisão técnica e profissional com a distribuição da produção, aquela luminosamente percebida por êle embora não a pudesse desenvolver em benefício da organização científica da atividade económica do homem.

Isso mesmo o evidenciam E. H. Anderson e C. T. Schwenning (32), quando colocam Adam Smith como o iniciador da racionalização do trabalho.

Percebeu o extraordinário Charles Gide (33) o equívoco e a êste aludiu no capítulo III, parágrafo I, de seu *Compêndio*, propondo a denominação *Localização do Trabalho*, justificada amplamente no capítulo IV, II.

Para nós, portanto, *Divisão do Trabalho* significa especialização de profissões e *Divisão da Produção*, sua distribuição pelo mundo ou dentro, em cada país.

A esta altura de nossa introdução, desejamos salientar o nosso conceito de economia política como sendo a ciência e arte destinadas a estudar e expor os problemas ligados à subsistência da humanidade.

O insuspeito Marshall (34) assinala como objetivo de Quesnay e sua escola, “não os meios de aumentar a riqueza dos comerciantes ou encher os tesouros dos soberanos, porém, diminuir o sofrimento e a degradação causados pela extrema pobreza”.

Edwin Canaan, o circunspecto e profundo epígono da Escola de Cambridge (35), deu como subepígrafe do capítulo “Aspirações e tendências” a seguinte frase: “*Por e para uma maior igualdade de bem estar económico*”. Ela vale por uma definição de atitude, em face da tragédia social da miséria.

Ao empreender a revisão de meus estudos económicos de preparo a esta tese, executei proveitoso excursão sobre o âmbito de matérias destina-

das à fundação do assunto escolhido. Serviu-me de muito essa tática.

Meu primeiro contacto se deu com a trilogia maravilhosa de Sócrates (36), Platão (37) e Aristóteles (38). Com êles reavivei o traquejo do método e recebi estímulos para esforços de estilo e clareza na minha pobre e medíocre redação.

Folhee depois o curioso e genial cabotino da ciência e da filosofia — Francisco Bacon, o Chanceler da Rainha Isabel.

E nas suas obras completas (39) e em dois de seus severos críticos (40) me surpreendi diante de seus milagres de argumentação e de linguagem. E para mim sua virtude máxima reside na sua intrepidez diante dos tabús eternos das letras, artes e ciências. Acometeu tudo sem temor.

A civilização lhe deve muito às intenções e pouco às suas realizações.

Peguei a seguir êsse espantoso Descartes — êsse prodigioso René Descartes do *Discurso sôbre o Método*.

Li-o muitas vezes, a primeira na velha biblioteca pública, até numa edição completa na ortografia arrevesada do século XVIII. Tantas o fiz e mais repeti na ânsia de aprender dele a técnica da dúvida, primeiro passo seguro para toda aquisição de conhecimento.

Apezar do deslumbramento, e, quiçá, “et pour cause”, não logrei abalar esta minha desanimadora capacidade de crêr, esta minha quase psicopática boa fé, esta minha incurável confiança na quimera...

Isso não obstante, imenso me ajudou êle sempre e continua me ajudando nesta luta contra minha espessa ignorância.

Descartes me levou a Durkheim (42), o insuperável mestre criador ou, pelo menos, aperfeiçoador dos processos de investigação da sociologia. Recordou-me êle com a clareza e a precisão dum excelente francês, não passar o fato social de coisa. (42).

Minha edição traz um prefácio de Paul Arbousse Bastide tão vasto e profundo quanto o trabalho do mestre da Sorbona. Acha-se gasta de tanto manuseio. Condensam seus tópicos sôbre economia, matéria e considerações de valor inestimável para seu estudo e compreensão. (43)

Li após o surpreendente volume de Donald Pierson — *Teoria e pesquisa em sociologia* (44). Autoridade administrativa, tornar-lhe-ia obrigatório o uso nas escolas de professores e colégios.

Representa o roteiro seguro para o estudo das disciplinas sociais. Julgo-o, mesmo, na mofofinice de nossa bibliografia metodológica, elemento indispensável à formação cultural de nossa juventude.

Com a leitura meditada da obra clássica de Lewis H. Morgan (45) penetrei na segunda fase dos estágios de minha preparação.

Urgia recapitular conhecimentos da gênese da sociedade humana, nas relações de sua simbiose auroreal.

Weinberg, seu prefaciador, coloca-a entre os trabalhos fundamentais da ciência, no nível dos de Copérnico, Galileu, Laplace, Darwin, etc.

Li também Franz Boas, luminoso e sólido. (46).

Seguiram-se Vidal de la Brache (47) e Jean Brunhes (48).

Sua especialidade serve de base, por assim dizer, ao trato com a eco-

nomia, pois nos ensina a localização da produção, quer agrária, quer industrial, a par com a técnica viva dos meios de seu deslocamento dos pontos de elaboração aos de consumo.

Reli, então, pela quarta ou quinta vez êsse monumento da cultura brasileira — *Geografia da fome* (49).

Pierre Fromont (50) e Clarence Fieldden Jones e Gordon Gerald Darkenwald (51) encerraram, nesta etapa da minhas preocupações e esforços, o contacto com a antropogeografia.

Gras (52) me abriu a seguinte fase de estudos com sua bela obra *Introdução à história da economia*.

Dêsse succulento livro passei a um valioso *pequeno grande* volume — *Vida económica de los pueblos*, de Fritz Krause, surpreendente de concisão e admirável de sabedoria. Seu trato me esclareceu sobre a necessidade de, junto com sociologia e biologia educacional, o estudo da vida económica dos povos figurar no curso propedeutico de economia política e ciência das finanças.

Fui então à história da economia para me inteirar de seus fatos no espaço e no tempo.

E mergulhei na Grécia e Roma, conduzido por Glotz e J. Toutain (53) e em todo o passado, testemunha da evolução dos povos cujos trabalhos de produção e circulação, veem expostos em tratados de notáveis mestres (54).

Corôou êsse cometimento meticulosa recapitulação da história das doutrinas económicas através da monumental obra de Charles Gide e Charles Rist e dos magníficos volumes de Gonnard e Hugon (55).

Compulsei alguns autores novos e antigos de obras sobre o Estado e o poder: Bluntscheli — *Teoria Geral do Estado*; Fuerbach — *Teoria Geral do Estado*; Darcy Azambuja, idem; Jourdain — *Le rôle de l'Etat*; MacIver — *O Estado*; Hans Kelsen — *A paz pelo direito*; Raymond Gtettell — *História das idéias políticas*; Giglielmo Ferrero — *O Poder*; Bertrand Russel — *O poder nos povos e nos homens*; Harold Laski — *O Estado moderno*, etc.

Concluída essa leitura, apanhei um volume magnífico — *La méthode de l'économie politique*, de Bertrand Nogaro e o estudei atentamente. Seguiu-se-lhe o nosso Nogueira de Paula com seu excelente livro *Metodologia da economia política*. As *Cinco lições de economia racional*, de Gustave Bessière me prestaram ótimo serviço. Versei após “*Le développement de la pensée économique*”, de Bertrand Nogaro, cujo contacto sempre nos faz bem; a sólida “*Initiation a la theorie économique*”, de A. Murat; os dois ótimos volumes da “*Preparation scientifique aux études économiques*”, constituídos de conferências proferidas na Sorbona em 1946 e 1947 por um grupo brilhantíssimo de Mestres da ciência de Smith; “*Précis des mecanismes économiques elementaires*”, de Charles Rist; “*L'enseignement économique en France e à l'étranger*” por uma equipe de autoridades; “*La valeur logique des theories économiques*”, de Bertrand Nogaro e outros trabalhos importantes.

Sei-o: Meu tema foi já explorado por mais de um economista. Aham-

se-me à vista: Boulding, Économie de paix; Henri Hauser, La paix économique; Bernard Lavergne, La crise et ses remèdes; Antonio Robert, Países olvidados y la economía de la paz; até êsse enigmático Friederich A. Hayeck de O caminho da servidão, etc., etc.

Contemplamos o mundo num verdadeiro desvario. Ainda sangrando ou cheio de cicatrizes, sem reconstituir sua vida, se encontra empolgado pelas mortificantes inquietações da possibilidade de uma terceira e mais destruidora e cruel conflagração.

Parecia-me urgente e sinto-me crescer dia a dia a convicção de sua premente necessidade de soltar apelos de paz permeio à inquietude universal excitada por uma intolerável guerra de nervos.

Si, em vez de uma mobilização total para os horrores de um novo conflito, as nações deliberassem e empreendessem a execução de um programa de combate à fome pandemicamente instalada no nosso globo e si se tornaram progressivamente menores as proporções desse flagelo, a paz — não uma paz norte-americana, uma paz soviética, uma paz germânica ou uma paz britânica, porém uma paz mundial, da e para a humanidade — aproximar-se-ia para seu eterno reinado na terra.

Procura proba e lealmente minha tese estadear o diagnóstico principalmente dos males mundiais. E giza, dentro nas minhas possibilidades e à força de minha compreensividade, as diretrizes de uma solução dos temas aqui propostos.

Inicio minha realização crente desta verdade: A probabilidade da paz pela maior produção e por uma melhor distribuição.

Citações do Prefácio

- 1 — Gustavo Cassel — Pensamentos fundamentais em economia — pág. 11.
- 2 — Djacir Menezes — Curso de Economia Política — pág. 9 e 10.
- 3 — Frederico List — Economia Nacional — pág. 8.
- 4 — Idem — pág. 337.
- 5 — Joseph A. Schumpeter — Teoria do desenvolvimento económico — pág. 23.
- 6 — Mauricio Dobb — Economia Política e Capitalismo — pág. 248.
- 7 — A. C. Pigou — Teoria e Realidade Económica — pág. 10.
- 8 — Idem — pág. 11.
- 9 — Giacomo Luzzatti — Lezione di Economia Politica — pág. 23 e seguintes.
- 10 — Gaetan Pirou — Les Theories de l'équilibre économique — pág. 17.
- 11 — Charles Gide — Cours d'Economie Politique — pág. 3.
- 12 — Idem — pág. 3.
- 13 — Idem — pág. 5.
- 14 — Mário Conde — Ensaio de reconstrução da Ciência Económica — pág. 298 n.º 252.
- 15 — Charles Gide e Charles Rist — História das doutrinas Económicas — págs. 74 e 75.
- 16 — Bertrand Nogaro — La méthode de L'Economie Politique — I pág. 23.
- 17 — Idem — Cours d'Economie Politique, I — pág. 7.
- 18 — Djacir Menezes — Preparação ao método científico — pág. 70.
- 19 — Herbert Baldus e Emilio Willems — Dicionário de Etnologia e Sociologia — pág. 210.
- 20 — Donald Pierson — Teoria e Pesquisa em Sociologia — pág. 44.
- 21 — Bertrand Nogaro — Cours d'Economie Politique — pág. 10.
- 22 — Ricardo Bachi — Principii de scienza economica, II, 306; Achille Loria — Economia Política, pág. 183; F. W. Taussig, II, pág. 35; Frederico B. Garver e Alvim Harvey Hansen — Princípios de Economia, pág. 397 (Êles che-

- gam a contestar possa ter o vocábulo outro sentido fora de repartição); **Gustavo Cassel** — Economia Social Teórica — pág. 152.
- 23 — No seu "Manual de Economia Política", edição recentíssima de 1947, no § 7 — "A distribuição dirigida", comprova o conceito por mim adotado de "distribuição" (pág. 18, vol. II) e na página 147 do mesmo tomo se nos depara o termo "repartição" com significado clássico de divisão de benefícios.
- 24 — **Edwin Canaan** — Teoria Económica — págs. 259, 260 e 261.
- 25 — **W. Heller** — Dicionário de Economia Política — pág. 272.
- 26 — **Frederico Winslow Taylor** — Princípios de Administração Científica e Administração de oficinas.
- 27 — Organização Científica da Produção, Editora Atlas S/A., São Paulo, 1944.
- 28 — Curso de Organização do Trabalho, Editora Atlas, São Paulo.
- 29 — História Económica da Grécia — pág. 198.
- 30 — **Clovis Ribeiro** — Curso de Economia Política Sociológica — págs. 248 e 251 n.ºs. 261, 262 e 263 e págs. 251 a 254 n.ºs 264 e 268 onde trata das significações da locução.
- 31 — **Adam Smith** — The Walth of Nations — pág. 3.
- 32 — Organização Científica da Produção — págs. 46 a 51.
- 33 — **Charles Gide** — Compêndio de Economia Política, tradução brasileira, Livraria Globo, pág. 149 e 158.
- 34 — **Alfredo Marshall** — Princípios de Economia Política, tradução brasileira, pág. 67.
- 35 — Teoria Económica — pág. 375.
- 36 — Diálogos Tietes, Crátilo, Menon, Laques e os de Criton, Fedon e Georgias coligidos por Platão, aqueles editados por A. Bastien e estes pela Universidade do México.
- 37 — República e Leis onde se topam exposições sobre divisão do trabalho.
- 38 — Política; Retórica: Ética de Nicômaco, edições de Atena, São Paulo; Garnier, Paris, e Sociedade de Belas Letras, Paris.
- 39 — Obras, Charpentier, 1852-1859.
- 40 — Bacon, vida e obra de Charles de Rémusat sobre sua filosofia e Lord Bacon de Justus Liebig sobre sua ciência, análise fria, implacável dum erudito.
- 41 — Discurso sobre o Método, Atena Editora, São Paulo.
- 42 — As regras do método sociológico — Companhia Editora Brasileira, São Paulo, pág. 170 e seguintes.
- 43 — Idem, pág. 180.
- 44 — Edições Melhoramentos, 1946.
- 45 — La Sociedad Primitiva, Lantaro, Buenos Aires, 1946.
- 46 — Questões fundamentais de antropologia cultural, Lantaro, Buenos Aires.
- 47 — Princípios de Geografia Humana, Edições Cosmos, Lisboa, 1946.
- 48 — La Geographie Humaine, Presses Universitaires de France, Paris, 1947.
- 49 — Edição do Cruzeiro, Rio, 1946.
- 50 — Domographie economique, Payot, Paris, 1947.
- 51 — Geografia Económica, ed. Fundo de Cultura Económica, México, 1944.
- 52 — **N. S. B. Gras** — Introdução à História da Economia, Livraria Martins, São Paulo, 1943.
- 53 — História Económica da Grécia; La Economia em la edad antiga.
- 54 — **M. Weber** — História Económica Geral; **Clive Day**, História do Comércio; **Gustavo Stolper** — História Económica da Alemanha; **M. G. Schmidt** — História Del Comercio Mundial; **H. Sieveking** — História Económica Mundial; **R. Haddock Lobo** — Pequena História da Economia; **Edward Kiskand** — História Económica dos Estados Unidos; **Artur Birnie** — História Económica da Europa; **João Lucio de Azevedo** — Épocas de Portugal Económico, etc.
- 55 — **Charles Gide** e **Charles Rist** — História das Doutrinas Económicas; **René Gonnard**, idem; **Paul Hugon**, idem, a 1.ª e a última edições brasileiras e a 2.ª portuguesa.

CAPÍTULO N. 1

"GEOGRAFIA DA ABUNDÂNCIA E GEOGRAFIA DA FOME"

"Assim, os bens da natureza se acham desigualmente distribuídos. Não se achando os bens da natureza igualmente repartidos sobre a superfície da terra, e sua diversidade segundo a região não importando em uma compensação, longe disto mesmo, — observa-se a existência de países e povos favorecidos e outros não. Leroy Beaulieu, (Tratado de Economia Política, I, págs. 136 e 137.

Hoje, tendo sido possível realizar com a aquiescência oficial uma série de pesquisas bem orientadas nas mais diferentes regiões da terra, acerca das condições de nutrição dos povos e se tendo evidenciado dentro dum critério científico, o fato de dois terços da humanidade viverem num estado permanente de fome, começa a mudar a atitude do mundo — Josué de Castro, "Geografia da Fome", pág. 18.

A pesar do tremendo alcance dos transportes, não podemos evitar que a fome extermine gente em muitos lugares, enquanto existe abundância em outras partes da terra. Enquanto centenas de milhões de pessoas precisam desesperadamente de alimento e produtos industriais, não podemos evitar o desemprego em massa. — Emery Rives, "Anatomia da Paz", pág. 34.

MOSTRA-NOS o mais superficial exame ou estudo sobre a terra a desigualdade ou, exprimindo-nos melhor, a diferenciação de seus recursos.

Isso se observa desde um simples município a um país, quer quanto a uma região, quer quanto a um continente.

Dessas rápidas considerações se infere facilmente a dificuldade, sinão impossibilidade da autosuficiência de uma nação.

Registra Gide (56) a circunstância, tachada por êle de feliz acaso, "onde se veria uma harmonia providencial e devida a qualquer causa desconhecida, de serem presentemente os países mais pobres de hulha negra os mais bem dotados de hulha branca e vice-versa".

Possível, pela observação e pelo ensino da geografia económica, verificar-se essa como compensação relativamente a outros bens.

Si a Argentina não dispõe de subsolo rico em carvão e ferro, conta petróleo e sua gleba transformou-a em produtora de trigo e de rebanhos.

A Itália, sem minérios, conta suas cachoeiras. Seu espaço não dá para sua alimentação, mas pode explorar óleo de oliveira.

O Oriente próximo, de exíguo espaço agricultável, possui vastíssimos lençóis petrolíferos.

Nunca impediram essas compensações a desigualdade de riquezas.

Logrou, desde remotas épocas, a ação do homem atenuar e até corrigir essa deficiência. Conhecem-se os esforços dos egípcios, regulando as águas

do Nilo, dos norte-americanos ,combatendo a erosão nas zonas centrais de seu país, do Brasil, lutando por meio da açudagem contra as sêcas de seu nordeste.

Além desse trabalho de natureza científica, o instinto de conservação provocou, em tôdos os tempos da humanidade, deslocamentos de massas, denominados migrações. Dão-se sempre e a história económica e social se acham cheias deles.

No Brasil, as retiradas cearenses constituem capítulos dramáticos da luta do homem contra a crueldade do meio cósmico.

Citaremos ainda o fluxo contínuo de famílias inteiras, neste exemplo não propriamente tangidas pela miséria, porém, movidas pela ambição de riquezas em terras mais férteis, do centro e sul do Brasil para as zonas do norte do Paraná.

Cito, aliás, aí fascinante tema de estudo à espera de um narrador a um tempo historiógrafo e sociólogo para descrever o típico bandeirismo, constituído pela emigração de verdadeiros clãs de Minas Gerais e de São Paulo para aquela referida região.

Tratando Vidal de La Brache de fenómeno idêntico, verbi gratia, na China (57) escreve: “Dêste modo, não se trata de um proletariado vago-bundo, mas de grupos formados, coerentes, dos quais fazem parte, mulheres, crianças e velhos, buscando um terreno propício para lá colocarem os seus penates e continuar seus tradicionais hábitos. A família que se transplanta integralmente para enraizar algures, é o que há de mais resistente na sociedade chinesa”.

Essa observação do imortal mestre da antropogeografia francesa calha a talho de foice na forma do povoamento do norte do Paraná.

Muitas de suas cidades-milagre nasceram da transmigração de famílias inteiras e seus velhos nomes evocam e perpetuam êsse fenómeno ecológico: Colonia Mineira (hoje Siqueira Campos), Tomazina, Cornélio Procopio, Cambará, etc.

Conhecem-se também as emigrações temporárias, formas de compensação de países pobres. Levas de italianos atravessavam o oceano para vir buscar na Argentina e no Brasil (São Paulo) meios de equilibrar seus orçamentos, com isso contribuindo poderosamente para o aumento de divisas de suas pátrias.

Nos balanços de pagamentos de várias nações européias figuravam rubricas para consignar essa valiosa receita, e como “pendantes” apareciam nos das nações importadoras desses braços as contrapartidas.

Para vermos o alcance desse notável fato económico, citarei os balanços de pagamentos dos Estados Unidos. Em 1928, enquanto no passivo figurava na rubrica Remessa de imigrantes (para o estrangeiro) 217 milhões de dólares, no ativo se inscreviam 25 milhões de dólares trazidos por imigrantes (58) e em 1936 essas cifras se expressavam em 143 milhões. (59).

Outros títulos consignam vultosos proveitos: capitais investidos no estrangeiro, produtores de dividendos e juros.

Garver e Hansen (loc. cit.) registram 200 milhões naquele mesmo ano de 1936 de remessas de ouro para o estrangeiro destinadas ao mencionado fim.

Já entrevira o gênio de Napoleão a importância da geografia no destino dos povos, ao asseverar, numa de suas cartas: “A política dos Estados reside na geografia”. (60).

Estudando o fenômeno da produção e tocando na questão, ao nosso ver mal examinada pelos tratadistas da economia, Brunhes (61) expende comentários penetrantes. Depois de mostrar a ação e a reação no comércio de certos produtos — e particularmente se refere ao café do Brasil, — afirma: “Nós nos ressentimos dessa imensa solidariedade geográfica da vida mundial. Os “engenheiros” dos fatos humanos que são os economistas devem descobrir e aprender cada vez mais as leis de adaptação geográfica”.

“Não é uma ilusão, pelo menos parcial, crêr que, aumentando os meios de conquistas e domínio da terra, o homem dela erradica a tirania e amplia a sua independência? Não é, ao contrário, uma espécie de contrato de cláusulas mais precisas, e dir-se-ia mais draconianas que é assinado pelas nações civilizadas à proporção que elas dão as suas relações com a terra mais coesão e mais fecundidade?”

Encontra-se, nas possibilidades desses fatos sociais, a esperança da humanidade por uma paz estável.

Lograda maior compreensividade dos povos, principalmente da parte dos poderosos, dos detentores de recursos e riquezas, evidenciar-se-ia, em toda a sua pujança, a solidariedade geográfica, magnífica “trouvaille” da lúcida inteligência de Brunhes.

Noutros capítulos, voltaremos a nos escorar no pensamento do grande antropogeógrafo francês, para sustentar, no plano social, o imperativo da comunhão universal como meio de resolver os problemas econômicos da humanidade.

De um entendimento geral, de uma aproximação cada vez mais intensificada devido às crescentes ligações rodo, ferro, marítimo e aeroviárias, provirá, deve provir uma cooperação tendente a levar os povos a obterem o ideal de maior produção e melhor distribuição como meio eficaz de liquidação da calamidade da fome, responsável pelos ameaços de inanição de dois tércos da humanidade.

Citações do Capítulo n. 1

- 56 — Cours d'Economie Politique, Recueil Sirey, 1913, pág. 89.
- 57 — Princípios de Geografia Humana, pág. 74.
- 58 — Princípios de Economia Monetária, Eugenio Gudín, pág. 231.
- 59 — Princípios de Economia de Frederic B. Garver e Alvin Harvey Hansen, pág. 655.
- 60 — Apud Jean Brunhes — Geographie Humaine, pág. 280.
- 61 — Geographie Humaine, pág. 303.

CAPÍTULO N. 2

"PRODUÇÃO E CIVILIZAÇÃO"

E' indispensável ao sociólogo o conhecimento da economia: Grande parte da atividade humana, através de modos diversos de cooperação ou competição, é absorvida pelas necessidades da subsistência; a luta técnica humana com a natureza quasi não tem obedecido a outra necessidade senão a de subsistência e a outro desejo senão o de fazer a natureza — mineral, vegetal, animal, — suprir o grupo social de comodidades e serviços. — Gilberto Freyre, "Sociologia", I, pág. 319.

ESTUDANDO-SE a produção no espaço e no tempo e meditando-se-lhe sobre o objeto, verificamos coincidir-lhe o desenvolvimento com o da própria civilização.

Decorrendo desta o aperfeiçoamento da técnica, quanto mais esta se requintava, mais se lhe ampliava a série de bens económicos, reclamados pelas crescentes e ilimitadas necessidades humanas.

Resultantes estas do instinto de conservação e das exigências biológicas da adaptação, provocavam a invenção de utensílios, instrumentos e aparelhos para coleta e elaboração dos produtos.

Surgem, toscos e simples, porém, de alto alcance para a facilitação do trabalho e diminuição do dispêndio de energia, o machado de pedra, o almofariz, o chuço, o malhador, vasilhame de frutas secas e também de barro ou madeira até a utilização de forças da natureza como o vento, a água.

Entrementes evoluem lentamente os processos de produção da coleta através do nomadismo.

Vai o primitivo ensaiando a fixação, sentindo, porém, irresistível atração pela vida errante. Mostra-o N. S. B. Gras nesta sua observação: "Diz-se que no Canadá, ao longo do São Lourenço, já em 1635, os índios cultivavam o milho; mas com as melhores intenções, não eram capazes de resistir à tentação de abandonar suas plantações durante algum tempo para ir à pesca". (62).

Encontra esta referência ao gosto e atração do aborígine pela vagabundagem apóio nas observações de Cassiano Ricardo sobre a mobilidade do nosso índio.

Falando esse autor do assunto, escreve: "Bandeira quer dizer movimento, e o movimento é o índio". (63).

Noutro lanço, acentua: "Antes de tudo, a "bandeira" é a glorificação do índio no seu nomadismo, na sua especialização psicológica para o mo-

vimento em oposição ao sedentarismo do negro tão vivamente marcado no grupo fixo do litoral”.

Aprimora-se a coleta com a caça e a pesca, exercícios só praticáveis com eficiência mediante o emprego do recurso de armas constantes de arco e flecha, clava, lanças e juqui 64), piçá ou puçá, pindá, arapuca, mundéu.

Conheciam os índolas incipiente agricultura de mandioca, de milho, de várias frutas (65) e, lembra Rocha Pombo (66) os instrumentos e demais artefatos de grangearia, bem como os artigos de uso doméstico, e os próprios para adorno, eram feitos de pedra, de argila, de resinas, de ossos, de madeira, de vimes e cipós, de taquaras, de fibras vegetais, etc. Entre esses instrumentos de pedra — elucida aquele grande mestre da historiografia pátria, — são mais conhecidos os machados, chuços, pontas de flechas, facas, moletas, cavadeiras, polidores, serrotes, martelos, punções, graís, ralos, etc. Entre os de madeira, destacam-se as jangadas, as ubás, as igaras e grande número de outras embarcações”. Artefatos de vime, de cipós, de embiras e outras fibras, eram numerosos, sendo mais digno de referência o tecido a que chamavam curú”.

Detivemo-nos nessas citações, por se tratar, não de meras conjecturas, porém, de observações colhidas em testemunhos idôneos da realidade etnológica e etnográfica do índio brasileiro.

Aliás, já o notável historiador pátrio Rocha Pombo consignava este reparo sobre a existência de uma economia de trocas na vida social do nosso selvícola: “Como não havia moeda entre os índios, o comércio se limitava à troca direta; mas já estava muito vivo nos selvagens o instinto mercantil. Mesmo antes da conquista chegaram a manter comércio regular com os forasteiros. Esse comércio determinou entre muitas tribos um grande surto de trabalhos nos campos”. (66).

Mostra-nos o exemplo dos ameríndios brasileiros como se processava uma fase de vida primitiva. Enquanto ainda nômades, agricultavam e até praticavam uma indústria manufatureira rudimentar.

Constitui estágio subsequente ao da coleta, a agricultura ou o pastoreio, dependendo a verificação de uma ou de outra, segundo as possibilidades locais.

No Brasil, por exemplo, tornar-se-ia difícil a exploração da pecuária, por não termos gado adequado.

Noutros pontos da América, parece não passaram seus povos pelo pastoreio.

Consiste a outra etapa na indústria, opinando Fuchs (C. J. Fuchs, 67) pela classificação de Progresso da agricultura, (povos industriais e mercantis).

Caracterizada a fase agrária, assume a troca importância decisiva no desenvolvimento das relações humanas.

Sabemos de milenária hostilidade entre as coletividades, lembrada na célebre locução *hospes, hostis*.

Tomavam o estrangeiro como inimigo.

“As leis da cidade — diz Fustel de Coulanges (68) não existiam para êle. Originariamente não tinha o direito de comerciar”.

Com o correr dos tempos, a severidade implacável da lei e dos costumes se quebrou, graças, principalmente, à influência do comércio e da riqueza.

Desde a mais remota antiguidade, operavam-se trocas entre os povos primitivos e entre êstes e os mais adiantados.

M. G. Schmidt (69) refere o fato de, nos túmulos reais de Micenas (cidade da Argólida, Grécia), obra do século XV a. J. C., se terem achado centenas de pedras de âmbar cuja procedência a análise química demonstrou ser do Norte; por outro lado, Montelius, baseando-se em descobertas sepulcrais na Escandinávia, provou que já alguns milênios antes da era cristã, chegaram ao setentrião da Europa mercadorias oriundas do Egito e de Chipre. Imagine-se — comenta Schmidt, — a série de intermediários indispensáveis ao intercâmbio desses objetos até atingirem de mão em mão o lugar onde foram encontrados”.

H. Sievking e C. Becker (70) registram a afamada e singular forma de comércio denominada “troca muda”, observada e descrita por Herodoto quanto aos cartagineses na costa africana. Depositavam suas mercadorias em lugares determinados e aguardavam que os indígenas colocassem junto delas a quantidade de produtos próprios que julgavam adequada; então cada qual retirava o que havia trocado”.

Esta forma de intercâmbio — adiantam aqueles escritores, — se executa hoje entre os vedas de Ceilão e os singaleses.

Denotam êsses fatos o processo das permutas apesar da inimizade entre os povos.

Aliás, a ambição e as necessidades humanas superaram, no decurso da primeira grande guerra e antes, durante e depois da segunda os mais furiosos ódios e os mais profundos antagonismos ideológicos e mantiveram elevadas transações das mais variadas espécies entre os beligerantes.

Alemanha e França — conta Emil Ludwig (71) — se forneciam, na sequência daquele primeiro conflito, armas e munições de guerra.

E aprovisionou-se o Japão, antes de 1941, nos Estados Unidos, de sucata para suas fundições, abastecedoras de seus arsenais de belonaves e canhões e fábricas de aviões empregados depois em Pearl Harbour e na sangrenta campanha das ilhas do Pacífico.

E na atualidade, Inglaterra e outras nações adversárias da Rússia estabelecem importantíssimos tratados de comércio, visando a um escambo de alto interesse para ambas as partes.

Sublinho êstes aspectos da economia internacional para salientar a possibilidade de, mesmo na pior das hipóteses, — a de existir inimizade entre os povos se tentarem relações estimuladoras de maior compreensividade, leal aproximação para o estabelecimento de paz duradoura na terra.

Nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII ocorreram alguns fatos destina-

dos a alterar a economia universal e rasgar à humanidade infinitos horizontes na espiral de sua evolução.

Foram êles: 1.º — A dignificação do trabalho pelos filósofos da igreja romana; 2.º — O surto e desenvolvimento do capitalismo; 3.º — A expansão do crédito; 4.º — A constituição do comércio internacional em grosso como consequência imediata do descobrimento do caminho marítimo das Índias por Vasco da Gama, com a subsequente mudança do eixo comercial das cidades do Mediterrâneo para Lisbôa e outros portos do Atlântico e do Mar do Norte; 5.º — O evento da era industrial, com a mecanização e especialização do trabalho. Possibilitaram êsses acontecimentos o incremento da cultura, ocasionando uma verdadeira revolução branca nas sociedades européias com a fulminante elevação geral do padrão de vida.

Baixaram os preços de tôdas as utilidades em porcentagens incríveis. E a fenomenologia daí decorrente provocou uma nunca dantes atingida incrementação de atividades gerais.

Vinha a economia alargando-se através de suas épocas da fechada, interurbana, intermunicipal, nacional até a sua ampliação aos âmbitos universais, facilitada pelo formidável progresso de transportes terrestres e marítimos para assumir os assombrosos volumes do presente.

Pego a atenção dos leitores para o paralelismo ou sincronização dos sucessos políticos, sociais e económicos, verificados dos derradeiros séculos da idade média para cá. Não pretendo a primazia desta observação. Os fatos sociais apresentam exatamente os caracteres de universalidade e simultaneidade.

Entre as inquietações dos tempos anteriores à revolução francesa, muitas as conquistas da civilização como a dignificação do trabalho, o surto do capitalismo, a tecnização do trabalho pelo aprendizado nas corporações, o aperfeiçoamento do crédito, o funcionamento de sociedades anônimas, a mecanização do trabalho inaugurando a era industrial. E depois da grande subversão de 1789, a liberdade do homem, a proclamação de seus direitos substanciais e eternos asseguraram o clima do maravilhoso período destes últimos 150 anos, tornando possível a incontável série de descobertas desde a eletricidade, à locomotiva, navios de vapor, telégrafo elétrico, radium, telefône, radiotelegrafia e rádio, microbiologia principalmente com Pasteur e à desintegração do átomo cujos efeitos sobre a sorte da humanidade não se podem ainda calcular, mas desde já denominará uma era da história.

Desmentiu o talento do homem moderno com suas assombrosas invenções multiplicando a capacidade da produção os prognósticos de Aristóteles ao achar difícil, sinão impossível bem governar um Estado cuja população fosse muito numerosa devido aos perigos de desordem e também pelas complicações de seu abastecimento, (72) e nisto concordava com Platão, cuja "urbs" devia compreender um povo pouco numeroso (73).

Evidência a estabilidade de nações modernas, sob os mais diferentes regimes, o erro das conclusões daqueles pensadores, pois os Estados Uni-

dos contam mais de 170 anos de legalidade e vida económica e social com uma população hoje ultrapassante de 150 milhões de cabeças.

Pasmou-se o mundo com a sua gigantesca mobilização industrial para a guerra, com a sua generosa e efficientíssima interferência no mecanismo da UNRRA, fadada, nos dias sombrios da última conflagração, a acudir a clamorosa miséria universal de gentes de tôdas as latitudes e raças e agora com seu fabuloso plano de socorro às nações exaustas da Europa.

Incute-me essa sinópse, feita a vôo de pássaro pelos domínios da história da economia, esta certeza:

O homem veio se vencendo a si próprio desde os primórdios da civilização, quando sopitou o ódio ao estrangeiro, e admitiu a troca com êle, ao preferir escravisar a matar o prisioneiro, ao derrubar as barreiras alfandegárias intermunicipais, ao, através de Adam Smith, estadear a bandeira do livre cambismo, ao lutar de armas na mão contra as restrições totalitárias ao comércio internacional.

Apezar da intermitência de tremendas crises como as de 1870, 1914 e 1939 — êle marcha para profunda solidariedade, devendo esta se estabilizar com a consecução de maior produção e melhor distribuição como verdadeiros alicerces da paz.

Citações do Capítulo n. 2

- 62 — Introdução à História Económica, pág. 41.
- 63 — Marcha para o oeste, I, 57, 59, 61, 62, 63, 235, 252 e 253 e II, 100.
- 64 — Veem êstes vocábulos indígenas em Varnhagen (História do Brasil, I, 34, Teodoro Sampaio, O Tupí na Geografia Nacional, 238, 261, Bernardino José de Souza, Dicionário da Terra e da Gente do Brasil.
- 65 — História do Brasil, edição do Centenário, vol. I, pág. 69.
- 66 — Idem, pág. 68.
- 67 — Economia Política.
- 68 — Cidade Antiga, 345 e 346.
- 69 — História do Comércio Mundial.
- 70 — História Económica Universal.
- 71 — Opúsculo "1914".
- 72 — Política, pág. 147.
- 73 — República.

CAPÍTULO N. 3

"CONSUMO — FATOR DA VIDA"

Por consumo se entende a satisfação das necessidades sociais e humanas, imediatas ou mediatas, resultando ser o último grau do processo económico, posto que todas as operações de produção, distribuição e troca terminam fatalmente pelo consumo. — Manuel Serra Moret, "Dicionário Económico de Nosso Tempo", pág. 35.

O consumo é o fim para o qual se mobilizam todas as funções económicas. — Mariano Arcocel, "Economia Social", pág. 21.

PARA o sólido e afamado Littré (74) o sentido principal de consumir consiste em destruir, usando, reduzindo a nada e para o nosso extraordinário Morais (75) em gastar, "tout court".

Porém, dois conceitos, em economia, encerra êsse vocábulo.

Aliás, na inscrição de Moret, acima transcrita, êstes se nos sugerem quando êle fala em "satisfação das necessidades humanas, imediatas ou mediatas" e mais bem esclarecidos por Heller (76) quando ensina: "Consumo é o ponto final da atividade económica e é um processo que priva os bens de outra aplicação e se traduz com frequência na distribuição ou transformação do bem".

Decorre daí a existência de bens de produção e bens de consumo.

Aqueles servem para transformação na outra espécie. Chamam-se também matéria prima. E só depois de sua elaboração manufatureira ou fabril atendem necessidades imediatas do homem.

Definiu Aristóteles a vida assim: "É o conjunto das operações de nutrição, crescimento e destruição, cuja causa é um princípio que tem o seu fim em si mesmo". (77).

Desde o instante divino da concepção, começa o embrião a se alimentar, sucedendo o mesmo ininterruptamente através do desenvolvimento do feto e da criança no ambiente intrauterino.

Verifica-se o mesmo no mundo vegetal, pois a semente possui o alimento da futura planta: Na bolota — disse alguém, — está o carvalho.

E vindo à luz do dia, logo os animaizinhos exigem o colostro. E os pintos consomem nas 48 primeiras horas os elementos trazidos consigo, sobrevivem à custa deles nêsse período.

A vida, portanto, se processa, se desenvolve e finda pelo consumo.

E quando o organismo humano não recebe de fora os alimentos essenciais à sua subsistência, não perece antes de se devorar como aquele estranho Erisicton do poema do luminoso Emiliano Pernetta: (78)

“Meu coração é como êsse infeliz que um dia
Céres p’ra o castigar, deu-lhe fome roaz,
Deu-lhe uma fome tal que quanto mais comia,
Mais queria comer e não ficava em paz.

Era a fome canina, era o horror e a fúria
De tal maneira que tôdos os bens vendeu,
E reduzido enfim a uma extrema penúria,
Vendeu o que era seu e o que não era seu...

E tanto desejou, e tanto, ela
Pediou, e soluçou, e ambicionou e quís.
Que não havendo mais com que satisfazê-la,
Deu em se devorar a si próprio, o infeliz”.

Embora resultasse a escola fisiocrática de Quesnay da observação da miséria do povo, não ligou êle seu livro à idéia finalística do consumo.

Adam Smith, também movido do desejo de estudar os fenômenos econômicos, não conferiu ao consumo lugar de preemiência em sua obra renovadora. Seus cinco livros se denominam: I — Of the Causes of improvement in the productive Powers of Labour, and of the Order according to which its Produce is naturally distributed among different Ranks of the people (Das causas de melhora na capacidade produtiva do trabalho e da ordem de acôrdo com a qual se distribui naturalmente seu produto entre as distintas classes de gente); II — Da natureza, acumulação e emprego do acêrvo; III — Do diferente progresso da opulência em diversas nações; IV — Dos sistemas de economia política; V — Das rendas do Soberano ou do Estado. (79).

Não concedeu o grande Smith ao consumo o lugar de relevo por êle merecido.

Preocupou-o, como se sabe, a exaltação do trabalho, objeto dos três primeiros capítulos de sua imortal obra.

Tocou a seu mais eminente discípulo no continente, J. B. Say a tarefa de, na sua clássica divisão da matéria, conferir àquele título posição independente. Esta a disposição das partes ou livros de seu célebre Tratado:

- I — Da produção das riquezas;
- II — Da circulação das riquezas;
- III — Do consumo das riquezas.

Malthus, Stuart Mill, Scialoja e outros autores não adotaram essa divisão de Say. (80).

Entretanto ela se impôs, e seu uso se generalizou entre os mais notáveis mestres da matéria no século XIX, vigindo ainda hoje.

De fato Gide em seu Curso, Leroy Beaulieu em seu Tratado, Baudrillard em sua Economia, e Fuchs, em sua Economia Política até o mais recente dos em meu poder, o desse brilhante Louis Baudin — Manuel d'économie politique (1947) tôdos seguem o sistematizador mais brilhante da escola clássica.

Desde Cournot (81) os expositores da Economia Pura ou matemática — Walras, Pantaleoni, Pareto, Bohm-Bawerk, etc. bem como os da escola de Cambridge — Marshall, Canaan, Pigou, Meade, etc. não separaram a matéria e não pisaram no rastro de J. B. Say.

Compreende-se-lhe a atitude, atenta a diretriz de seus estudos, marcada pelo desígnio de falar a linguagem dos cálculos, reservada a privilegiados dotados de profunda cultura da alta matemática.

Achar-se-ia essa escola, segundo a expressão de Pigou (82), presa “ao atrativo estético” dum bloco de doutrina ou perdida dentro num cipocal enleiante, vibratilizado por um violino do diabo de nova espécie, — a fascinante ciência de fórmulas e raciocínios transcendentais.

Invejável, em certo sentido, a posição dessa plêiade de filósofos, sábios e até estetas da economia, dansando sua estranha e sedutora dança de símbolos, abordando teorias da utilidade, do valor, (83) ou teoria do equilíbrio (84), teorias da produtividade, do uso, da abstinência, do trabalho, da exploração. (85).

Pairando nessa ambiência eufórica, não descem até cá em baixo, a êste inferno vívido da tragédia humana.

Essa tragédia humana, chave daquela amarga definição de Karl Marx para a disciplina de Adam Smith: “*A ciência das misérias humanas*” (86), atua como um polvo sôbre os seres sensíveis, envolvendo-os para sempre nos tentáculos duma angustia sem fim.

Abrangem essas misérias dois têrços da humanidade (87) ou cêrca de 1.400.000.000 (anda-se aqui na casa dos biliões!...).

E forma isso o problema da economia social, aplicada ou prática, tocando a esta lhe examinar os meios de solução.

Desde remotos tempos, volveram homens ilustres sôbre êsse lúgubre assunto a atenção e cogitações.

Sócrates, Platão e Aristóteles dele cuidaram.

E o fizeram apreensivos com a quantidade crescente de bocas a alimentar. Preconisavam, por isso, a limitação do tamanho das cidades de modo a não dificultar êste o abastecimento.

Senti, sempre, certa volúpia em ouvir como um éco pungente da própria humanidade fustigada de sofrimento e abandono aquele queixume de Jesús: “Tive fome, e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber. Era hóspede e não me recolhestes. Estava nú e não me cobristes. Estava enfermo, e no cárcere, e não me visitastes”. (88).

Êsse Cristo faminto, e sedento, e exposto à intempérie, e doente, e preso, e abandonado, se confunde com o pobre homem de tôdas as latitudes.

Sonharam depois homens ilustres soluções generosas para o pauperismo: Morus, Campanella, Saint Simon, Fourier, Owen.

Quedaram-se uns na idealidade. Outros empreenderam a realização de seus planos. E fracassaram.

Criaram-se sistemas com idênticos objetivos: socialismo científico, ou comunismo, socialismo de Estado, solidarismo, cristianismo social. Algu-

mas dessas correntes nunca lograram aplicação prática. Só os socialistas da Inglaterra e os comunistas da Rússia empreenderam experiências, duas das maiores e mais profundas da história. Não passaram, porém, ainda de experiências.

Narra Pareto (89) este episódio:

“No fim do ano de 1906, Jaurés foi intimado, na Câmara dos Deputados de França, a formular um projeto de legislação para estabelecer o coletivismo, que ele reclamava desde muito tempo. Pediu três meses de prazo para realizá-lo. Passaram os três meses e chegou o fim do ano sem que Jaurés tornasse conhecido seu plano, que sempre continuou oculto por espessas nuvens”.

Deve a nossa ciência debruçar-se sobre o problema da nutrição, constatando pela indutividade a existência de necessidades biológicas e sociais cuja satisfação cabe à humanidade.

Precisa a criança desde o nascimento cuidados estendidos por longos anos. Sem a solicitude materna, perece de inanição.

Depois tornada joven, continúa exigindo atenções até sua adaptação ao meio social como entidade produtiva.

Afiguram-se-me os homens como essa criança e êsse joven a clamar pela assistência da humanidade.

Dois térços de seus componentes curtem fome.

A inelutável interdependência dos povos e a crescente solidariedade entre êles impõem aquele sagrado dever de lhes suprir as deficiências de consumo, sucedida essa iniciativa de esforços leais pela sua eficiencialização para uma produtividade permanente e uma distribuição regular.

Citações do Capítulo n. 3

- 74 — É. Littré — Dictionnaire de la langue française, I, pág. 762.
- 75 — Antonio Morais, Dicionário da Língua Portuguesa, ed. fac-simile. Revista da Língua Portuguesa, 1922.
- 76 — W. Heller — Dicionário de Economia Política, pág. 67.
- 77 — Apud de A. Almeida Junior — Biologia Educacional, pág. 35.
- 78 — Ilusão, 1911, pág. 218.
- 79 — The Wealth of Nations.
- 80 — Th. R. Malthus — Princípios de Economia Política; John Stuart Mill — Princípios de Economia Política; Antonio Scialoja — Os princípios de Economia Social, etc.
- 81 — Recherches sur les principes mathématiques de la theorie des richesses.
- 82 — Teoria e realidade económica, pág. 11.
- 83 — Pantaleoni — Princípios de Economia Pura.
- 84 — Pareto — Manual de Economia Política.
- 85 — Eugen von Böhm — Bawerk.
- 86 — Apud Almeida Nogueira — Curso didático de Economia Política, pág. 49.
- 87 — Josué de Castro — Geografia da Fome, pág. 18.
- 88 — São Mateus, XXV, 42-43.
- 89 — Manual de Economia Política, pág. 107.

CAPÍTULO N. 4

"CAPITAL E CAPITALISMO"

Foi a capacidade humana de produzir além das necessidades de consumo que originou o capital. — Armando Temperani Pereira, "Introdução à economia política", pág. 165.

O capitalismo representou uma revolução económica inelutável em face do feudalismo. — Bela Székely, "De Taylor a Stananov", pág. 20.

CONFESSO significarem os vocábulos da epígrafe deste capítulo dos mais discutidos e discutíveis do temário da economia.

Assunto poliédrico, apresenta aspectos assim da nossa ciência, como da política e das ideologias sociais.

Define o insuspeito Loria (90) capital da seguinte maneira: "É a riqueza dedicada à produção".

Remontam-nos tão escassas e singelas palavras às éras primevas. Viviam os nossos ancestrais da coleta de produtos. E no dia da utilização dum pedaço de páu, ou pedra para facilitação do ato de apreender o objeto, inventou êle o capital.

Seguiu, êste, ampliando-se, metamorforseando-se, Proteu de nova raça, até atingir as modalidades conhecidas e aplicadas da atualidade com sua fabulosa mobilização para os mais gigantescos empreendimentos da história.

Multiplicando-se o homem, aglutinando-se, pela sua irreprimível tendência gregária, na complexidade de aldeias, vilas, cidades e nações, a mão sòzinha não supriria as necessidades coletivas.

E, portanto, o capital polimorfizou-se do machado de pedra às ações e títulos das suas concentrações em companhias, *holdings*, *trustes*, *carteis*, *pools*, consorcios como um dos mais formidáveis poderes do universo.

Por isso mesmo, se lhe hipertrofiou o sentido na forma de seu derivado — o capitalismo, novo e temeroso poder da sociedade.

Recorramos a Henri Hauser (91) para pedir a êsse professor da Sorbone nos esclareça sôbre a exsurreição daquele fenómeno económico e social:

"Si a revolução individualista e a revolução industrial do fim do século XVIII precipitaram o evento do capitalismo, não criaram elas o sistema. Existia antes delas, com êste tríptico carácter: tendência à divisão cada vez mais perfeita do trabalho e (consequência necessária) ao emprego da máquina; concentração crescente dos capitais, dos instru-

mentos de trabalho entre os capitais de indústria; criação de duas classes antagonistas, animadas de paixões hostis e cujos interesses se tornaram cada vez mais em desacôrdo”.

“Encontramos as origens dêste regime desde a época onde florescia ainda o sistema totalmente diferente da oficina familiar. Desenvolve-se à medida que se aperfeiçoa a indústria e se abrem novos mercados. Enfim, com o século XVI começa verdadeiramente a éra capitalista”.

Acertou êsse autor, mergulhando num passado remoto para indicar a gênese do capitalismo ou, como o denominava Werner Sombart (92), protocapitalismo.

Fala Sieveking do capitalismo em Roma e menciona a força dos Fugger, no século XV, lembrando a locução expressiva *Éra dos Fugger*, Amigos de Carlos V. (93).

Financiando cometimentos arrojados como os dos portugueses com a viagem de Francisco de Almeida às Índias, em 1505, os holandeses e espanhóis, em suas incursões através dos sete mares, irrigando sociedades anônimas formadas para grandes explorações, o capitalismo, evidentemente com intuítos de lucros, contribuiu para o progresso do mundo.

Seus investimentos em canais, portos, ferrovias, poços petrolíferos, navegações, etc., o atestam de maneira dificilmente contestável.

E direi aqui com Frederik Bemhan (94): “Não nos propomos discutir, si conviria substituir o capitalismo por outro sistema, ou si seria exigível e por que forma melhorar o funcionamento do capitalismo”.

Ao vermo-lo, numa preparação colossal revelar na Alemanha de Hitler, sua eficiência, pela organização de seus “Konzernes”, cuja ação através de empresas comerciais se estendeu sôbre o mundo (95) e quanto aos Estados Unidos a sua espantosa mobilização de guerra, concluímos sôbre a imensurabilidade do seu potencial. (96)

Representa uma instituição económica e social de incalculável importância. E deverá a humanidade aproveitá-la, enquanto existir, em benefício da paz pelos caminhos de uma maior produção e melhor distribuição de utilidades entre os povos com a finalidade de extinguirmos a fome entre os seus dois terços.

Julgo exequível um plano para êsse ideal em face de estudos e experiências executadas pela UNRRA, pela ONU, pelo esquema Marshall.

E isso nem a título de caridade, — nem à custa de expoliações da propriedade individual ou associativa, ou do sacrifício do supremo bem da humanidade, — a liberdade sob os seus variados prismas.

Citações do Capítulo n. 4

90 — Achille Loria — Economia Política, pág. 116.

91 — Les débuts du Capitalisme, pág. 42.

- 92 — Apud W. Heller — Dicionário de Economia Política, pág. 56.
- 93 — Heinrich Sieveking — História da Economia Universal, págs. 69 e 156.
- 94 — Curso Superior de Economia, pág. 154.
- 95 — Vejam-se as impressionantes revelações e informações objetivas de Ari Maurell Lobo, oficial superior de nosso Exército, em sua monumental obra, “Tratado de Economia Política Realística e Económica, págs. 901-003 (277) e 13-01-003, (733).
- 96 — Idem, idem, cap. 7, pág. 1 (237).

CAPÍTULO N. 5

"O DESCOBRIMENTO DO CAMINHO MARÍTIMO DAS ÍNDIAS E O NASCIMENTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL"

Porque, acima das fronteiras, o universo tende a se tornar numa unidade económica. A multiplicação dos meios de transporte e sua rapidez crescente, a aparição duma técnica industrial que cria uma produção maciça, a existência de uma moeda internacional para o capital, a mão de obra, e mesmo as mercadorias favorecem a mobilização internacional da produção, que tende a fundir as economias nacionais em uma economia mundial. — Louis Pomery, "Aperçu d'histoire économique contemporaine", pág. 10.

LEVAR-NOS-IAM aos primórdios da história as pesquisas sobre o comércio, sua origem, crescimento e expansão.

Não lhe ignoramos a existência entre as civilizações mais antigas, complexas e brilhantes.

Deixou sua evolução vestígios entre as ruínas da Mesopotâmia, do Egito, da Grécia e de Roma.

Apostrofando Ninive, falou assim o profeta Nahum: "Multiplicaste os teus negociantes mais do que estrelas do céu". (97).

Disseminaram os gregos colonias até os confins do Mar Negro e os fenícios, como observa Schmidt, (98) chegaram a concentrar em suas mãos o comércio mundial de sua época.

Explorando a guerra como uma indústria, os romanos não suscitaram a formação de parques de produção manufatureira em caráter estável, pois seu sistema de tributos arrancados aos povos subjugados, lhes favorecia o suprimento e as aquisições permanentes abrangiam talvez mais "artigos exóticos de consumo supérfluo", segundo informa o já citado Schmidt. (99).

Interveio Constantinopla para incremento das relações com o oriente remoto, através de extensas vias terrestres ou mixtas.

Mas esse intercâmbio padecia tremendas perturbações devido ao desmoronamento do império romano e as chamadas invasões de bárbaros.

Operou-se a conhecida regressão das populações urbanas sobre os campos.

Quando, lentamente, as aglomerações citadas se restauraram, reconstituiu-se progressivamente o comércio. Frise-se, porém, este nunca logrou desenvolvimento sequer aproximado em seu volume e regularidade ao dos tempos modernos.

Chamava-se comércio exterior então o entre cidades (100), pois o raio dentro no qual possível negociar com proveito tornara-se tão exíguo para a maior parte dos artigos que uma cidade inglesa estenderia suas relações comerciais mais importantes com outras cidades britânicas que com as de outros países estrangeiros.

Dificultavam as transações entre as praças européias várias causas, entre elas, a) as péssimas condições dos traçados e conservação das estradas; b) a multiplicidade de alfandegas internas ou barreiras; c) o perigo terrível dos bandoleiros e salteadores existentes ao longo das rotas terrestres e dos piratas através do Mediterrâneo e Mar Negro.

Como exemplo dos obstáculos fiscais, reporto-me aos evocados por Schmidt (101) nestas linhas: “De Mogúncia a Colônia, num trajeto fluvial de 42 horas, as mercadorias atravessavam 13 postos que cobravam direitos alfandegários e apesar de tôdas as lamentações dos negociantes nem o próprio Imperador logrou libertar essa grande artéria fluvial, pois não só os Príncipes palatinos, como também os simples senhores dos terrenos ribeirinhos consideravam o Reno como fonte de renda”.

Essa a situação em tôda a Europa, fácil de se compreender, pois, dado o fato de, na época, umas cidades considerarem as outras como estrangeiras exploravam elas o mais sedutor dos impostos — o de importação.

Conhecidos os efeitos deletérios das barreiras sôbre a economia francesa ao estourar a revolução de 1789. Atribuía-se-lhes mesmo influência na deflagração deste evento, pelas suas consequências sôbre a miséria das massas.

Provocaram as cruzadas consideráveis transformações no comércio universal, restaurando e ampliando o intercâmbio entre o ocidente e o oriente e acrescentando à lista de utilidades muitas outras de enorme valor e muita estima.

Tomaram aí impulso vigoroso as cidades italianas.

Sua ação se estendeu à Ásia, à África e tôda a Europa através de caminhos terrestres, marítimos e fluviais, percorridos por caravanas. Recebendo destas as mercadorias, as redistribuíam pela Europa.

Trafegavam mercados pelo passo do Brenner, pelos Alpes, pela costa atlântica e levavam e traziam produtos, em trocas intensas e regulares.

Exerciam elas verdadeiro monopólio no comércio com o oriente e disso auferiram colossais vantagens.

Entretanto, não nos iludamos com os fatos.

Vasto para a época, êsse intercâmbio mercantil, entretanto, medido pelo confronto com as proporções dos negócios universais, se reduz a uma empresa de Liliput, tal a sua insignificância.

Ensina-nos Schmidt: “Schulte pode calcular o tráfico mercantil médio sôbre o São Gotardo médio, segundo dados numéricos indiscutíveis comprovando que toda a soma do tráfico medieval de um ano poderia ser atualmente transportado por dois trens de mercadorias.” (102)

A irrupção e as vitórias dos turcos e otomanos sôbre a Ásia Menor,

norte da África e Sueste da Eurapa exerceram tremenda transformação sobre a economia mundial.

“Eles obstruíram o acesso direto dos tesouros do oriente. E por isso, sublinha Heinrich Sieveking (103) se tratou de dar um rodeio“.

Enquanto as cidades mediterrâneas, não querendo ou não podendo compreender a importância do drama econômico encenado pelo furor dos invasores asiáticos, um Príncipe português, D. Enrique, culto e cientista segundo no-lo informa em sua biografia Elaine Sanaceau (104), se preocupava com dois extraordinários cometimentos: O descobrimento do caminho marítimo para as Índias e o da América. (105).

Não sonhava aquela alteza com uma aventura das tão ao gosto da época. Assentaria seu arrojado cometimento em bases científicas.

Para isso, começou se rodeando de pilotos e técnicos, e “homens de todas as partes do mundo conhecido se acotovelavam nêsse recanto isolado do Algarve e muitos provinham de regiões mal conhecidas”, “genoveses, venezianos, catalães, ingleses, franceses, alemães, escandinavos, judeus e mouros. (106)

E isso para a finalidade já apontada de resolver o problema de achar novos caminhos para o oriente. Nutria certeza da consecução de seus objetivos, pois um certo índio Jacó, embarcado para África com Diogo Gomes, serviria de interprete, caso se chegasse à Índia. (107)

Para corroborar o valor dos empreendimentos de Portugal, personificado em D. Enrique, socorro-me da palavra do notável historiador das doutrinas econômicas René Gonnard. (108) ao julgá-lo nêste passo expressivo: “Entendo êste Dom Enrique, também filho de Dom João I, e que ficou na história, com o epíteto de “O Navegador”. Não que êle pessoalmente haja viajado muito, porém, porque foi êle que organizou, durante mais de quarenta anos, dirigiu, inspirou, conduziu a imensa empresa das grandes descobertas marítimas. Homem de ação quando mistér, soldado heróico quando necessário, mas sobretudo sábio (*savant sic*), e organizador prestigioso, que soube animar com seu ardor apaixonado e tenaz, os capitães de navios que lançou incansavelmente à exploração das costas da África...“.

“Ê, continúa o circunspecto Gonnard, todo um programa de exploração da colonização portuguesa: científico, político, econômico, religioso”.

Resultou dessa gigantesca campanha — o descobrimento do caminho marítimo das Índias. E dêste uma subversão no rumo da história da economia universal, pois o multimilenar eixo daquela se deslocaria do Mediterrâneo em cujas margens se ergueram e destruíram civilizações para a amplidão do Ocenao Atlântico.

E sobretudo, em virtude daquêle estupendo acontecimento científico e técnico, se criava o comércio internacional em proporções como nunca dantes existira.

As caravelas de Vasco da Gama e dos subsequentes navegadores dos mares orientais carregavam milhares de toneladas de mercadorias.

E isto provocou consequências políticas, econômicas e sociais profundamente subversivas.

Apresentaram caráter político por derrocarem o poderio das arrogantes repúblicas de Veneza, Genova e outras da Itália.

Seu aspecto económico se evidencia pela baixa considerável de preços de utilidades outróra cotadas fabulosamente.

Cantú (109) diz: “O preço das especiarias baixou então subitamente no ocidente, porque além de ser mais fácil e mais avultado seu transporte nos grandes navios, passavam por menos mãos; baixaram tanto que chegaram a custar em Lisbôa a metade do que custavam antes em Alexandria e Alepo”.

Decorreram os efeitos sociais da elevação geral do padrão de vida dos povos. Coisas dantes só usadas pelos reis e nobres e ricaços passaram ao consumo comum. (110).

Não hesito em uma transcrição mais longa de um historiógrafo idôneo, como Clive Day, professor na Universidade de Yale, Estados Unidos, pelo desejo de salientar o alcance da empresa dos portugueses.

Ela, em verdade, contribuiu decisiva e irretorquivelmente para a constituição de uma das mais poderosas instituições da humanidade, o comércio internacional, — alicerce da grandeza futura da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

Eis as palavras do ilustrado mestre de Yale:

“Europa se havia familiarizado com os gêneros asiáticos no curso do comércio com o Levante, de modo que o mercado para os mesmos já estava perfeitamente estabelecido quando regressaram da Índia os primeiros barcos lusitânos.

“Não obstante, o transporte por mar, devido a seu menor custo e seus carregamentos muito maiores, causaram tal baixa nos preços dos artigos do oriente que o mercado para os mesmos se ampliou imensamente”.

“Aquilo que antes havia sido dispendiosos artigos de luxo, só acessíveis às bolsas dos ricos, se tornaram agora de uso corrente ou mesmo sendo artigos de luxo, estavam ao alcance de muita gente. Neste período o chá, o café, o açúcar se converteram em artigos de consumo em alguns países da Europa. Para dar-nos conta do papel representado em um país adiantado por esses três produtos, basta lembrarmos o fato de que antes do fim do século XVIII constituíam mais da quarta parte do total das importações da Inglaterra. Outros gêneros tais como os tecidos da Índia, conhecidos da Europa, porém que eram demasiados volumosos o que lhes dificultava outra a inquisição das suas qualidades mais baratas, podiam agora entrar no mercado com grandes quantidades...” (111)

Por isso mesmo, um historiador da economia, concienzoso como M. C. Schmidt (112) considera o descobrimento da rota oceânica para as Índias como “o ponto de partida para uma revolução transcendental de toda a economia da Europa”.

Surgia, organizado pelos portugueses, com base no empório de Lisbôa, o comércio internacional, realizando-se num volume e de efeitos sociais absolutamente sem precedentes na história da humanidade.

Contar-se-ia daí para diante com uma instituição capaz de pôr em con-

tacto os mais remotos povos, alcançando-os, aproximando-os, mostrando-lhes pela objetividade dos produtos permutados entre eles, o valor incalculável da cooperação.

Por que, entretanto, deixou Portugal de auferir, através dos séculos, os benefícios do importantíssimo fato económico da criação do alto comércio mundial, quando as nações posteriormente usufruárias dessa realização para isso não contribuíram com coisa nem uma?

A mais bem aquinhoadada — a Inglaterra —, até o reinado da rainha Isabel (1533—1603, filha de Enrique VIII) viveu como confinada em sua ilha, tosquiando carneiros, pedra angular de sua agricultura”.

“Até então nem um marinheiro foi mais timorato nem menos aventureiro do que o inglês. No princípio do século XVI, quando franceses, espanhóis e portugueses exploravam a América, as costas da África e a Índia, mal se atreviam os ingleses a aventurar-se pelo Mediterrâneo” — diz-nos Gonnard. (113).

Presta-nos N. S. Gras esta informação: Entre 1200 e 1500, Londres nunca possuiria mais de 50.000 habitantes. (114).

Emílio Willems, professor de antropologia na Universidade de São Paulo, no seu interessantíssimo opúsculo “Elementos de História Geral da Economia”, nos subministra dados sobre a frota inglesa: Em 1577 constava de 114 navios de 100 a 150 toneladas apenas. Em 1629, contavam-se 350 naus de mais de cem toneladas com uma capacidade de 35 a 40.000 toneladas. Em 1788 existiam 9.360 barcos com 1.053.610 toneladas. Em 1791 aquele número chegou a 10.423 com 1.168.469 toneladas e em 1802 registravam-se 13.446 naus com 1.642.224 toneladas. (115).

Como se vê, nos séculos dos descobrimentos a Inglaterra não dispunha de apreciáveis recursos navais.

Entretanto se tornou na herdeira de Portugal.

Como ocorreu isso?

A causa número um dêsse sucesso se encontra na fatalidade histórica de Portugal perder a sua independência.

Acarretou-lhe esta ocorrência o esfacelamento do império.

Recuperada a liberdade, a Inglaterra o estrangulou, sugando-lhe inexoravelmente a riqueza e as enregias.

Afirma-o, embora em termos candentes, Frederico List (116) nas páginas de sua afamadíssima obra.

Uma das armas poderosas usadas por ela contra seus adversários consistiu nas Atas de Navegação. Outro, o tratado de Methaen. Ele assegurava à Inglaterra uma espécie de monopólio no comércio com Portugal. Aquêlê convênio arruinou totalmente a indústria portuguesa de tecidos. List assevera textualmente: “Portugal caiu em completa dependência política da Inglaterra, e esta nação conseguiu estender de modo ilimitado seu comércio nas Índias orientais e na China, na base do ouro e da prata obtidos em seu tráfico com Portugal, circunstância esta que permitiu fundar seu grande império nas Índias Orientais e eliminar os holandeses de seus principais estabelecimentos”.

“Mistér salientar a arte com que os ingleses souberam converter á dois países, Portugal e as Índias orientais, em instrumento de sua futura grandeza”.

Aliás ainda acerca do vampirismo britânico voluptuosamente executado contra Portugal, vem a talho de foice êste tópico do grande escritor brasileiro Roberto Simonsen (117) em sua monumental obra sôbre a nossa economia:

“Lucrou assim a Inglaterra bem mais que Portugal com as descobertas dos bandeirantes paulistas”.

“Por um dêsses paradóxos, de que a história é tão rica, os escravos africanos que o ouro dos mineradores brasileiros introduziu para labutar nos sertões brasileiros, trabalharam poderosamente para o aperfeiçoamento das condições sociais e políticas do povo daquela grande nação, melhorando consideravelmente as condições do trabalho agrícola nas ilhas britânicas”.

Linhas acima empreguei o vocábulo cooperação para atribuí-lo ao comércio como uma das suas mais belas funções.

Realmente possibilita êle aquela realidade tangível de uma colaboração para a comodidade dos homens apesar da imensidade das distâncias.

Isso impressionava o profundo Adam Smith, provocando-lhe aquelas formosas palavras da Riqueza das Nações (118), tachada de página admirável por Charles Gide (119).

De facto, ao circunvagiar o inglês hoje um olhar pelo seu ambiente familiar ou social enxergará na sua mesa o bife da Índia, o açúcar de Cuba, o trigo do Canadá, a batata da Holanda, o sal de Cadiz, a pimenta de Ceilão, o arroz do Brasil, e o presunto, o bacon e a banha dos Estados Unidos. Em seu corpo carrega algodão do Egito, pêlo de castor do Canadá, couro da Argentina, peles da Rússia, ouro da União Sul Africana, prata do México, platina da Sibéria, fumo do Brasil, fazendas coloridas com anilina da Alemanha, relógio da Suíça.

Compõe e imprime seus jornais, livros e revistas em máquinas norte-americanas, em papel escandinavo, com tintas germânicas.

Homens de todas as latitudes, raças, côres e civilizações produzem para o conforto inglês ou de qualquer outro cidadão do mundo e só o comércio, utilizando transportes rápidos, poderia e pode por sua cooperação, possibilitar o uso e gozo de tão elevado padrão de vida.

Deve-se essa conquista, alargada a um cada vez maior número de indivíduos em tôdas as nações, não a trocas como as anteriores à era dos descobrimentos, mas em grosso.

E a instituição executante deste, abarcando todos os países da terra, em volumes como a antiguidade nunca conheceu, foi o intercâmbio comercial lançado e desenvolvido por Portugal com sua temerosa proesa, cientificamente planejada do descobrimento do caminho marítimo das Índias.

Citações do Capítulo n. 5

- 97 — Bíblia, pág. 671, tradução de João Ferreira de Almeida.
- 98 — M. G. Schmidt, História do Comércio, pág. 19.
- 99 — Idem, pág. 35.
- 100 — Clive Day, História do Comércio I, 42.
- 101 — História do Comércio, 83.
- 102 — Idem, 81.
- 103 — História Económica Universal, pág. 161.
- 104 — D. Enrique, O Navegador, pág. 379.
- 105 — Júlio Dantas, História da Colonização Portuguesa, vol. I, capítulo, A Era Manuelina, pág. 4.
- 106 — Elaine Sanceau, op. cit., págs. 380 e 381.
- 107 — Idem, pág. 381.
- 108 — La conquête Portugaise, pág. 33.
- 109 — Cesar Cantú, História Universal, vol. XII, pág. 401.
- 110 — Idem, idem.
- 111 — História do Comércio, pág. 137, vol. I.
- 112 — História do Comércio, pág. 85.
- 113 — História das Doutrinas Económicas, vol. I, pág. 236.
- 114 — Introdução à Economia Política, cap. V, pág. 136.
- 115 — Elementos de História Geral da Economia, pág. 71 e 72.
- 116 — Sistema de Economia Nacional, págs. 80, 96, 99, etc.
- 117 — História Económica do Brasil, pág. 48.
- 118 — The Wealth of Nations, pág. 11.
- 119 — Compêndio de Economia Política, 1929, pág. 148.

CAPÍTULO N. 6

"DIGNIFICAÇÃO, EFICIENCIALIZAÇÃO E VITÓRIA DO TRABALHO"

Os filósofos gregos o despresaram... Os teólogos o reabilitaram. Incarna a religião cristã a humanidade de Deus numa família cujo chefe é um carpinteiro. Gaetano Pirou.

"Cours d'Economie Politique, I, pág. 31.

Os amigos da humanidade não podem deixar de desejar que as classes trabalhadoras de todos os países gostem de diversões e que deveriam ser estimuladas por todos os procedimentos legais em seus esforços para os obter. Davi Ricardo, "Princípios de Economia Política e de Tributação, pág. 87.

CONSTITUIRÁ o drama do trabalho no espaço e no tempo um dos capítulos mais pungentes da história da humanidade.

Segundo a cosmogonia Bíblica, começou no paraíso, o prólogo de sua longa tragédia.

Depois da revelação do pecado, aparece Deus a Adão e Eva e lança-lhes indignada e veementíssima imprecisão, repassada de acentos tremendos da linguagem dos heróis de Sófocles e Ésquilo: "Pois que deste, Adão, ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que eu te havia ordenado que não comesses: A terra te será maldita na tua obra: tu tirarás dela o teu sustento com muitas fadigas todos os dias de tua vida".

"Ela te produzirá espinhos e abrolhos: e tu terás por sustento as ervas da terra".

"Tu comerás o teu pão no suor de teu rosto até que te tornes na terra de que foste tomado..." (120).

Duríssimo o castigo inflingido por Deus a suas criaturas. E, por mais os exegetas forcejem, desde milênios, em lhe amenisar o conteúdo, a realidade se lhe ajustou sempre ao sentido literal.

Para a quase totalidade dos homens, representou o trabalho uma carga terrível, pesadíssima, suportada do princípio ao fim da existência.

E durante séculos, nas civilizações mais brilhantes, seu exercício acarretava desprezo e humilhação ao homem.

Consideravam-no ignominioso. Reduzia aquele à triste condição de pária, proscrito da sociedade.

Os gregos, tão profundos e cintilantes, cultores do bem, do belo, da verdade, pecaram com Aristóteles e outros de seus pensadores ao aviltarem o povo, estigmatizando-lhe o trabalho.

Aquele filósofo possuía e externava opiniões radicais a respeito. Para ele, a escravidão representava uma instituição indispensável ao Estado e as idéias sustentadas, v. g., no capítulo II, por ele sobre aquele regime e sobre os trabalhadores nos chocam extraordinariamente. Reduz estes a meros instrumentos (121), pondo-os no nível dos servos. E na Ética de Nicomaco (122) escreve textualmente: “A multidão que, a toda evidência, não se distingue em nada dos escravos escolheu uma existência toda animal e acha razão no exemplo das pessoas do poder que levam uma vida de Sardanápolo”.

Seu conceito acerca do trabalho físico e mental o levava a uma organização social tipicamente aristocrática e com escárneo dizia: Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fêra ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtém”. (123).

Menciono com certa insistência Aristóteles devido à poderosa influência exercida por ele no seu e nos tempos vindouros e até hoje, pois citam-no, como lembra Max Beer (124), os defensores do regime capitalista, violentamente anti-comunista, aplicava contra Platão os mesmos argumentos ora dirigidos contra Karl Marx.

Em Roma, não desfrutou o trabalho melhor sorte.

Resumiremos-lhe o parecer sobre o trabalho nestas linhas extraídas da importante obra de Gonnard (125), fonte de copiosas informações para a elaboração desta tese: As alfaías da cultura, escreve Varrão, dividem-se em três gêneros: “o gênero falante (instrumento vocale), que compreende os escravos; o gênero de voz inarticulada, que compreende o gado; o gênero mudo, que compreende os veículos”. E ingenuamente acrescenta: “Nos terrenos insalubres mais vale empregar trabalhadores assalariados”: Não constitui a sua morte, como a do escravo, perda pecuniária para o explorador”.

Instrui-nos esse tópico o valor do escravo e do proletário para os romanos: Consideravam aquele de “Instrumento” e o classificavam entre o gado e os veículos, tomando-se para critério de diferenciação apenas a palavra articulada. Em suma, o escravo falava, o gado mugia, rinchava ou grunhia como boi, cavalo ou porco e os carros não possuíam voz. Pois bem, Varrão frisa: Os agricultores romanos apreciavam mais os escravos pelo fato de estes representarem capital e o trabalhador livre nada lhes custar na produção em sítios insalubres sinão o salário diurnal! Para eles o servo, enfim, superava em valor e merecimento ao operário!

A época romana, sucedem a invasão dos bárbaros e a idade média,

Aquela, consigna Gonnard (126) “manifestou-se forçando a humanidade ocidental a mudar o seu gênero de vida, a regressar à mais grosseira existência, a uma economia quási exclusivamente rural e doméstica, substituindo a economia urbana e provincial, — e até certos respeitos imperial, — apurada e diferenciada do império romano”.

Não nos embrenharemos através da confusão daquela fase tumultuária de desmoronamento social e económico.

Achamo-nos numa como encruzilhada da evolução do trabalho: Encerra-se uma era estabelecida principalmente sobre a escravidão e o colono (êste em regime apontado por Luiz Segal (127) como antecessor da servidão explorada no feudalismo, pois se prendia à terra incluindo-se-lhe na venda) e abre-se outra, de certo com o homem ainda sujeito àquela deplorável instituição. Porém, inaugura-se para o trabalho um estágio daí em diante assinalado por conquistas cada vez mais importantes e decisivas para êle.

Podemos lhe marcar, sob o duplo aspecto social e técnico, as seguintes etapas:

FEIÇÃO SOCIAL

I -- Dignificação do trabalho; II — Corporação; III — Liberdade de Trabalho; IV — Sindicalização; V — A posição do trabalho como fator da produção; VI — A era industrial; VII — Desemprego; VIII — Urbanismo.

FEIÇÃO TÉCNICA

I — Especialização e preparação profissional no artesanato; II — Mecanização incessante e progressiva do trabalho; III — Aparecimento e desenvolvimento de escolas técnico-profissionais; IV — Desenvolvimento da ciência do trabalho devido aos progressos da psicotécnica; V — Universalização do tailorismo, fordismo e do failorismo.

FEIÇÃO SOCIAL

I — Dignificação do trabalho. Tocou à Igreja romana, mercê do esforço de um pugilo rutilante de notáveis filósofos e teólogos, abrir uma época de renovação para o trabalho, sua dignificação, sua valorização.

A frente dessa falange de pujantes cerebrações se topam Alberto o Grande (1193-1280) e São Tomás de Aquino.

Preconizam a sua dignificação, ao o definirem como qualquer ofício que habilite o homem a ganhar honradamente a vida. Reclamam para êle justo salário, “pois tôdo o homem válido, laborioso e poupado, deve poder viver com seu trabalho, fazer viver os seus e economizar para os maus dias”.

Como acentua Gonnard, fonte deste e dos últimos períodos (128) “parece que teve essa doutrina do justo salário, real influência na prática, e que nomeadamente no século XIII, foi geralmente satisfatória a taxa dos salários”.

II — Corporação — Pierre Demondion (129) cita a codificação de Etienne Boileau, preboste de Châtelet, realizada e executada a partir de 1298, como um ponto de referência na evolução daquela entidade social.

Ela assume daí em diante papel cada vez mais importante.

O Dicionário de Economia Política, de Charles Coquelin e Guillaumin lhe atribui função política, pois na luta da realeza contra o feudalismo pela recuperação da unidade nacional e do seu poderio, se apoiou o soberano na corporação, quer dizer, no proletariado.

“As corporações — afirmam aqueles autores (130) — refúgio dos

fracos contra os fortes, meio eficaz de polícia pelo Estado, possuíam outro caráter essencial, formavam um instrumento de monopólio”.

“O jugo da realeza pesa menos sobre os trabalhadores que o de mil poderes confusos que sua enérgica concentração absorvia”.

Arregimentado, o proletário se acha protegido contra abusos. E passa a exercer elevada influência sobre a coletividade, devido à sua modalidade de produção e distribuição.

Dura a corporação até o século XVIII. Por decreto de 1791 foi, na França, extinta. Outros países adotaram essa lição.

Até o Brasil, onde se discute si ela existiu, estipulou, na constituição de 1824, essa medida.

III — Liberdade de trabalho — A lei de 2 de março de 1791, dando cabo das corporações, libertou o trabalho.

Disporia daí em diante o proletariado, formado do homem livre, de seus braços. Assalariar-se-ia como melhor lhe aprouvesse. Subsistiu, lembremo-lo, a escravidão, no Brasil só extinta em 1888.

Entretanto a libertação não lhe trouxe tôdas as vantagens esperadas. Durante muitas décadas, vegetaria numa existência mofina com horários pesados, retribuição de fome, dentro de ambientes mefíticos. Sobretudo, padeceriam bárbaramente duas pobres criaturas: a mulher e a criança.

Entretanto, Adam Smith, precedendo a grande revolução com sua apologia do trabalho e alcandorando-o à posição insuperável entre os fatores da produção, abria um debate e um exame nunca mais cessados.

Operou-se vasto movimento, constituindo-se correntes e escolas das mais variadas, propugnando soluções de extremo a extremo entre a esquerda e a direita, permeiadas de iniciativas humanitárias como a dos solidaristas franceses.

Quási tôdo o século XIX e os primeiros quarenta anos do século XX, fluíram entre lutas, por vezes cruentas, em prôl de reivindicações operárias.

Numerosos benefícios já logrou a classe. E aspirações, apontadas como provocadoras de catastróficos dissídios entre as classes dos patrões e dos empregados, encontraram e vão achando satisfação pacífica. Nesse sentido, podemos apontar o Brasil como uma das nações pioneiras, pois sua Constituição, no art. 157, alínea IV, adotou o princípio revolucionário da participação dos operários nos lucros das empresas. “Participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar” — estipula o pacto de 1946.

Por outro lado, segue o mundo o desenrolar das duas mais vastas e complexas experiências sociais de tôdos os tempos da humanidade, as da Rússia e a dos trabalhistas ingleses.

Aquela aplica as idéias de Marx, adaptadas por Lenine e, segundo muitos publicistas, atenuadas por Stalin.

Êstes estão escorados na sua maioria esmagadora na Câmara dos Comuns, procurando realizar o programa socialista de seu Partido. Topam-se-lhe as Bases expostas pelo major Clemente Atlee, atual Chefe do Gabi-

nete Inglês e grande líder de sua corrente, num opúsculo de sua autoria. (132).

Depois de retrospectivar o trabalhismo britânico, estadeia os tópicos fundamentais da ação de seu grupo partidário.

Trava-se em tôdos os setores da vida inglesa uma batalha imensa, de proporções ciclópicas, não obstante se processar no ritmo de uma prodigiosa revolução branca, dentro na fleugma albiônica.

Isso por se desdobrar dentro, rigorosamente, no clima da democracia inglesa, cujo mecanismo se mostra perfeito e flexível, consoante a psicologia e a educação de sua gente.

IV — Sindicalização — Não tratarei, neste parágrafo, do sindicalismo como modalidade socialista e das formas estatais seguidas pela Itália, Alemanha e Portugal sob a denominação de corporativismo. A fenomenologia e expansão deste impressionaram vivamente políticos e escritores de diversas nações.

Sente-se-lhe o influxo na obra, por exemplo de Manoilescu, professor de Economia Política da Escola Politécnica de Bucarest (133). Alguns economistas franceses não esconderam suas simpatias pelo sistema. E Constituições como a do Brasil de 1937 o adotaram. (134).

Arí Maurell Lobo vislumbra-lhe traços em aspectos até da legislação do grande Franklin Delano Roosevelt. (135).

Ao tipo objeto destas rápidas informações, Heller em seu Dicionário Económico, denomina sindicato obreiro.

Gide dá-lhe o epíteto de reformista e o configura nestas palavras: “Sem refugar o princípio da luta de classes e sem renunciar à grêve, não desdenham as reformas sociais, sobretudo quando elas se deparam sob a forma de leis e não de instituições filantrópicas. Não acreditam que o regime capitalista esteja no fim, nem, admitindo que estivesse para ocorrer, se ache apta para o advento pela forma de associações, sobretudo pelo sindicato...” (136).

Esse, mais ou menos, o padrão de sindicato instituído no Brasil desde algum tempo. Trata-se de uma organização de classes, abrangendo quer empregados dum lado, quer empregadores doutro e tôdas as profissões.

A Constituição de 1934, art. 120, § único, assegurava a pluralidade e a completa autonomia sindicais.

O diploma outorgado com o golpe de 10 de novembro de 1937, declarou, em seu art. 138, ser livre a organização sindical ou profissional.

Porém, legislação posterior (137) estabeleceu a unidade sindical.

Dispondo sobre o assunto, o pacto de 1946, no art. 159 declarou também livre a associação profissional ou sindical, cuja organização dependerá de lei ordinária. Eliminou-se, porém, o conteúdo corporativo do estatuto de 1937. Continúa a sindicalização no regime da unidade, aliás, ao meu ver, mais satisfatório para as condições pátrias.

Trouxe à colação este tema, frisando-lhe o aspecto da organização pacífica por acreditar na possibilidade de uma fecunda cooperação do

proletariado universal para solução dos graves problemas da maior produção e da melhor distribuição.

Pelas associações nacionais federalizadas dentro do país e confederadas internacionalmente, facilita-se a compreensão das questões como a aqui versada.

V — O trabalho e a produção — Rehabilitado o trabalho por iniciativa da Igreja, defendida vigorosamente sua importância como fator de produção pela escola de Adam Smith, proclamada sua liberdade pelos revolucionários de 1789, generalizou-se-lhe o interesse pela sorte.

Historiadores, sociólogos e economistas o estudaram seriamente, daí resultando consequências notáveis para a melhoria de suas condições.

Não se ficou no plano das idéias e dum ambiente simpático a essa atividade basilar da vida humana.

Enormes transformações se operaram no estado do Trabalho. E, contrastando com os antigos, partidários e praticantes de uma diferenciação entre trabalhadores intelectuais e braçais, modernamente e de forma legal como a constituição brasileira, se proclama possuírem ambas essas classes direitos idênticos. Preceitua-o o parágrafo único do art. 157, nestes termos: “Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios”. (Constituição de 1946).

Consta dêsse diploma a participação coercitiva dos operários nos lucros das empresas. (n. IV do referido art. 157).

Cogita-se da repartição entre as duas classes antagônicas do sobrevalor (plusvalia de Karl Marx). Nutriam os ideologistas do século XIX convicção de residir nisso um dos motivos medulares da luta entre patrões e empregados.

Antecipou-se o Brasil. E mais uma vez em sua história, topa solução conciliatória para tremendas questões sociais ou políticas.

Consoante as prescrições da regra em lide, nossa pátria ergue o trabalho ao nível do capital, ao lhe conferir solenemente igualdade de direitos na divisão dos resultados da empresa.

Enxergo nessa providência, além da demonstração cabal do espírito desprendido de nossa gente, sua espantosa capacidade de assimilação dos mais arrojados princípios da humanidade, sinais da probabilidade de se contar com a numerosa legião dos trabalhadores do Brasil e, por seu intermédio, os do mundo para a empreitada da perlustração dos caminhos da paz aqui apontados, os da maior produção e melhor distribuição.

Aliás, o Estado moderno, consoante nos mostra o brilhante Porto Carrero (138), terá de renunciar ao seu papel de “gendarme” de guarda aos cofres dos capitalistas, terá de desterrar a preocupação de que êle só existe em função das classes conservadoras; terá de buscar um apôio mais racional, mais espiritual e mais humano do que a organização capitalista da sociedade”.

Já aceitou o Brasil essa advertência do mestre patricio. Pôs-se na vanguarda, adotando medidas notáveis em favor dos proletários nacionais,

VI — A era industrial — Falam numerosos economistas, ao versarem o tema das transformações oriundas do progresso da mecanização do trabalho, em revolução industrial. (139).

Pirou se refere a duas revoluções: A mecânica, devida ao cometimento de John Lomb, subtraindo desenhos e planos, numa viagem clandestina às fábricas da Itália de fiar sêda e reproduzindo as máquinas na Inglaterra e aos esforços de Arkwright em 1767 e de Cartrigh em 1785, aquele criando a máquina de fiar algodão e este a de tecer. (140).

A segunda revolução se efetuou no fim do século XIX e começos do XX: A invenção do motor de explosão e a utilização industrial da energia elétrica.

Roosevelt e os russos compreenderam a excepcional alcance da eletrificação dum país. Estes proclamaram: O comunismo consiste em govêrno mais eletrificação da Rússia (141) e o grande Presidente da Liberdade fez da eletrificação notável plano para o vale do Tenesse, causa da recuperação de vasta zona dos Estados Unidos, servindo a populações extraordinariamente beneficiadas pela eletrificação rural.

Os feitos da revolução industrial foram aumento da produção, elevação do padrão de vida de milhões de pessoas graças à multiplicação dos produtos.

Artur Birnie, vendo o lado máu dela, escreveu esta frase azêda: “Fez uns quantos ricos, porém, criou muitos pobres. Aumentou a riqueza nacional, porém, suspendeu o progresso social. “A Revolução Industrial pôs em maior relevo o problema da pobreza ao criar uma classe de proletários sem terra nem propriedade”. (142).

Segundo meu parecer, o autor dêste tópico não viu com clareza o processo por êle também denominado revolução industrial.

Isso contrasta, aliás, com a própria denominação empregada para designar aquele fenómeno.

Si se cuidava de revolução, atuaria como esta, fato social, subvertendo, destruindo, renovando, inovando, criando formas diferentes de vida.

Constituindo seus parques de trabalho, mobilizou milhões de operários.

Fomentou a evidenciação de uma classe da sociedade outrora confinada nos lares, executando mofinamente manualidades ou utilizando instrumentos primitivos e toscos.

Com isso, servia, pode-se dizer, apenas uma parte da coletividade, a dona de recursos para utilizar os artigos fabricados em pequena escala.

A máquina reclamou muitos braços. Aglutinou êstes nas cidades, revelando aos guias da sociedade problemas complexos como os de residência, alimentação, higiene até então subtraídos às suas vistas.

Si o capitalismo cresceu vertiginosamente, também o operariado embora padecendo indizíveis misérias, estadeou-se à plena luz das urbs tentaculares, provocando violento exame da questão.

Descobria-se a pobreza dos homens. Horrorizaram-se todos com sua extensão. Porém, quem a criou não foi a máquina. Ela existiu desde os

primórdios da civilização. Apenas atravessou milênios escondida, desprezada, e até perseguida como si fosse culpada de seu estado.

A inauguração da era industrial provou terem chegado os tempos para o início de esforços para solução da questão social nos seus aspectos mais graves, os do aproveitamento da subsistência da humanidade.

Todos os males lhe imputados, compensaram-se pela universalização de preocupações com a questão proletária.

E ainda hoje, sabemos da existência de dois terços da humanidade assolados pela fome (Josué de Castro e Emery Reves op. e loc. cit.).

Novickow dizia, na alvorada deste século: “De dez habitantes do globo nove nunca satisfizeram a sua fome”. (143)

E Harold Lasky (144) externa estes conceitos: “E’ comentário suficiente aos protestos dos homens de negócio no seu desejo de governar sem restrições o setor econômico o fato de que, em 1939, nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, doze milhões de cidadãos dependiam de assistência pública como meio de vida e de que, na Inglaterra, segunda nação pela riqueza, entre quatro crianças uma estava subalimentada”.

Ora, aí se nos deparava e depara ainda, não como o resultado da mecanização do trabalho, a inalterabilidade de uma situação de angústia, existente em todos os tempos, porém, agora revelada.

Si essa miséria reinava, culpa não se encontra na industrialização, pois nessa época já se perpetrava este crime contra os direitos de viver dos miseráveis: “Meio milhão de ovelhas foi incinerado no Chile. Seis milhões de vacas leiteiras e dois milhões de ovelhas foram destruídos nos Estados Unidos. Vinte e seis milhões de sacas de café foram implacavelmente queimados no Brasil. E um carregamento de laranjas espanholas foi lançado ao mar de Irlanda, enquanto o navio, sem a preciosa carga, atracava em Liverpool num dia de calor sufocante de agosto, à vista de crianças para quem as laranjas eram um luxo inatingível!” (145).

Novicow apontou a causa da deficiência alimentar dos povos: “Somos pobres porque a produção anual de subsistência e vestimentos é insuficiente”. (146).

E na atualidade, o generoso Deão de Canterburi conhece também os motivos de um terço comer bem e dois terços curtirem fome: “O erro está na organização social da distribuição. A produção em massa não é equilibrada pelo consumo em massa. As máquinas e os processos pelos quais os cientistas proveem as nossas necessidades materiais — casa, alimento, roupa e meios para obter distração e segurança — são retardados por uma política deliberada; limitamos a velocidade de nosso Roll Royce a dez milhas por hora. (147).

Bela Székely intitula um dos capítulos de seu nervoso opúsculo “DE TAYLOR A STAJANOV” (148) “A máquina devora o homem”.

Nesse como noutros muitos pontos, discordo do autor, pois a máquina não tritura o homem. Este, porém, não aplica devidamente os produtos dela. Por isso parece nosso semelhante.

Ainda, de fato, não ajustamos a coletividade universal aos efeitos da

era industrial. Realizou-se a revolução. Ocorreu espantoso progresso. Mas, enquanto, como descreve Székely, proletários dos Estados Unidos torram dinheiro com cosméticos, tinturas de cabelos, e acrescento eu, os trabalhadores do Brasil consomem quinquilharias, pechisbeques, a fraudulenta Coca-Cola, "chiclet", rebotalhos de frutas secas importadas do estrangeiro — milhões de criaturas definham mal ou não nutridas lá e aqui.

Quem o responsável por isso?

A máquina?

Não! O homem!

Lemos em mestres da ciência económica observações atribuindo à revolução industrial responsabilidade pela verificação e agravação de dois fatos sociais e económicos: O urbanismo também chamado por Fuchs (149) absentismo e consistente na evasão dos trabalhadores rurais para as cidades e o desemprego.

Não nego o incremento produzido pela industrialização ao fenómeno do fluxo de trabalhadores dos campos para os centros citadinos. Ocorreu realmente e as razões se acham na insuficiência dos salários pagos pela agricultura.

Sujeitos a um sistema de vida de fome e privações de toda a natureza, sem a mínima assistência dos govêrnos, os desgraçados lavradores abandonam sua profissão, deslocando-se para as zonas industriais.

Desde 1939 esse mal aumentou no Brasil e noutras nações. E ainda agora a Argentina se vê às voltas com uma crise devido ao despovoamento de suas fazendas, em detrimento da lavoura e promovendo a superpopulação de suas cidades. Aquele país padece, de muito, e cada vez mais, de séria macrocefalia.

Porém, mistér consignarmos aqui não caber ao industrialismo moderno a invenção do urbanismo ou absentismo.

Sempre existiu êste fato social, atuando as concentrações urbanas como a luz sobre mariposas. Exerciam e exercem irresistível atração sobre as massas humanas, sequiosas de vida mais fácil.

Nínive, Babilonia, Alexandria, Roma na antiguidade e Paris, Londres, Viena, etc., depois da idade média ilutram meus assertos.

Essa trilogia, absolutamente sem parque industrial, exemplifica um tipo de fascinação urbanística absolutamente livre da influência fabril.

O urbanismo suscitado ou não pela industrialização depara-se como uma síndrome de grave desequilíbrio social, pois indica problemas complexos de trabalho, habitação, alimentação, higiene, educação. Todas as grandes cidades antigas e hodiernas defrontaram e defrontam essas questões.

A velha Roma de Júlio Cesar tangenciava o caso graças à sua tremenda indústria de guerra. Parte do acervo de suas pilhagens se destinava ao povo. E seus fabulosos espetáculos não significavam sinão uma tática de iludir a plebe, fazendo-a esquecer sua miséria.

Qual o remédio para essa morbiologia social de indiscutível extrema

gravidade, — pois forma um campo magnífico de cultura para agitações?

Roosevelt se angustiava com a situação dos camponeses. E via na eletrificação rural um meio de lhes erradicar a desgraça e o descontentamento. Eletricidade implica conforto: Facilitação dos labores domésticos e campais, iluminação, calefação, rádio, etc.

Lenine equacionou assim o tema: Comunismo é igual a govêrno mais luz elétrica.

Hoje essa orientação se acha universalizada.

E por toda a parte se forceja em instalar centrias elétricas pela hinterlândia dos países.

Fuchs disse: “toda política social deve começar pelo campo”. (150).

Uma educação técnico-industrial planejada e inspirada em recursos e possibilidades regionais completará as benéficas consequências da eletrificação rural.

Traquejando e aplicando-se a desenvolver pequenas indústrias locais, — homem do sertão ou do litoral, percebendo salários mínimos razoáveis, dispondo de assistência social, usufruindo as realizações do progresso até hoje defesas ao seu gozo, — não precisará emigrar. No Brasil, apesar de sua vida de cachorro, essa pobre arraia miuda se acha arraigada ao solo.

Setenta por cento de sua população — evidencia-o a estatística — se encontram localizadas na região rural. (151).

Resignado, o nosso serianejo se consome em sua tragédia indizível.

Ele próprio devia sair dessa inércia e fazer reboar pelo Brasil, um vigoroso S. O. S. a favor de seu direito de viver.

Relaciona-se, desde os primórdios da revolução industrial, o desemprego com o surto e difusão da máquina.

Economistas e técnicos da ciência do trabalho procuraram salientar o engano dos acusadores daquela como causa essencial da desocupação.

Um dos últimos a estudar o assunto, Gaetan Pirou (152) mostra um efeito temporário, ocasionando “chomage” e outro constatado em períodos mais longos com um reajustamento e absorções dos trabalhadores em atividades novas. Aparecem novos empregados, com ampla reintegração de obreiros.

O desequilíbrio passageiro se compensa sobejamente com o aumento da produção dos horizontes das emprêsas e a melhoria do consumo geral.

Benham, da Escola de Economia de Londres, com a circunspecção inerente aos de sua raça, expõe, sobre o volume da produção, considerações impressionantes.

Sobressaem as relativas ao trabalho de operários e usinas, cuja capacidade total não se utiliza. (153).

Sustento a tese da inexistência de superprodução e a êsse fato econômico dedicarei outro capítulo e vários trechos de minha tese.

Um dos argumentos meus consta da presença da fome e subnutrição em dois terços da humanidade.

Trace-se o programa de conseguir a eliminação ou diminuição inexorável desses flagelos e desaparecerá o desemprego na terra.

FEIÇÃO TÉCNICA.

I — *Especialização e preparação profissional no artesanato* — Não imergirei no passado grego-romano para seguir a chamada divisão do trabalho e quando até os filósofos já preconisavam a especialização como uma necessidade social relevante.

Desejo acentuar o papel eficiente da corporação no preparo do obreiro a partir da idade média.

Funcionou essa instituição, na realidade, como verdadeira escola técnica. E executava sua missão a rigor, submetendo o candidato a mestre a longo, penoso, severo traquejo.

Esse aprendizado, além de assegurar ao artífice completo domínio de seu ofício, apurava-lhe a vocação e praticava excelente orientação profissional.

Ingressando como aprendiz, passava depois de duro estágio ao grau de oficial, para, depois da execução de uma obra prima, lograr a investidura de mestre.

Fazia-se tudo isso sob a influência de um ritual inflexível.

Através dessa habilitação severa, e de seus resultados quanto à produção e circulação, o artesanato exerceu notável ação educativo sobre a sociedade, elevando-lhe o gosto, habituando-a à utilização de objetos artisticamente acabados.

Sempre refleti sobre a dívida das artes plásticas e arquiteturas às corporações obreiras.

Dali partia memorável exemplo quanto aos ideais e realizações dirigidos à produção.

Talvez um Da Vinci, um Rafael, um Miguel Angelo não triunfassem sem as lições da alta e esplêndida técnica de trabalho ministrada pelo artesanato.

II — *Mecanização do trabalho* — Quem pretendesse historiar esta face desse importante fator da produção, remontaria à fabricação rústica dos primeiros utensílios, como o machado de pedra à idade paleolítica ou neolítica para lhe fixar a origem.

Numerosos cientistas procuraram reconstituir essa crônica, confundível com as lutas da humanidade para viver dentro das vantagens da lei do menor esforço.

Esses pesquisadores nos fornecem subsídios proveitosos sobre o assunto, alguns deles recorrendo a diretrizes até pitorescas. (154).

Van Loon dá a um dos capítulos de seus livros sobre invenções e nome de "O homem-bicho inventor". E enumerando as demais partes de sua obra as intitula: Da pele ao arranha-céu; A mão domesticada; Do pé à máquina a vapor; As várias bocas de mil sabedorias; O nariz; O ouvido; O olho.

Como ilustração da assertiva concernente à explicação ou móvel do empenho inventivo do homem — veja-se esta série citada no esquema III de Van Loon: A acha e a pedra; As pedras tomam forma; A guilhotina; Dos dedos à pá; O arado a vapor; A máquina de cavar; A draga; Escavandista em ação; A alavanca; A corda; A roldana; A primeira vasilha; Cestos; Roda de oleiro; A invenção do vidro; A fechadura; Arco e flecha; Canhão fixo; Canhão de rodas; Canhão camuflado, etc.

Esse rol, composto com o espírito desportivo sinão irônico dos autores norte-americanos, serve de corroborar as minhas palavras.

No século XVIII a mecanização atingiu sua até então mais extraordinária etapa, graças à invenção do vapor e sua aplicação à indústria. Daí em diante a energia provinda da combustão de lenha, carvão, utilização da água, da eletricidade, do petróleo transformam as formas de trabalho até às assombrosas conquistas da atualidade com o aperfeiçoamento e construção de máquinas maravilhosas, substitutas até do cérebro humano!

Não tardará a viver, de fato, o sonho de Frankstein com a criação dum homem mecânico capaz de efetuar tudo quanto os racionais executam.

Desenvolve-se a era da máquina ou da revolução industrial, e ela sugere, pelo seguro, uma transformação no ensino.

Pestalozzi lhe gizara os delineamentos. Porém, tocou a Johan Gottlieb Fichte (1762-1814), depois do desastre militar de Jena, diante da ruína da pátria, proferir seus célebres “Discursos à Nação Alemã”, traçando-lhe o roteiro de uma revolução pacífica para sua completa recuperação. (155).

Discursou em Berlim, fazendo 14 conferências. E nelas apontou o caminho da salvação: A difusão do ensino técnico industrial gozaria, no sistema futuro, de excepcional importância a manualidade dirigida para a agricultura e a indústria.

Herbart realizou o plano de Fichte. E isso justifica o fantástico progresso germânico no século XIX. Seu poderio económico representa o fruto do programa daquele filósofo.

A psicologia experimental desenvolvida na Alemanha, Itália, Bélgica, França, Estados Unidos possibilitou a psicotécnica, esteio da ciência do trabalho. Weber representa um marco. Ele levou a psicologia para o laboratório.

Realmente os estudos sobre fadiga, atenção, a descoberta dos testes por Binet e Simon, seu aproveitamento prático por Terman e um vasto grupo de psicólogos na determinação dos níveis de inteligência, aptidão e conhecimentos dos soldados ianques na primeira grande guerra proporcionaram facilidades à grandiosa obra de Taylor quanto à função do operário e de Fayol quanto à administração.

Organiza-se o trabalho na usina, visando maior rendimento com menor esforço e ordena-se a ação da empresa nos escritórios.

Ford, apesar de sua intuitividade, provem do espírito e das conquistas da psicotécnica dos séculos XIX e XX.

Universalizada a ciência do trabalho, com a subsequência de seus

efeitos sobre seu rendimento e a vida do proletariado, sinto crescer minha opinião acerca da possibilidade de suavizar as condições do mundo, cuidando-se de obter maior produção e melhor distribuição.

Creio nisso firmemente. Para mim êsses os caminhos da paz.

Citações do Capítulo n. 6

- 120 — Genesis, III, 17 a 19.
- 121 — Aristóteles, Política, pág. 13.
- 122 — Idem, Ética de Nicomaco, pág. 11.
- 123 — Idem, A Política, pág. 17.
- 124 — História do Socialismo, I, págs. 98 e 99.
- 125 — René Gonnard, História das Doutrinas Económicas, I, pág. 61.
- 126 — Idem, I, 71.
- 127 — Luis Segal — Estrutura e ritmo da Sociedade humana, pág. 32.
- 128 — História das Doutrinas Económicas, I, pág. 75, e seguintes.
- 129 — L'Artisanat dans L'Etat moderne, pág. 40.
- 130 — Dicionário de Economia Política, vol. I, pág. 530.
- 131 — Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18-IX-1946, art. 157, IV.
- 132 — Bases e Fundamentos do Trabalhismo, pág. 198, ed. A Noite, Rio.
- 133 — O Século do Corporativismo — Mihail Manoilescu.
- 134 — Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10-11-1937, art. 140.
- 135 — Tratado de Economia Política Realista, 10.-23.-081 e 11.-36.-080.
- 136 — Cours D'Economie Politique, pág. 579.
- 137 — Consolidação das Leis do Trabalho, art. 516.
- 138 — Carlos Portocarrero — Lições de Economia Política, pág. 257.
- 139 — Frederico Benham — Curso Superior de Economia; Gaetan Pirou — Cours D'Economie Politique, I, págs. 94 e 101; Jean Weiller — Problemas d'Economie Internationale, pág. 25; Antonio Robert — Os países olvidados e a economia, pág. 49; Raymond Burrow — Planificacion Económica, pág. 102; Edward Kiskland — História Económica dos Estados Unidos, pgs. 128 e 304; Artur Birnie — História Económica da Europa, pág. 14; Charles Gide — Cours d'Economie Politique, pág. 106, etc., etc.
- 140 — Cours d'Economie Politicue, I, pág. 92 e 101.
- 141 — Reverendo Johnson, Deão de Canterbury, O Poder Soviético, pág. 195.
- 142 — História Económica da Europa, pág. 144.
- 143 — J. Novicow — O problema da miséria, pág. 143.
- 144 — Reflexões sobre a revolução de nossa época, pág. 122.
- 145 — O poder soviético, de Hewellet Johnson, pág. 60.
- 146 — O problema da miséria, pág. 154.
- 147 — O poder soviético, pág. 60.
- 148 — Edição de Claridad, Buenos Aires, pág. 74.
- 149 — C. J. Fuchs — Economia Política, págs. 164 e 189.
- 150 — Op. e loc. cit.
- 151 — Anuário de Estatística do I.B.G.E., 1946.
- 152 — Cours d'Economie Politique, pág. 95.
- 153 — Curso Superior de Economia, pág. 95.
- 154 — Hendrik van Loon — História das invenções; G. Renard — Le travail dans la pre-histoire; Lews Morgan — A sociedade primitiva; Fritz Krause — Vida Económica dos Povos, etc.
- 155 — Dicionário de Pedagogia — F. Brisson, tomo I, pág. 1.006. Cito o resumo divulgado por Brisson por não mais possuir a obra de Fichte. Doei-a a uma biblioteca educacional do nosso Estado.

CAPÍTULO N. 7

"SUPERPRODUÇÃO E INFRAPRODUÇÃO — PRODUÇÃO DIRIGIDA — DEFEITOS E DEFICIÊNCIAS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO"

O homem produz para consumir. Ele é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor. — Frederico Bastiat — *Mélanges d'Economie Politique*, I, pág. 6.

Há alguns séculos, praticamente, toda a humanidade vivia da produção local. O comércio exterior se reduzia a objetos de luxo, acessórios, superfluidades. — Fosdick, em *Old Savage in the New Civilization*, cita um informe escrito por um grangeiro de Massachusetts do ano de 1786 acerca de sua vida econômica. Toda sua carne, pão, verduras, frutas, açúcar, os cultivava e produzia ele próprio. Sua roupa era de lã que obtinha e de linho e couro que saía de seu cortume. Sua casa era edificada de suas árvores e possuía sua própria forja. Tudo que necessitava de fora eram coisas como sal, chumbo, pólvora, ferramentas e armas e poucas dentre essas coisas vinham de além-mar. H. G. Wells, "O trabalho, a riqueza e a felicidade da humanidade", pág. 146.

Não! A humanidade não é pobre, porque uns quantos milionários possuem riquezas, porém porque a quantidade de alimentos é insuficiente. O problema não é, pois, uma questão de repartição. Formula-se a questão nestes termos: O globo terrestre produz todo o necessário para alimentar, vestir e dar casa ao gênero humano, de um modo conveniente, isto é, evitando todo o sofrimento?

Desgraçadamente, não! J. Novicow — "O problema da miséria" — pág. 156.

É preciso programa tal que planeje a produção, que a corrija, que a eleve e que a distribua melhor. Pontes de Miranda — "Democracia, Liberdade e Igualdade" — pág. 574.

DEFINIRIA eu a produção nestes termos: Consiste na mobilização de recursos para satisfazer às necessidades humanas.

Entendem-na assim Graver e Hansen (156): "Significa a utilização do trabalho e dos recursos naturais com o fim de satisfazer às necessidades humanas".

Apanhando ao acaso êsses dois autores, o primeiro da Universidade de Minnesota e o segundo de Harvard, E.U., e aproximando-lhes o conceito do meu, pretendi relevar o sentido universal de seu objetivo.

Consiste êste em atender aos reclamos das exigências do sustento da humanidade.

Deve-se considerar a produção sob três aspectos: 1.º — O local; 2.º — O nacional; 3.º — O universal.

Como veremos noutro capítulo desta tese, a autosuficiência difícil-

mente ocorre atualmente no mundo. O exemplo mencionado por Wells e acima transcrito na nossa epígrafe, tem apenas valor histórico.

Enquanto outrora, as granjas e as aldeias e até os municípios, produziam para seu consumo, hoje não se verifica mais êsse fato.

Porém, relativamente ao produto básico da região, e até nação, certo êle lhe atende às precisões. Tal o caso do trigo e da carne na Argentina, do açúcar em Cuba, do petróleo nos Estados Unidos, do papel na Escandinávia.

Propositadamente não inclui o Brasil com seu açúcar e café, porque os exportamos e até julgamo-nos em regime de superprodução com subconsumo nacional de ambos.

Racionalmente, o comércio de exportação de uma localidade, um Município, um Estado, uma Nação se opera na base do excesso da produção. Ou si existe superprodução.

Si, porém, considerarmos o assunto do ponto de vista universal não se pode falar nêsse fenômeno económico, constatando-se falta dêle em muitos pontos da terra.

Intitula Wells o § 7.º do cap. X de seu livro “O Trabalho, o paradoxo da superprodução e da miséria”. (157).

Disse Gide: “Julgar pelo estado de pobreza em que se encontra a imensa maioria dos homens parece que a produção fica sempre aquém das necessidades e que a grande preocupação deve ser ativá-la o mais possível”. (158).

E fixa melhor seu pensamento nesta sentença lapidar: “Os economistas nunca compartilharam dessas apreensões: O perigo duma superprodução geral lhes parece completamente imaginária”.

Colbourne (159) assevera categoricamente: “O consumidor ainda não foi satisfeito. A humanidade não adquire para consumo tanto trigo, milho, algodão, petróleo quanto necessita e pode gastar”.

Mais precisos se nos deparam êstes dois tópicos de Pontes de Miranda (160): “O país mais rico do mundo ainda não produz o suficiente para todos. (Estados Unidos)”. (Seu grande livro traz a data de 1945).

Completa essa informação com êste trecho fulminante de um autor ianque, Harold G. Moulton, incluído na nossa bibliografia mercê de sua monumental obra “La Organisation Financiera y el systema económico”, editorial Sudamericano, Buenos Aires: “Harold G. Moulton, Income and Economic Progress, publicado em 1935, pág. 95, escrevia: “Mostrámos que os desejos de consumir do povo americano, para as necessidades ordinárias e conveniências da vida, nunca foram plenamente satisfeitos e que essa capacidade produtiva existente, com emprego completo, não está adequada para fornecer estalão de vida satisfatório ao povo americano todo. Não há ameaça de superprodução no sentido de que possa existir superfluidade de bens e serviços”. (161).

Sobreveio um perigo, nos Estados Unidos, de euforia, o da *prosperidade sem precedentes até 1929*. Simiand (162) narra com pormenores o pano-

rama deslumbrante dessa fase de tamanha importância para a economia universal e epilogada de maneira trágica com a pavorosa crise de 1929.

Consistia o plano do governo ianque num incremento da produtividade industrial na “indústria de serviços”, um esforço tremendo, “uma ação metódica, privada e governamental, preconizada e praticada, para introduzir na direção da economia, em lugar do empirismo desacreditado e condenado por seus resultados, uma disciplina verdadeiramente científica: serviços de estudos, agrupamentos de pesquisas, organizações coletivas patronais, corporativas, reunindo estatísticas, destacando índices da conjuntura, barômetros econômicos, correlações reveladoras...” Tornaram-se cada vez mais ambiciosas as vistas e objetivos dessa economia dirigida: Pretendia-se racionalizar a produção e desenvolvendo, ao mesmo tempo, altíssimos, fabulosos proventos e infinitos poderes de aquisição, aumentando as faculdades de compra dos particulares, pelos produtos de uso, pelos créditos estendidos ao consumo”.

Considerando-se como um Messias de uma era de fartura e felicidade, o Presidente, “nascido sob um signo de prosperidade” (Herbert Hoover), promovia o bem estar geral confiando na ilimitação das necessidades humanas, dada a insaciabilidade universal da família dos bipedes racionais. (163).

Não se contentando essa planificação com o incremento do consumo rotineiro, do cardápio das exigências diurnas, visava-se ao “consumo de fantasia” (164), “isto é, aplicação descontrolada da parte da renda que pode ser economizada ou gasta”.

Nada-se em recursos: “Tôdo o mundo joga na bolsa, em tôdo o país (e Simiand poderia acrescentar em tôdo o mundo...) É sempre a prosperidade, fácil, rápida, crescente, porém, até quando e a que preço?” (165)

Babbitt vive no seu grande clima. Babbitt atravessa o apogeu de fortuna. Babbitt atulha suas arcas de ouro. Babbitt não sabe mais como deter o ritmo de seu indescritível e incomparável enriquecimento. (166).

Porém, permeio a essa “prosperidade sem precedentes”, com Babbitt empanzinado de riquezas, como vivia a humanidade ou mesmo como vivia o próprio povo dos Estados Unidos?

Responde Simiand, com estatística à mão: “As quantidades produzidas aumentaram fortemente? Não! Nem para a indústria, nem, menos ainda, para a agricultura (sobretudo na última década), nós não achamos, nêsse período, acelerações fortes da produção, e notadamente em relação à população”. (167).

Estoura enfim a crise. O mundo de Babbitt desmorona.

E se aponta a superprodução como um dos fatores da derrocada.

Roosevelt topa uma situação de falência. Encontra apenas ruína, desolação, miséria.

Porcurando salvar sua coletividade, despende esforço incalculável. E apesar dos obstáculos opostos pelos reacionários, logra seus objetivos.

Mas sua pátria continua ainda paradoxal. Pois enquanto a miséria reina na terra, os Estados Unidos destroem trigo, a Argentina carneiros, o

Brasil café, a Espanha laranjas, a Inglaterra esteriliza terras ao transformá-las em pastagens.

E Colbourne cita Mr. Wallace Clark como autor da afirmação de que, mesmo em tempo de prosperidade, suas fábricas só produziam de 40% a 60% de sua capacidade. (168)

Quais as causas desse estado de coisas, caracterizado de um lado por afirmações reiteradas da existência de uma superprodução comprovada pela destruição de quantidades imensas de alimentos e doutro pela fome, devastando dois terços da humanidade?

Divisamos estes três fatores dos distúrbios referidos e dramaticamente entenebrecidos pela realidade daquele flagelo:

1.º — Exploração da produção agrícola e industrial, alegando-se superprodução quando se trata de escassez evidente:

2.º — Má distribuição;

3.º — De respeito à interdependência dos fenómenos económicos e do estabelecimento de uma política de coordenação e cooperação universais.

Wells, apesar de apenas estudioso da economia, pois não exercia atividade profissional ou magisterial nesse setor, desce ao cerne do assunto e lhe diagnostica a morbiologia: “E evidentemente uma causa — ainda que não a única — é que a produção está sendo dirigida primariamente pela ambição de lucros dos empresários e seus financistas, e não para o bem da massa popular. A questão de lucros é só o que prevalece em economia. Praticamente nos achamos diante do panorama de uma indústria que mediante sua pura eficiência progressiva produz cada vez mais e que simultaneamente elimina a procura de seus produtos”. (169).

Utilizando-se de carteis, trustes, consórcios, etc., controla essa indústria a circulação de seus artigos, apenas buscando o máximo de proveitos.

Colbourne aponta a sabotagem como um dos meios empregados pelo capitalismo para a intensificação de seus ganhos. (170).

O velho Taussig, cuja circunspecção impressiona (171) escreve estas linhas sobre o tema: “Sustenta-se que as dificuldades surgem não já da produção de mais coisas que as que se podem vender com lucros. Diz que a dificuldade é peculiar de nossa moderna sociedade capitalista que se topa em apuros devido a suas próprias e importantes realizações. Produz-se mais do que se pode colocar com vantagem para o capitalista e sobrevem uma perda devido à expansão das mesmas operações que foram feitas com mira de obter os maiores proveitos”.

Nogaro, um dos mais profundos e lúcidos mestres da economia francesa (172) diz: “Entendemos, portanto, dum modo mais preciso, nessa hipótese, que, si a população aumenta — o que é igualmente normal, — a produção aumenta proporcionalmente mais que a população. Entretanto, o desenvolvimento da produção não é ligado somente ao progresso da técnica; pode resultar também da organização social, por exemplo, do regime de propriedade, dos direitos das pessoas, das formas de associação e troca”.

E esse grande economista descreve a superprodução regular, descon-

fiando das “montanhas de trigo”, se perfilando “no horizonte das planícies canadenses” e dessa enorme superprodução de que faz tanto alarde a “literatura da abundância”. (173).

Colbourne, com sua habitual irreverência assevera: “Em caso de restrição de produção tudo se acha à vista e nada se acha oculto. Porém, sob nem um sistema económico, pode ser considerada justa nem razoável do ponto de vista do consumidor, a menos que êle se satisfaça com a mercadoria cuja produção vai ser restringida, e até agora a produção nem a procura real atingiram êsse ponto desejado relativamente a qualquer gênero”. (174).

J. Papaterra Limongi, em seu “Manual de Economia Política e Finanças” (175) insere informações e desenvolve considerações muito elucidativas acêrca de superprodução e subconsumo.

“Em tese — diz êle — para se afirmar que existe aquele excesso (superprodução) é preciso ter forçado tôdas as possibilidades do consumo. Dá-se frequentemente o nome de superprodução ao méro desequilíbrio entre a quantidade produzida e a sua procura a determinado preço em tal ou tal país com que se mantêm relações comerciais, preço êste naturalmente subordinado a um conjunto de influências económico-financeiras e políticas, dentre as quais sobresaem o custo de produção, o poder aquisitivo da moeda, o regime alfandegário e as demais normas da política comercial. Bastaria, por exemplo, uma redução de direitos aduaneiros para estender a milhões de pessoas o consumo de tal mercadoria reputada invendível”.

As tarifas encarecem os artigos de 50%, 60% e até 100% !

O luminoso Wells, procurando as razões do desequilíbrio económico do mundo, escreve, com sua extraordinária argúcia: “Os homens de há um século aproximadamente se nutriam dos alimentos que cresciam diante de suas portas. Os das grandes comunidades modernas devem estender as mãos através de meio mundo para apanhar cada bocado que ingerem”. “Esta expansão na esfera das atividades é uma consideração prévia para qualquer estudo dos alimentos e muito mais ainda para o vestuário ou para a vivenda da humanidade. Constitui a chave de quási tôdos os problemas que a humanidade defronta presentemente”. (176).

E não basta esticar os braços através da terra para pegar a comida... As vezes, os armazens de outros países se acham abarrotados de mercadorias. E seus donos não as cedem, mesmo a preços elevados.

Vemos várias nações jogando com gêneros, enquanto sua clientela suporta irritante racionamento, com a sua imposição de filas intermináveis.

Assevera o generoso Colbourne (177): “O mundo depende por completo de sua provisão de alimentos. De 1913 a 1928 a população aumentou de 10% e sua produção alimentar de 16%”.

Porém, dois têrços da humanidade passam fome. Por que ?

Responde êle: “O mal está na distribuição”.

Lewinson (178) nos pinta êste quadro dêsse fato económico: “A pro-

dução e distribuição dos principais gêneros alimentícios hoje se processa de modo bastante primitivo. Nas maiores cidades da Europa, à noite, vêm-se caravanas de pequenas carroças, puxadas a cavalo e nas quais gente do campo traz seus produtos para o mercado. Centenas de pequenos comerciantes oferecem, ao lado uns dos outros, em mercados abertos, suas mercadorias ao público. O artesanato e o pequeno comércio, cujo fim tantas vezes se apregoeou, continuam existindo e aumentam à medida que se ampliam as aglomerações humanas”.

Mesmo escritores da economia pura — como o insigne Walras (179) — não se dedignam de descer ao terra-a-terra para criticar a distribuição: “A agricultura não se colocara na sua época à altura do novo regime económico, pois não assegurava à sociedade a posse da totalidade das vantagens que devia e lhe podia proporcionar”.

Isso redigia o notável epígono da escola de Cournot, Marshall, Pareto, etc., antes da mecanização daquela atividade.

Hoje, não obstante a adoção de vasto e formidável maquinário, como tratores, a situação não melhorou. Continúa a escassez em face da penúria universal.

Leroy Beaulieu (180) na introdução de um seu volume se nos depara otimista. Para êle, na sua época (1881), a questão alimentar se mostrava em condições favoráveis em França. Seu povo comia mais trigo, mais carne, mais batatinhas comparativamente com tempos atrás, — 1825, 1835, 1852, 1866 e 1880. Entretanto, deixando as suas médias “per cápita”, convidaria Leroy indagar quantos Jean Valjean (personagem de Victor Hugo) sofreram e sofriam condenação e perseguição por furtarem, como em “Os Miseráveis”, pão para sua família esfaimada.

Mister ainda lembrar a excepcionalidade das condições de sua pátria relativamente ao solo. Predomina ali o minimifúndio (pequena propriedade). Conta 550.000 km². E seus proprietários montam a 7.500.000 para população de 40.000.000 de habitantes.

A Inglaterra insular possui 250.200 km² mais 16.800 km² da Irlanda do Norte.

Aquela relaciona 4 a 5.000 proprietários territoriais.

Esta se divide por 750 pessoas. E metade da Escóssia pertence a apenas 100 pessoas. (181).

O tipo de diluição de propriedade da França lhe explica a resistência assombrosa da economia, expressa no célebre chavão de seu pé de meia.

Êste se aprovisiona de suas granjas. E estas, em verdade, se mostram mais ou menos autosuficientes. Como as suas similares da Norte América do século XVIII exemplificada por Wells, num lanço já citado, se basta, provendo-se de quási tudo.

Apresentam, portanto, produção e distribuição especial no belo país de Joana D'Arc.

Entretanto, não esqueçamos, como unidade nacional e como membro do mundo, a França se submete à lei da interdependência económica :

Seu carvão não lhe atende a tôdas as necessidades.

E importa muito petróleo.

Observa Caio Prado Júnior (182) como um dos fatos mais importantes da moderna fase da economia agrária no Brasil o desenvolvimento da pequena propriedade.

E fixa-lhe a evolução no âmbito dos três Estados do Sul.

“O que muito estimulou a pequena propriedade — acrescenta o escritor, — foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. A produção de gênero para seu abastecimento (verduras, frutas, flôres, aves, ovos) não era compatível com padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural”.

Conhecemos de viso a importância desse fato econômico, pois o progresso do Paraná se originou, em parte, do minimifundiarismo de seu regime agrário.

Por isso, as crises nas regiões sulistas nunca assumiram a feição arrasadora de outros pontos do Brasil.

E assim nos sobram elementos para apreciar a forma social da França com seus 7.500.000 de granjeiros contra os 4.000 anacrônicos senhores feudais da Inglaterra.

Porém, retomando a nossa exposição, topamos em Schumpeter (183) um reparo interessante: “Os plantadores de trigo ignoram onde e quem vai consumir seu produto. Aquele autor frisa que seria útil para seu próprio interesse o lavrador e os intermediários conhecerem o destino de suas mercadorias”.

Essa ignorância patenteia como falta aos produtores do mundo inteiro consciência de valor social de seu trabalho. Si pudessem conhecer e refletir sobre os efeitos da divisão da produção, assinalados por Adam Smith, para o bem estar do universo e essa noção os estimulasse a uma cooperação maior e mais fecunda, as condições da humanidade melhorariam muito.

Wells (184), o excelente Wells, inquieto com a sorte dos homens, pergunta: “Foi aplicada a inteligência organizadora a fim de criar uma base mundial para a produção e distribuição de alimentos?” “A pergunta é respondida por ela própria. A despeito de todos os nossos conhecimentos, essa fase essencial do trabalho humano é um caos, um azar, em consequência do que a simples casualidade desempenha em seu mecanismo um papel preeminente”.

“Resulta daí que parte do mundo está faminto, enquanto o resto da terra tem alimentos em abundância. A Europa morre de fome, ao passo que os fazendeiros do Meio Oeste dos Estados Unidos aplicam seu milho como combustível. A Ásia vive subalimentada, enquanto os Estados Unidos transbordam de produtos e procuram mercados”.

Data o livro de Wells, com essa passagem, de muitos anos, talvez mais de 15. Nessa época a Sociedade das Nações conduzia suas atividades platonicamente. Não dispondo de força, não atuava no plano universal com objetividade de iniciativas.

Depois de 1939, algumas modificações se deram, sinão como resolução do problema, pelo menos como experimentação.

Aparece a UNRRA e a ONU sucede-a.

Aquela, formação de emergência, toca na chaga viva da miséria humana. E seus líderes vêm, horrorizados, a extensão do problema da fome. Este lhes aparece com feição de extrema gravidade.

Por isso, um dos seus chefes, movido de espírito rooseveltiano, pensa na estabilização da UNRRA como uma organização para ordenar e promover a produção e distribuição em benefício da humanidade.

Porém, a guerra acaba. Roosevelt perece antes de seu término. Muda o governo dos Estados Unidos. E com êle a diretriz humanitária, expressa por aquela instituição.

Fundada a ONU, esta desde seus pródromos, vem estudando a questão através de inquéritos e de conferências.

Infelizmente, porém, a tragédia da fome prossegue, devastando a humanidade. Dois de seus têrços se estão dismilinguindo sob as garras dessa calamidade.

Uma maior produção e uma melhor distribuição podem e devem salvá-los !

Citações do Capítulo n. 7

- 156 — Frederic B. Garver e Alvin Hauser — Principios de Economia, pág. 21.
- 157 — H. G. Wells — O trabalho, a riqueza e a felicidade da humanidade, pág. 410.
- 158 — Charles Gide — Cours d'Economie Politique, pág. 165.
- 159 — Maurice Colbourne — A Economia Nova, pág. 223.
- 160 — Pontes de Miranda — Democracia, Liberdade e Igualdade, pág. 575.
- 161 — Idem, pág. 582.
- 162 — François Simiand — Inflation e deflation alternées, pág. 193.
- 163 — Idem 194 e 195.
- 164 — Idem 197.
- 165 — Idem pág. 199.
- 166 — Personagem de um romance de Sinclair Lewis, denominado Babbitt. Babbitt encarna o plutocrata de uma era de ensilhamento ou "de prosperidade sem precedentes".
- 167 — Op. cit. pág. 198.
- 168 — Economia Nova, pág. 171.
- 169 — O trabalho, a riqueza e a felicidade da humanidade, pág. 411.
- 170 — Economia nova, pág. 216.
- 171 — F. W. Taussig — Principios de Economia, II, pág. 110.
- 172 — Bertrand Nogaro, I, 174.
- 173 — Idem, pág. 173.
- 174 — Economia Nova, 219.
- 175 — Pág. 357 e seguintes.
- 176 — Op. cit. pág. 101.
- 177 — Economia Nova, págs. 48 e 56.
- 178 — Richard Lewinson — Trustes e Cartéis, pág. 95.
- 179 — Leon Walras — Études d'Economie appliquée, pág. 263.
- 180 — Repartition de Richesses, pág. 28.
- 181 — Gaetan Pirou — Cours d'Economie Politique, págs. 248 e 249.
- 182 — História Económica do Brasil, págs. 261 e seguintes.
- 183 — Joseph A. Schumpeter — Teoria do desenvolvimento económico, pág. 26.
- 184 — Op. cit. pág. 156.

CAPITULO N. 8

FALHOU MALTHUS ! . . .

Malthus não conseguiu elaborar sinão uma teoria inexata e incompleta da população. — Clovis Ribeiro — Economia Política Sociológica — pág. 137.

Quanto mais houver crianças em torno da mesa mais difícil é nutri-las. É a base da "ciência sinistra" de Malthus e Ricardo, sinistra não somente por causa de sua leitura enfadonha, porém, porque suas conclusões são totalmente deprimentes. Kenneth Boulding — Economia da Paz, pág. 105.

ABRO esta minha Bíblia, — companheira de trinta anos de convívio, — e leio-lhe estas linhas: "Deus os abençoou e disse: Crescei e multiplicai-vos e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a terra".

"Disse também Deus: Eis aí, vos dei eu todas as ervas, que dão as suas sementes sobre a terra; e todas as árvores, que têm em si mesmas a semente do seu gênero, para vos servirem de sustento a vós".

"E a todos os animais da terra, todas as aves do céu, e a tudo o que tem movimento sobre a terra, e em que há alma vivente, para que tenham que comer. E assim se fez". (185).

Mesmo leigos em economia, verão nesses versículos do Livro Santo verdadeiro programa de economia política, sintetizando uma orientação inteligente com a previsão e solução de problemas viscerais da sobrevivência dos seres sobre a terra.

Cria Deus o homem, fazendo-o "macho e fêmea" a sua imagem e semelhança.

Abençoa o casal. E, em três linhas, lhe traça um programa considerável com determinações categóricas, cristalinas e profundas:

1.º — Crescei e multiplicai-vos. Não contente dessa recomendação eugenética. precisa seu pensamento: Enchei a terra.

2.º — Sujeitai-a. Quer dizer, vencei os elementos, subjuguai-os, ponde-os a vosso serviço. Explorai-os. Arrancai deles tudo. Cumpre Adão à risca essa grande ordem: Fabrica do machado de sílex à bomba atômica, inventa o navio de vela, o vapor, o avião, o submarino, o trem de ferro, o microscópio e o telescópio, o para-raio e a eletricidade, o telefone, o telégrafo, o rádio. Afronta os oceanos, os ares e as florestas. Luta contra a seca, as inundações, a erosão. Corrige, nos recintos fechados, o frio e o calor com o

ar condicionado. Transforma os animais silvestres nas maravilhas dos cavalos de corridas, do gado vacum leiteiro, obtendo recordes de produção e de peso, das galinhas, espantosas fábricas de ovos. Subverte o reino vegetal, alterando-lhe a biologia e os processos e subordinando-lhes a estrutura e o desenvolvimento a seus caprichos. Burbank (Norte América, 1849-1926) forma sessenta variedades novas de ameixas e outras frutas, o cactus sem espinho, amoras brancas, ameixas sem caroço, castanheiros frutificando em seis meses, nogueiras e pinheiros de crescimentos anormais. Seus aperfeiçoamentos na cultura da batatinha renderam aos Estados Unidos até agora cêrca de um bilião de dólares. (186). O Deão de Canterbury (187) refere as realizações de técnicos russos como 'Tsitsin, obtendo um trigo anual duro de excelentes colheitas, resistente ao frio, à sêca e a devastadoras doenças daquele cereal. Cita Michurin, produtor de framboeizas de mais de duas polegadas de largura, uvas de Corinto, grandes como cerejas, azeitonas frutificando na geada, pessegos madurando em regiões de 40 graus abaixo de zero. O monge Gregório Mendel funda a moderna genética, desvendando os mistérios dos cruzamentos e da hereditariedade, de imensas consequências na pecuária, avicultura, piscicultura, etc. (188)

Conquista a Holanda 4.000 quilometros quadrados ao mar, (Vidal de La Brache, Geografia Humana, pág. 74). A Itália saneia e recupera 4.000.000 de hectares nas Lagunas Pontinas. Na URSS foram aproveitados para mais de 5.000.000 hectares, na Rússia Branca principalmente. A lavoura sêca (dry-farming) permite a utilização de milhares de hectares de terras áridas nos Estados Unidos, (Pierre Bertoquy, Sociogeografia, pág. 7). O Brasil, construindo gigantescos açudes no nordeste, defronta suas terríveis sêcas, devendo subjugar-las dentro dalgumas décadas. A barragem do Cubatão criou lagos próximos de São Paulo e o desenvolvimento de um potencial elétrico de milhares de quilowates.

3.º — Dominai sôbre os peixes do mar, as aves do céu e tôdos os animais da terra. Mostra-nos a domesticação, a utilização ampla e o aperfeiçoamento de aves, peixes e outros animais, a execução dêsse mandado de Deus.

4.º — Aponta árvores e ervas donde o homem retiraria alimentos. Aí se condensa tôda uma diretriz econômica. Completa-se êsse programa com a imposição do trabalho como a suprema lei da vida: "Tu tirarás da terra o teu sustento com muitas fadigas, tôdos os dias da tua vida".

Seguindo as instruções de Deus, cresceu o homem e multiplicou-se. Eis, porém, surge Tomás Roberto Malthus (1766-1834, Inglaterra).

Impressionado pelo considerável adensamento da população nos Estados Unidos, já duplicada de 25 em 25 anos, observado êste fato durante século e meio, (189) e apoiado em estatísticas da época, lançou sua obra com uma teoria da população.

Denominava-se "Ensaio sôbre o princípio da população".

Assinala Gonnard a influência de suas discussões com o pai, sôbre o plano do livro editado em 1798 (190). Acentua-se-lhe, por isso, o tom polêmico.

Nessa obra expôs suas afamadíssimas asseverações: A população cresce na proporção geométrica de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256 e os víveres, na proporção aritmética, de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Computando os habitantes do orbe em 1.000 milhões, concluía êle: “Em dois séculos a humanidade se achará quanto a alimentos na razão de 256 contra 9 e em três séculos, na de 4096 contra 13; em dois mil anos, a diferença se tornará quási impossível de se calcular. (191).

John Maynard Keynes, em belíssimo escoreço crítico-biográfico de Malthus, numa introdução aos Princípios de Economia Política dêste (192) o aponta como dominado “da suposição de nutrir a convicção da descoberta da chave para solucionar a miséria humana”.

Resume Keynes seu pensamento sôbre a célebre obra de Malthus nesta frase: “O livro pode reclamar um lugar entre os que mais influíram sôbre o progresso do pensamento”. “Está muito arraigado à tradição inglesa da ciência humana”, acrescenta e o inclui entre os nomes de Locke, Hume, Smith, Bentham, Darwin e Mill.

Entretanto, sem embargo dêsse incontestável caráter fecundante ou genético de despertar reflexões e debates, Malthus falhou. Ou melhor, a teoria de Malthus sôbre população falhou. Segundo ela, achar-se-ia, atualmente, a terra superlotada com 6 bilhões de pessoas e perecendo de fome.

Atinge a população do globo, porém, só a 2 bilhões.

E não vem daí a fome universal.

Já o vibrante Frederico List previra êsse insucesso da doutrina malthusiana: “Não é certo — afirmava o inovador do nacionalismo econômico (193) — que a população aumente numa escala maior que a produção de artigos de subsistência. Pelo menos, é absurdo admitir essa desproporção ou querer demonstrá-la mediante cálculos artificiosos e argumentos sofisticos, enquanto sôbre a superfície da terra exista uma grande massa de energias naturais sem aproveitar, das quais poderiam viver e alimentar-se dez ou talvez cem vezes mais homens que presentemente”.

Numerosos economistas de diversas nações condenam as idéias de Malthus, como Fuchs (194) Kenneth Boulding (195) para quem “a limitação voluntária dos nascimentos atingiu um ponto em que temos razões para temer não uma superpopulação, porém, um despovoamento”; Canaan (196) ao “...julgar prudente não intentar perturbar as coisas com a esperança de conseguir melhora, sinão contentarmo-nos com pequenas mudanças, como, por exemplo, dificultar ainda mais a procriação por pessoas com defeitos ou enfermidades indiscutíveis”; Clovis Ribeiro (197) ao se expressar nêstes têrmos “assim em geral as sociedades civilizadas condenam o neo-malthusianismo e os processos de obtenção de subsistências pela violência”.

Temperani Pereira (198) afirma não ocorrer nem um perigo de faltarem víveres à humanidade. E, para êle, de Malthus ficou apenas “um sofrível capítulo de sexologia pre-científica”.

Romulo Amadeo (199) ataca o tema com vigor e lucidez, concluindo, em sentenças candentes, por increpar de imoral o neomalthusianismo:

“Devemos considerar que a densidade média da população mundial não é muito elevada; que existem grandes extensões de terras férteis que ainda não foram aproveitadas pelo trabalho do homem como o centro e o sul da América, o centro da África, norte e sueste da Europa e parte da Oceania; e que a potência industrial transformadora do homem é muito grande na atualidade”. “Os neo-malthusianistas levaram a teoria a extremos imorais e ruinosos. O chefe da escola não queria isso, a fraude matrimonial, por exemplo. Eles, os discípulos é que fizeram propaganda anti-concepcional, a prática da esterilidade voluntária”.

“O neomalthusianismo despovoou a França e transformou essa nação num Estado de segunda ordem com perigo de desaparecer do mapa político da Europa, si não opuzer um paradeiro a essa obra criminosa”.

Wells, um malthusianista convicto, lembra o ato fulminatório do papa contra a praxe anti-concepcionalista e diz não se alarmar a igreja com a perspectiva de 16.000 milhões e com uma crescente porcentagem de imbecis. (200).

O velho Teodoro Roosevelt (201) tachou a limitação de filhos como “suicídio da raça”.

Gustavo Glotz, em pinceladas magistrais, nos pinta o quadro da decadência da Grécia devido precisamente ao seu premalthusianismo: “A Grécia esvasiava-se. Para compensar essas perdas, não podia contar com os progressos da natalidade. Apreciava-se excessivamente o bem estar para que alguém se encarregasse de família numerosa. Praticava-se o celibato e a exposição de recém-nascidos. A Grécia sofria dêsse mal profundo e incurável que Políbio chamava a “falta de filhos”, e “a escassez de homens”. “Ao mesmo tempo que diminuía a população, diminuiam os recursos”. (202).

Entrementes, seus maiores filósofos, como nos informa Platão em seu Banquete (203), reuniam-se em ágapes tumultuários para intérimos debates sôbre o amor sob seus escabrosos aspectos homossexualistas.

Sintetizando nosso parecer sôbre população, proclamamos com Kleinwa Eker (204): “O povo é a base da economia nacional e tôdo o recém-nascido ou imigrante é, pois, um hóspede bem vindo”.

Malthus falhou — tornemos-lhe às proposições, — apesar de, após sua época, ocorrerem fatos de incalculável influência sôbre o aumento da população.

Entre êles citaremos: a) A eugenia, presservando, desde muito, gerações futuras de males como a sífilis; b) a higiene promotora indefessa, diligente e capaz da luta contra a morte, debelando ou neutralizando efeitos outrora devastadores de tremendas doenças; c) a defeza generalizada da criança.

Vulgarizando a conveniência do exame prenupcial e advertindo a mocidade da terribilidade da transmissão de taras mórbidas à descendência, a eugenia já contribuiu bastante para o incremento da população.

Posta-se, nessa rude e prolongada guerra contra morbos, a higiene, numa posição decisiva.

Pasteur, Koch, Metchnikoff, Erlich e outros lograram cometimentos extraordinários na esfera da microbiologia, resultando avanços inestimáveis no triunfo contra a morte. (205).

Computam William Ogburn e Meyr Nimkoff (206) a população do mundo em 2.100.000.000 (dois bilhões e cem milhões), número esse devido, sem dúvida à higiene, salvadora de milhões de vidas e suscitadora da elevação do limite da existência de 29 anos na era de Napoleão para a média atual de cerca de 60 anos.

Porém, dois terços daqueles dois bilhões ou 1 bilhão e 300 milhões de seres humanos, segundo Boulding e Josué de Castro, aquele da Universidade de Iowa e este da Universidade do Brasil, (206) padecem fome.

Não traduz a constatação chocante daqueles cientistas testemunho do acerto das teorias de Malthus ?

Absolutamente não ! Primeiro, pela circunstância de a previsão do notável economista inglês avaliar a população da terra neste século em 6 bilhões. Ficamos, modestamente num terço de seu cômputo, sem embargo, como expuz, do aperfeiçoamento da tecnologia contra a morte.

Segundo, em face de minha tese de não se verificar superprodução universal de víveres e, sim, infraprodução, orientada, na forma de citações irretorquíveis, pela ambição de lucros.

O aperfeiçoamento da técnica da produção, só por si, mesmo admitida a exatidão da tese de Malthus, subiria do ritmo aritmético ao geométrico.

Sustenta essa opinião, aliás defendida por numerosos economistas, o professor Armando Temperani Pereira (207) nestas linhas nítidas: "Não só é sabido que a produção tem acompanhado e até ultrapassado as necessidades das populações, — o que se demonstra com dados estatísticos, — como também são conhecidas as possibilidades técnicas da produção moderna, capaz de ir muito além do necessário às populações. Quem desconhece o fantástico potencial produtivo das fábricas americanas, suscetível de produzir milhares de automóveis ou aviões ? Quem desconhece os truques do alevantamento dos preços, consistentes em destruir bem, queimá-los, como ao nosso clássico café, para que pareça escassez ?"

Quem desconhece — acrescentamos nós — o fato de indústrias de nações adiantadíssimas trabalharem com 40% a 60% de sua capacidade reduzida para forçar alta de utilidades ?

Com Henry George (Progresso e Pobreza, pág. 93): "Afirmo que é a injustiça da sociedade, e não a mesquinhez da natureza a causa da privação e da miséria que a teoria corrente atribui à superpopulação".

"Afirmo ainda com aquele generoso sociólogo, economista e filantropo, — que as novas bocas que a população em aumento põe em existência não exigem mais alimento do que as antigas, ao passo que os braços que as acompanham podem, na ordem natural das coisas, produzir mais".

Ilustração concludente dessas observações topamos no Brasil:

Para um exército de 6 milhões de trabalhadores materiais e intelectuais se contam 12 milhões de indivíduos sem ocupação definida num país torturado pela carência de braços.

Não receíamos, por alguns séculos, a superpopulação do nosso planeta, levados por apreensões da falta de alimentos.

Cabe-nos, porém, pelejar contra quaisquer restrições na produção e forçar pela correção dos defeitos da distribuição errada.

A conjunção do duplo fator-escassez da produção e deficiências no encaminhamento natural das mercadorias das suas fontes para os consumidores — ilude a todos.

Importa a eliminação e retificação dessas falhas e erros um programa superior a quantos já delineados em relação ao universo pelos maiores filantropos, sociólogos e economistas.

E de duas características se rodeia êle, ao nosso vêr: o da objetividade e o da exequibilidade.

Assim pensavam os diretores da UNRRA, assim opinam os líderes da ONU como o patenteiam suas persistentes investigações e congressos para estudar o tema máximo, complexo e supremo da humanidade, — a extinção da fome em todos os países do mundo.

Citações do capítulo n. 8

- 185 — Bíblia, tradução de Antonio Pereira de Figueiredo, Gênese I, 28-30.
- 186 — Vicente Licínio Cardoso — Afirmções e comentários, 1925, págs. 145 e 146.
- 187 — O Poder Soviético — pág. 146.
- 188 — Almeida Júnior — Biologia Educacional, pág. 140; Casa do Lavrador, Curitiba, ed. da Secretaria de Agricultura, n.º 1, de julho de 1912, págs. 15 e seguintes.
- 189 — Saggio sur principii di popolazione, ed. Unione Tipografico, editrice Torino, Itália, 1946. (Como se observa, este meu Malthus veio da Itália).
- 190 — História das Doutrinas Económicas, 178-264.
- 191 — Tomas Roberto Malthus, Saggio sur principii de popolazione, ed. italiana, Torino, 1946, pág. 8.
- 192 — Principios de Economia Política, Malthus — Fondo de Cultura Económica, México, pág. XXIII.
- 193 — Economia Nacional, pág. 146.
- 194 — Economia Política, págs. 188 e 191.
- 195 — Economie de Paix, pág. 106.
- 196 — Teoria Económica, pág. 82.
- 197 — Curso de Economia Política Sociológica, pág. 146.
- 198 — Introdução à economia política, pág. 109.
- 199 — Economia Política e Social, pág. 65.
- 200 — O Trabalho, a riqueza e a felicidade da Humanidade, pág. 540.
- 201 — Apud Wells, op. cit., pág. 541.
- 202 — Gustavo Glotz — História Económica da Grécia, pág. 295.
- 203 — Platão — Banquete — Atena Editôra, São Paulo, págs. 107 e seguintes.
- 204 — Economia Política, págs. 177 e 178.
- 205 — Vêr Paul Kruiff — Caçadores de micróbios, págs. 57, 107, 207, 275.
- 206 — Respectivamente Economie de Paix, pág. 6 e Geografia da Fome, pág. 18.
- 207 — Introdução à Economia Política, pág. 109.

CAPÍTULO N. 9

O DRAMA DO SÉCULO: A FOME, — FLAGELO UNIVERSAL DESVENDADO DEPOIS DE DUAS GUERRAS

“Poucos períodos da história humana desdobram tão profunda tragédia como a do homem sensitivo de nossa era. Pittirim Sorokin. A crise de nosso tempo, pág. 173.

Sob este último aspecto, si fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo — a guerra e as pestes ou epidemias — verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é, exatamente, a fome.

Para cada mil publicações tratando do problema da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome, e, no entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores que os das guerras e epidemias juntas”.

“Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — na qual pereceram dezesseis milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cómodo sonho e se apercebesse que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. Josué de Castro, da Universidade do Brasil, Diretor do Instituto Nacional de Nutrição, Geografia da Fome, págs. 14 e 16.

Os males da sociedade, como as enfermidades corporais, não se podem prevenir ou curar sem falar deles com inteira franqueza. Stuart Mill — Princípios de Economia Política, pág. 382.

SUBLINHA a transcrição da segunda epígrafe deste capítulo o procedimento dos homens com a ocultação da fome.

Afligia ela, já, multidões em todo o orbe antes de 1914.

Denunciavam-na as obras de Novicow, desde os fins do século XIX, como o provam minhas citações.

E, entanto, ninguém se alarmava, condoia-se disso e marchava em socorro dos flagelados.

Achava-se o mundo ainda, parece, na situação aludida por Haldane (208) neste passo: “Há 200 anos as notícias da fome reinante na China não criavam dever algum para os ingleses”.

Hoje, mercê da multiplicidade e facilidade de comunicações, o mundo se tornou menor e a família humana mais aproximada e íntima.

E, por isso, invocando testemunhos universais sobre a realidade dessa desgraça, entroso-a na estrutura de minha tese, como pálida contribuição a um esforço, por lhe atrair sobre o problema a atenção de economistas, sociólogos e estadistas.

Topa-se, perfeitamente comprovada, esta berrante verificação: Dois terços da humanidade padecem fome!

Afirmam-no os resultados das investigações da antiga UNRRA e das comissões e congressos da ONU.

Homologam essa conclusão cientistas afamados como Josué de Castro, da Universidade do Brasil e Diretor do Instituto Nacional de Nutrição e Kenneth Boulding, da Universidade de Iowa, Estados Unidos.

Aquêle, na sua já clássica Geografia da Fome, diz: "...e se tendo evidenciado, dentro de um critério rigorosamente científico, o fato de que cerca de dois terços da humanidade vivem num estado permanente de fome..." (pág. 18). E êste conta-nos: "Si dois terços da humanidade e talvez mais são condenados a não satisfazer sua fome, isso se deve mais à falta de produtividade do trabalho humano, que ao desemprego..." Economie de paix, pág. 6. "A sorte de milhões de pessoas na Europa, Ásia e África — diz também Pitirim Sorokim, "A crise de nosso tempo", pág. 173 — é da mais horrível miséria e pobreza".

Registra o generoso e corajoso reverendo Hewlett Johnson, em um de seus tão debatidos e até perseguidos livros (209), fatos documentados sobre a fome em sua pátria.

"Sir John Boyd — consigna êle — um dos mais distintos e eficientes dietistas da Grã-Bretanha, calcula, em seu recente livro "Os alimentos, a saúde e a renda", que metade da população inglesa está mal alimentada. Avaliando que seriam necessários dez "shillings" por semana e por pessoa para que cada um pudesse se alimentar convenientemente, observa que só a metade da população se pode dar a êsse luxo".

Depois de transcrever dados numéricos para corroborar sua informação estarrecedora, anota êste pungente pormenor: "A classe que gasta menos de quatro "shillings" semanais por pessoa em alimentos compreende a sexta parte da população infantil".

Colbourne (210) fornece-nos êste depoimento e comentário:

"Na época anterior à guerra — segundo o dr. Abraham Epstein, um dos mais competentes estatísticos de Norte América, — mais da metade da população dos Estados Unidos, vivia a um nível trinta por cento abaixo do mínimo prescrito como indispensável à saúde, por quarenta e quatro organizações em prol do bem estar, acrescentando que três de cada quatro apólices de seguro se pagavam somente para gastos de enterro".

Invocamos aí os exemplos das duas nações de padrão de vida mais alto do mundo.

E o estado de coisas, em ambas, se agravou consideravelmente depois da segunda guerra universal. Os ingleses vivem num rude regime de racionamento. E os ianques, devido à crescente agravação da carestia, se queixam amargamente da existência.

A indispensabilidade da mobilização de fabulosos recursos para execução do plano George Marshall, com o fim de acudir à Europa desesperada de miséria, degradação e insuficiência alimentar, representa um dramático depoimento da gravidade da situação mundial.

Si a Europa, velha de uma civilização milenária, senhora de uma aparelhagem fabril avançadíssima, incluindo a Inglaterra condenada à falência sem auxílio externo e a França, eternamente orgulhosa de seu cabedal doméstico e da autosuficiência de seus dez milhões de granjas, chegaram a estender a mão à caridade norte-americana, calculemos o resto do globo, imerso numa inanição impeditiva até de gemidos implorando auxílio!

Devemos, aliás, conservar diante dos olhos a brutalidade dos quadros de decadência de nações outrora orgulhosas de sua potencialidade, como a Alemanha. Eugenio Guðin (211) nos giza uma reprodução dos efeitos da "débauche" germânica nestas orações: "Destruíu (a inflação) o espírito de economia; tornou impossível a solução do problema das reparações; destruiu valores morais e intelectuais incalculáveis. Teve as mais sérias repercussões sociais acumulando riquezas em favor de uma pequena classe de usurpadores da propriedade nacional, enquanto milhões de indivíduos eram jogados à pobreza. Constituiu uma terrível preocupação e constante tormento de inúmeras famílias; envenenou o povo alemão, disseminando por tôdas as classes o espírito de especulação, desviando-o do trabalho regular".

Stefan Zweig nos deixou uma narrativa patética da tragédia alemã naqueles dias negros do após-guerra.

Aonde nos leva a constatação sumária e, não obstante isso lúgubre, da miséria social do mundo?

Com Emery Reves direi: "Triste verdade é que si pudessemos dividir tôda a produção anual do mundo igualmente entre tôdos os indivíduos da raça humana, o resultado seria — pobreza". (212).

Pontes de Miranda, o esplêndido sociólogo brasileiro, nos entala nas pontas de um dilema: "Não há outra alternativa: Fazer o bem, ou o mal. Não distribuir melhor, dentro e fora, é preparar a guerra; porque têm de inverter em armas o que produzirem, e não distribuírem dentro de si; e porque têm de lutar com os outros, si exploram algum país. Si é certo que alguns países vieram tarde para ter colonias, também é certo que a máquina progrediu depressa de mais para que os séculos se parecessem e as colonias possam ser impunemente exploradas".

Felizmente já superamos aquela fase da história da humanidade de indiferença de uma sua parte pela outra martirizada.

Neutralizaram-se as distâncias separadoras dos povos.

Portugal criou o primeiro e efetivo instrumento de intercâmbio entre as nações com o comércio internacional em grosso.

Tornou-se possível, daí em diante, a constituição de um império, como o britânico, estendido por tôdo o globo e banhado pelos Sete Mares. "O navio de vapor consolidou-o. Unificaram as ferrovias os Estados Unidos. O avião vai estabelecer o Estado Mundial". (214).

Em menos de um mês, pôde Willie Wikler, o ex-competidor de Roosevelt, na penúltima campanha eleitoral dêste, colocar seu estetoscópio sobre o coração da humanidade para lhe diagnosticar os infortúnios. E dessa

possibilidade proveio seu *Um mundo só*, tão comovido e sensível diante da profunda miséria e do indizível egoísmo dos homens.

Deveu-se à aeronavegação também a eficiência do gigantesco esforço da UNRRA, ao tempo de seu diretor, o inolvidável Fiorello La Guardia, aprovisionando povos famintos do necessário para não morrerem de fome no transcurso da segunda guerra universal.

Propôs, aquele humanitário democrata, se organizasse uma entidade financiada por tôdas as nações para regularizar a produção e a distribuição no mundo.

Dissolvida a UNRRA, avocou a ONU a si tarefa semelhante à planejada por La Guardia. E como já lembrei acima, desenvolve ela louvável ação debatendo em congressos internacionais questões ligadas a essa iniciativa e executa, em tôdo o orbe, amplas pesquisas para facilitação de próximo trabalho de finalidade prática para combater a fome.

Não faltam, porém, ainda obstáculos deparados à execução dêsse programa de consequências positivas para a implantação definitiva ou, pelo menos, duradoura da paz no universo.

Entidades vinculadas à ONU, já mais de uma feita, abordaram aspectos dos temas da produção e distribuição.

Leiamos algumas notícias ilustrativas sôbre o caso.

“Êsses estoques seriam exportados ou cedidos às nações necessitadas, pelos países produtores a preços reduzidos” — diz uma publicação do nosso Instituto Nacional de Nutrição. (215).

“Já faz parte do programa norte-americano de colocação das sobras futuras de trigo, idéia semelhante à apresentada à comissão (da ONU). A objeção a essas medidas humanitárias vem sempre dos países importadores obrigatórios de alimentos básicos, como a Inglaterra, porque se teme alí que, em última análise, resulte na manutenção de preços estáveis elevados da produção agrícola”.

“Por enquanto — esclarece o comentarista — tais projetos parecem utópicos, pois não há alimento suficiente para atender ao comércio normal, quanto mais sobras para constituição de reservas para épocas de fome”.

Êste segundo tópico corrobora o anterior quanto aos óbices de países egoístas: “De outro lado procurava-se um acôrdo internacional alimentar, também fracassado porque o grupo de nações produtoras, interessado na fixação de preços remuneradores e estimuladores da agricultura, não poudo conciliar seus pontos de vista com o grupo dos países consumidores que pleiteavam preços mínimos para atenuar as despesas de abastecimento de suas massas”. (216).

Volto-me, cheio de esperança, escorado por uma fé cada vez maior, sôbre a economia, contando possa ela, através de suas figuras máximas, influir em suas nações para se alçar o bem da humanidade acima de interesses excessivos e imediatistas de homens de negócios.

Dirijo-me a essa ciência. E apelo principalmente para a aplicada, con- citando-a a agir, pois, como afirma Haldane (217) a ciência é mais im-

portante porque é aplicada, e só as partes aplicáveis da ciência podem ter segurança para sobreviver. Comparemos — continua aquele mestre do Colégio Universitário de Londres, — aos dois maiores biólogos do século XIX, Pasteur e Darwin. Sem dúvida, as idéias fundamentais de Pasteur terão de sobreviver, porque qualquer nação que não acredite nelas duplicará sua mortalidade si puzer em prática essa incredulidade. Porém, embora a maioria dos homens de ciência aceitem as idéias principais de Darwin, nem um desastre social redundaria de sua repulsa”.

Conta-se com a cooperação eficaz da economia aplicada para a resolução do problema fome. Os caminhos para a sua consecução já os indiquei com o desenvolvimento de maior produção e a severa execução de uma melhor distribuição.

Esse, sem dúvida, é o seguro roteiro da paz.

Citações do Capítulo n. 9

- 208 — J. B. S. Haldane — La desigualdade del hombre, pág. 103.
- 209 — O Poder Soviético, págs. 72 e seguintes.
- 210 — A Economia Nova, pág. 32.
- 211 — Principio de Economia Monetária, pág. 224.
- 212 — Anatomia da Paz, pág. 59.
- 213 — Democracia, Liberdade e Igualdade, pág. 592.
- 214 — J. B. S. Haldane — A desigualdade dos homens, pág. 68.
- 215 — Arquivos Brasileiros de Nutrição, tomo 3, n.º 6, de junho de 1947.
- 216 — Arquivos Brasileiros de Nutrição, tomo 4i n.º 6, de dezembro de 1947.
- 217 — Op. cit., pág. 66.

CAPÍTULO N. 10

NACIONALISMO, AUTOSUFICIÊNCIA, ESPAÇO VITAL, IMPERIALISMO E INEFICÁCIA DA GUERRA

O nacionalismo económico fomenta a existência dum mercado mundial e um mercado mundial implica sempre o antagonismo com o estrangeiro. A liberdade do comércio internacional fica sempre condicionada e limitada pelas pretensões do nacionalismo económico. Harold Laski, "O Estado Moderno", pág. 271.

Tôdas as lutas empreitadas pelo imperialismo são lutas pelo espaço. Jean Brunhes, "A geografia humana", pág. 304.

A autarquia é uma ambição irrealizável, mesmo se tratando de um país como os Estados Unidos, que pode considerar-se dotado de possibilidades ilimitadas. Mariano Alcocer, "Economia Social", pág. 247.

O Estado fascista constitui a essência do imperialismo em sua forma moderna. O comércio do exterior se realiza de acôrdo com rígidas linhas mercantilistas. Ao mesmo tempo, no Estado fascista, se desperta e se estimula uma ambição de expansão territorial, não apenas sobre países atrasados, como até contra vizinhos cujo controle pode lhe trazer vantagens monopolistas à grande indústria metropolitana. Mauricio Dobbs, "Economia Política e Capitalismo", pág. 251.

O homem não pode viver insulado. A economia insulada é uma ficção. — A. Murat, "Iniciação à teoria económica", pág. 93.

A guerra é uma indústria de luxo e não indústria de subsistência. Kenneth E. Boulding, professor da Universidade de Iowa, Estados Unidos, "Económica Paix".

Pode-se remontar a pesquisa sobre a origem do nacionalismo económico à família primitiva. Bastando-se a si própria, executava já a economia fechada. (218). O caan e a aldeia, esta mesmo na idade média depois de milênios do regime de trocas, praticam autosuficiência. E esta sem dúvida forma a base objetiva do nacionalismo económico.

O desenvolvimento da Grécia levou-a a uma modalidade de colonialismo. E a par com êste seu comércio de importação até com o oriente remoto se revestiu de muita importância. Roma, criando o império, se bastou, pois a guerra lhe representava a indústria máxima. Viveu largamente da pilhagem.

Um dos motivos de entusiasmo de sua gente consistia na exibição apoteótica dos triunfos, consagração suprema de seus gloriosos saqueadores.

E lá se estadeava, por entre manifestações delirantes das massas, a amostra perturbadora dos despojos subtraídos às nações vencidas.

"Seguiam-se — no-lo descreve Vieira na magestosidade de seu estilo

gongórico (219) — representadas ao natural, as cidades vencidas, as montanhas inacessíveis escaladas, os rios caudalosos vadeados com pontes, as fortalezas e armas dos inimigos, e as máquinas que foram expugnadas; em grande número de carros os despojos e riquezas, e todo o raro e admirável das regiões novamente sujeitas; depois de tudo isso, a multidão dos cativos, e talvez os mesmos reis manietados; e, por fim, em carroças de Ouro e pedraria, tirada por elefantes, tigres, ou leões domados, o famoso triunfador, ouvindo a espaços aquêlê temeroso pregão: MEMENTO TE ESSE MORTALEM”.

Dá-nos, porém, a configuração perfeita do nacionalismo económico a renascença com o surto do mercantilismo.

Considera-se o ouro como única riqueza. E todo o objetivo dos Estados se concentra em possuí-lo.

As nações dotadas de possessões as exploram, procurando arrancar destas aquêlê mineral ou produtos transformáveis em moeda.

Estabelece-se drástica política fiscal. A balança comercial orienta o programa económico. Mistér exportar o máximo e importar o mínimo. Isso mesmo ao preço da fome e da desgraça do povo.

Espanha, empanzinada de ouro, ingressa numa crise tremenda — “E’ indizível o estado das finanças, diz Gonnard. Reina em todo o país a fome endêmica; até as classes superiores passam privações. Despovoa-se. Já não tem agricultura. Já não existe a indústria”. (220).

O melhor sinónimo de nacionalismo económico se topa no mercantilismo. “E aí fica — ensina-nos Paulo Hugon (221), caracterizado um dos aspectos mais nítidos da política mercantilista: ser uma política de oposição entre economias nacionais. “Ela se baseia na idéia de oposição entre economias nacionais: O lucro de um é o prejuizo de outro — escreve Montaigne em seus Ensaio”.

Esse nacionalismo se desenvolve furiosamente durante quasi três séculos, coincidindo-lhe o apogeu com a reconstituição dos grandes Estados.

Amainando um pouco, devido aos efeitos da revolução francesa, recrudescer depois da irrupção do romantismo, cuja dupla característica literária e nacionalística suscita um clima para uma política económica progressivamente empregnada de nacionalismo.

J. F. Normano (222) nos esclarece sobre essa curiosa influência da escola de Victor Hugo, Byron, Goethe, sobre a economia: “Bem podemos reter esta designação (escola nacional) de modo a não romper com a terminologia tradicionalmente aceita, mas a designação de “romantismo económico”, seria a mais satisfatória, visto que o nacionalismo desse período era apenas das características do romantismo”.

Falava esse autor de sua pátria, Estados Unidos, como a Inglaterra, sedisente partidária e praticante do liberalismo económico.

Em verdade, porém, este, na plenitude de sua força, jamais vigorou em nem uma nação do mundo!

Como lemos na legenda n.º quatro, neste capítulo, o fachismo, verda-

deira hipertrofia do nacionalismo, gera o imperialismo em sua forma mais madura, segundo a expressão de Maurício Dobb.

E o processo de sua evolução se alivia da supertensão, buscando um bode expiatório. Este, como diz Meade (223), “póde ser o judeu ou o vencedor da última guerra. Em qualquer dos dois casos, se fomentam condições psicológicas para um conflito interno ou externo”.

Emery Reves observa o fato de o nacionalismo económico gerar, na consciência dos povos, a idéia de sua pátria constituir o centro da órbita de outros países. Tudo gira em derredor dela.

Aquele autor explana mesmo uma teoria, aproximando essa ambição de predomínio do geocentrismo do sistema de Ptolomeu. (224).

No exercício dessa política, praticam, como o fariam sobre suas colônias “asfixiando-as sob o peso do impôsto e desenvolvendo em seu benefício, o mercantilismo”.

Coube a List, na Alemanha, a ressurreição do nacionalismo em uma forma definitiva. Conhecido o seu trabalho, aliás penosamente realizado, pois enfrentou o absurdo regime alfandegário dos pequenos Estados alemães. A *zollverein* ou união aduaneira, verdadeiramente base da unificação de sua pátria, representou o passo decisivo para suas doutrinas.

E List, ao empreender a Alemanha, sob o nazismo, sua recomposição, se lhe tornou o guia. Suas idéas serviram de base ao novo nacionalismo económico, embora quasi sempre deformadas.

Um de seus intérpretes estabeleceu o sistema de trocas, instituindo variedades de marcos compensados.

A golpes de habilidade, se adquiriam matérias primas e se exportavam canhões velhos ou toneladas de aspirina (225).

Não censuro a Alemanha por êsse procedimento. Qualquer nação do mundo agiria, nessa terrível conjuntura, de maneira idêntica ou pior.

Demonstra-no-lo a observação de fatos históricos. Mostram-nos êles, povos classificados como campeões da liberdade, aplicarem, à socapa de nacionalismo, uma política positivamente criminosa.

Harold Laski, inglês de velha cepa, “scholar” de alta classe, a isso se refere nestas orações incisivas: “O que se classifica, com efeito, nestes casos, de “interêsse nacional” rara vez encobre outra coisa que a proteção a um bando de financistas aventureiros que arriscam seu capital sob a armadura protetora do Ministério do Exterior”.

“Propagandas habeis disfarçam de Inglaterra, França, Norte América essa política; porém o símbolo é um tributo à ingnorância das massas, em vez de uma oferta vantajosa nas aras de necessidade”. (226).

Para derreter nosso saldo de divisas nos Estados Unidos como atuam os industriais e comerciantes norte-americanos?

Por que, em vez de máquinas para nossas lides agrárias e industriais, nos vemos inundados de pechisbeques e quinquilharia? Por que, em vez de coca-cola, bebida exposta sob a titulação de “marca de fantasia”, não se importam adubos, celulose e ferragem?

Diante da ofensiva do nacionalismo económico, cuja agressividade se

torna, de contínuo, belicosa, os demais povos devem assumir atitude de alerta, preparando-se para as eventualidades difíceis de defesa inteligente de seus interesses.

E nos esforços pela paz do mundo, mistér o profundo conhecimento dessa psicologia do economismo nacionalista, pois, sem êles, aquela aspiração da humanidade dificilmente se concretizará.

Consiste o pensamento medular desta tese na esperança de cooperação universal. Impõe-se conciliarmos as necessidades de subsistência de cada nação, os imperativos de uma justa prosperidade material, com o sagrado direito de viver das tão a miude denominadas “nações atrasadas”.

A famosa geopolítica cultivada nos últimos decênios pregava, na sua truculência, o sacrifício dos pequenos em pról do aumento dos grandes Estados.

Consoante o dizer de Hupé (227) já Ratzel escrevia isto: “Neste pequeno planeta só existe espaço suficiente para um grande Estado”.

E Kjellen, um cientista sueco, citado por Hupé, o autor do conceito inovador de geopolítica, contrastando com o de geografia política, forneceu esta preposição aos Gargantuas internacionais: “Os Estados vitalmente fortes, que possuem sòmente um espaço limitado, se devem por si mesmos ampliar êsse espaço por colonização, amalgamação ou conquista”.

O imperialismo não nasceu neste século. Ficou seu rastro através da história. E Alexandre, Anibal, Cezar, Gengis Khan, Napoleão, e outros generais menores, o cultivaram, sustentaram e exploraram. A afamada helenização do Oriente suporta confronto com o emperialismo económico, religioso, social de nossa éra.

A própria Santa Aliança, erguendo barreiras à penetração do imperialismo revolucionário de 1789, revive, sob feição democrática, nas ligas formais ou concretas da atualidade, na peleja contra a expansão de ideologias da extrema esquerda.

Não comentarei aqui as diversas modalidades dêsse Proteu prodigioso da contemporaneidade.

Interessa-me, na tese, apenas seu aspecto económico.

“Seu conceito — declara-nos Edward Kirkland (228) — é relativamente fácil de definir. Consiste na aquisição e no govêrno de povos e territórios dependentes. Suas manifestações, nos diferentes graus de desenvolvimento, são: Colonialismo, protetorados e zonas de influência. Para o fenómeno imperialista, a menos que os endocrinólogos isolem uma glândula a cujas secreções se possa atribuir a origem do imperialismo, só podem dar fundamentos e causas irracionais e confusas”.

“O Estado não se limita a proteger a indústria, faz-se instrumento de sua expansão no mundo” — consigna Louis Pomery (229).

O “império — disse uma vez Chamberlain parodiando Napoleão — é o comércio”, lembra Arthur Birnie (230).

E êsse mesmo insuspeito Birnie, da Universidade de Edimburgo, Escóssia, assim descreve o mecanismo dêsse “comércio”: “O imperialismo moderno se acha estreitamente ligado à alta finança, pois a penetração

financeira é um dos métodos mais seguros da expansão imperialista".

Imperialismo, para Lória (Economia Política, pág. 601), conceitualiza-se como sistema de apropriação violenta de territórios: "Consiste na conquista e na apreensão violenta de terras novas da parte de países antigos, saturados de população e de capitais".

"O capitalismo europeu empresta dinheiro a um potentado bárbaro, pródigo ou necessitado, diz Arthur Birnie. O devedor deixa de pagar dívida. E, para exigir pagamento do credor, o governo envia uma frota ou um exército. Esta cobrança à força é de contínuo o prelúdio da ocupação permanente. E o exemplo clássico é o Egito". (Loc. já citado).

Importante frisar, como inerente a alguns imperialismos coevos, a aplicação dum autarquismo radical.

Observação epidérmica da fenomenologia social e económica nos convence da impossibilidade da autosuficiência na vida do mundo presente.

Aristóteles preconizava Estados pequenos compelido por dois motivos: Achava difícil o governo das nações extensas e muito populosas e considerava insoluvel o seu abastecimento. (231). Já então, 300 anos antes de Cristo, evidenciava-se-lhe a incapacidade da autosuficiência como política económica de suas cidades, pois a Grécia possuía colónias estendidas até os confins do Mar Negro e do Mediterrâneo ocidental.

De então para cá, só na fase de reconstituição urbana da idade média, na falta de intercâmbio mercantil de utilidades, as aldeias se viram forçadas a se bastar.

E o mercantilismo, sem embargo de funcionar durante três séculos, patenteou os obstáculos tremendos à autosuficiência.

Abarrotada de ouro, como já escrevi, a Espanha do século XVII estertorava de fome.

Opinam economistas modernos pelo insucesso do autarquismo até em países de fabulosos recursos como os Estados Unidos, Rússia, etc.

Pertence a Morini Comby esta asserção positiva: "... no estado atual da técnica, nem um dos Estados modernos pôde ser autarquista". (232).

Largas e tremendas experiências recentes patentearam a exatidão dêsse asserto. E mais nos mostraram, como assinala Lescure (233), representar "O comércio internacional, em tôdas as épocas, uma fonte de conflitos".

Isso, naturalmente, quando exercitado pelos imperialismos.

Êstes desvirtuam as trocas, envenenam as relações entre os povos, ao adotarem manobras tendenciosas, capciosas, fraudulentas.

E nessa competição terrível os ânimos se agastam. E então assiste razão a Lescure ao traçar estas linhas: "A luta pela venda de artigos, a conquista de mercados, é sempre acompanhada de dificuldades entre os Estados, o que muitas vezes tem sido origem de guerras. Suprimir esta causa de conflitos é colaborar pelo estabelecimento da paz".

Confirma Antônio Robert êsse parecer, quando atribue à competência comercial a causa da guerra de 1914. "Os mercados não comportavam

mais as utilidades. E a saída afigurou-se às potências consistir no conflito". (234).

Salienta Harold Laski o papel de barril de pólvoras do nacionalismo radical: "Organizado dêste modo, o panorama dos Estados nacionais se parece extraordinariamente a um tambor de explosivo; neste estado de coisas, basta, como em 1914, uma chispa fortuita para provocar a hecatombe de uma conflagração. (O Estado Moderno, pg. 274).

Clarence Fieldden Jones e Gordon Gerald Darkenwald, na sua monumental obra (235), prelecionam, nestes termos, sobre este delicado assunto: "A principal dificuldade comercial com que se tropeça nesta região é a psicologia de guerra que faz com que algumas nações intentem se bastar a si mesmas. Por outra parte, os produtos dos países vizinhos são tão similares que vão buscar matérias primas e artigos comestíveis a grandes distâncias".

Hans Kelsen, considerado um dos maiores mestres mundiais de direito, não compartilha da corrente partidária do fator económico ou, mais especificamente, da competição comercial como causa da guerra.

"É uma teoria marxista — diz êle — que o rompimento da guerra se deve exclusivamente ou pelo menos predominantemente a causas económicas, sobretudo no sistema capitalista. Seria exagero dizer que as guerras não têm causas económicas". (A Paz pelo direito, pg. 46).

Posto nestes termos, se fica de acôrdo, pois para mim a economia não constitui a causa, porém, uma das causas da guerra.

E Kelsen, aludindo à possibilidade da eliminação das guerras nas relações internacionais, quando nem um govêrno tenha que temer desvantagens, nem que a guerra lhe acarrete benefício algum, — desaparecerá o maior obstáculo para uma reforma razoavel na situação económica, pelo menos na medida em que o melhoramento da situação económica representa um problema universal e não nacional".

Si o notável Kelsen lograsse conseguir a execução de seu plano da paz pelo direito, creio removeria 80% das dificuldades exsurgentes no decurso da aplicação de esforços pelo desaparecimento ou diminuição do flagelo da fome no mundo.

Aquilo, não obstante, em seu plano para manumentação da paz, não figura um só tópico relacionado com essa diátese ao meu parecer tão propícia à perturbações sociais na humanidade!

Entretanto, já Alfred Jourdain, no terceiro quartel do século XIX, sustentava isto em sua tese: "Conhecemos as consequências do isolamento económico: A abundância succede facilmente a carestia, a fome". (236).

E, oitenta anos depois, Murat proclama: "A economia isolada é pura ficção". (237).

E o ilustrado mestre da Faculdade de Direito de França poderia acrescentar: E a guerra!

"O nacionalismo económico — como explana Pontes de Miranda, (238) — resultou da diferença demasiado grande entre sistemas económicos: Por parte de países ricos e industrializados, nacionalismo para resol-

ver, dentro de si, os seus problemas; por parte de países fracos, defesa contra a exploração estrangeira, que compra a baixos preços e vende a preços altos, mediante a eliminação da concorrência em tratados e acordos, e desenvolve a economia parasitária da sanguessuga (empréstimos, monopólios, isenção de impostos). Por parte de todas as soldagens nacionais do económico e do político, os imperialismos em conflito permanente, na paz e na guerra, e a preparação para a guerra, mesmo porque, desde 1914, as guerras começaram de ser a destruição sistemática, as “guerras às fábricas”.

Autarquismo, nacionalismo económico e imperialismo significam, portanto, sementeiras de guerras. Sua presença no mundo implica ameaça contra a paz.

Max Weber, o notabilíssimo economista e sociólogo germânico, nos legou estas palavras profundas sobre a deformação de instituições destinadas a finalidades pacíficas: “Os bancos que financiam empréstimos de guerra em grandes setores de indústria pesada, — não só os fornecedores diretos de carros blindados e peças de artilharia, — se acham economicamente interessados em que haja guerra. Uma guerra perdida lhes proporciona tão considerável vantagem como uma guerra ganha e o próprio interesse político e económico dos membros da comunidade política se veem obrigados a suportar a existência de grandes fábricas indígenas de material de guerra que subministram o mesmo a todo o mundo, incluindo o inimigo”. (239).

Favorecerá, porém, a guerra aos seus promotores?

Achille Lórie (240) proclama a sua inoperância: “Não produz benefícios para nem um dos beligerantes: “guerra, destruindo enorme massa de capitais e sobrecarregando os produtores com impostos e com flutuação da moeda, provoca a exacerbação do flagelo do desemprego. Eis por que, depois da primeira guerra, esse mal se agravou, assim nos países vencidos, como nos vencedores”.

Não menos categórico se deparava em sua época, o venerando Bastiat (1801—1850) ao emitir estes conceitos: “A economia política demonstra que, mesmo considerando apenas o povo vencedor, a guerra se realiza no interesse de um pequeno número, e às expensas das massas”. (241).

Adotamos, portanto, o princípio da ineficácia da guerra como meio de resolver questões e problemas económicos.

Só por uma reminiscência de um anacronismo aristotélico pode algum economista divisar qualquer proveito para a sociedade como resultado dos conflitos armados entre as nações.

Julgamos possível resolver-se qualquer dissídio dentro da ordem e da paz.

O incremento do poder aquisitivo de biliões de pessoas torturadas pela fome e a existência de espaço vital para acolhimento de populações oriundas de países superlotados devem formar estímulo para esforços em busca de uma eliminação completa de motivos de guerras entre os povos.

Admito, como tema demonstrável à luz da economia e da sociologia,

a verdade de a maior produção e a melhor distribuição formarem a senda capaz de conduzir a humanidade para uma era de paz permanente.

Certo se cogita de árdua tarefa. Impõe-se-nos vencer primeiro a mentalidade egoística de líderes internacionais, de um capitalismo insaciável, de uma organização social ainda contaminada por ambições de lucros ilimitados.

Porém, a humanidade já melhorou muito. E evolue sem cessar.

Citações do capítulo n. 10

- 219 — Fuchs — Economia Política, pg. 40.
- 219 — Antonio Vieira, Sermões I, 117.
- 220 — René Gonnard — História das Doutrinas Económicas, I, pgs. 157—158.
- 221 — História das Doutrinas Económicas, pgs. 64 e 70.
- 222 — As idéas económicas na América do Norte, pg. 84.
- 223 — G. E. Meade — Economia, ciência e política, pg. 530.
- 224 — Anatomia da Paz, pgs. 23, 30 e 35.
- 225 — Eugénio Gudin, Principios de Economia Monetária, pg. 264.
- 226 — O Estado Moderno, pg. 285.
- 227 — Geopolítica, Roberto Strausz-Hupé, pgs. 49 e 62.
- 228 — História Económica dos Estados Unidos, pg. 603.
- 229 — Apurçu d'histoire economique contemporaine, pg. 66.
- 230 — História Económica da Europa, pg. 331.
- 231 — A política, pg. 147.
- 232 — J. Morini Comby — Mercantilisme et protectionisme, pg. 170.
- 233 — Jean Lescure — Étude Sociale et Comparée des regimes de liberté et des regimes autoritaires, 1946, pgs. 239 e 243.
- 234 — Países Olvidados, pg. 165.
- 235 — Geografia económica, Fondo de Cultura Economica México, pg. 726.
- 236 — Alfred Jourdain "Le rôle de l'État dans l'Ordre économique, pg. 264.
- 237 — Initiation à la théorie économique, 1943, pg. 93.
- 238 — Democracia, Liberdade, igualdade, pg. 583.
- 239 — Economia e Sociedade, vol. IV, pg. 45.
- 240 — Economia política, pg. 582.
- 241 — Frederico Bastiat — Mélanges d'économie politique I, pg. 115.

CAPÍTULO N. 11

O DIREITO DE VIVER — O DIREITO À IGUALDADE NA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BIOLÓGICAS — O DIREITO AO TRABALHO — CARIDADE E ASSISTÊNCIA E UM DEVER DA SOCIEDADE.

Todo o mundo tem o direito de viver — Stuart Mill, "Princípios de Economia Política", pág. 372.

O Instituto de Direito Internacional em sua sessão de 12 de outubro de 1929 em Nova Iorque adotou uma Declaração Internacional dos Direitos do Homem cujo 1.º artigo consta destes termos: "É dever de todo o Estado reconhecer a todo o indivíduo o direito igual à vida, à liberdade e à propriedade e conceder a todos dentro do seu território, plena e completa proteção desse direito sem distinção de nacionalidade, raça, língua ou religião". — Jacques Mauritaine, "Os direitos do homem", pág. 158.

"Nós estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes humildes, atendendo a que eles estão pela maior parte numa imerecida situação de infortúnio e de miséria. Veio agravar ainda o mal uma usura voraz, a qual, condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, continua a ser praticada sob outra forma por homens ávidos e gananciosos; acresce o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito posto nas mãos de uns poucos, de modo que o número diminuto de opulentos e ricos impuseram um jugo quasi servil à imensa multidão de proletários" — Papa Leão XIII, "Rerum Novarum", carta encíclica de 15 de maio de 1891.

"A vida do homem requer a obtenção das pequenas comodidades de maneira que seja algo mais que a satisfação mesquinha de baixas necessidades" — Harold Lasckl, "O Estado Moderno", pág. 120.

"O consumo é o fim, a causa final de todos os fenómenos económicos e é nêle por consequência que se topa a sua última e definitiva solução". — Frederico Bastiat, "Mélanges d'économie politique", II, pág. 31.

"Si o homem não sentisse necessidades, não haveria razão da existência da economia política, por isso que só elas explicam e justificam a indispensabilidade do trabalho" — Glácómo Luzzatti, "Lezione di economia politica", pág. 33.

REPORTO-ME, ainda esta feita, aos versículos 27 e 28 da Gênesis. Contam-nos êles dois atos fundamentais para a humanidade, o da criação do homem e a primeira benção lhe lançada:

"E criou Deus o homem à sua imagem: êle o criou à imagem de Deus, macho e femêa os criou.

Deus os abençoou e disse: Crescei e multiplicai-vos e enchei a terra".
Desnecessária exegese aqui. Achamo-nos diante dum pequenino texto,

simples, cristalino, lapidar, como inscrito na eternidade do granito. Fundo e forma se lhe ajustam aí, numa fusão admirável.

Deus não recorreu a eufemismo para estabelecer uma das leis máximas do mundo, a da reprodução dos nossos semelhantes, para conservação e propagação da espécie.

Criou-os machos e fêmeas. E traçou-lhes o determinismo biológico e social. “Crescei e multiplicai-vos”. E, para ainda com mais vigor e nitidez frizar sua ordem, precisou: “Enchei a terra”.

Passados milhares ou milhões de anos — conforme a cosmogonia pessoalmente abraçada pelo leitor, — vemos os jurisconsultos romanos preocupados em proteger o homem desde o instante divino da concepção. (242).

O nosso Código Civil, em seu art. 4.º, estabelece: “A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascimento”.

Reencontramos, nêsse passo, a mesma idéia romana. Constitui a fonte histórica daquêlê nosso dispositivo. Trata-se da segurança jurídica da vida do sêr humano, “ab ovo”.

Na velha Roma e, até 77 anos atrás, no Brasil, o nascituro defrontava uma encruzilhada resolvida pela condição do indivíduo: Filho de escravo trazia seu destino marcado pela infeliz escravidão; si de pessoa livre, usufruía direitos prescritos pela lei.

O escravo, segundo Ihering (243), não constituía uma pessoa, pois ensinava aquele mestre, “nem pode haver outra distinção de pessoas sinão entre homens livres”.

Isso não obstante, os escravos gozavam de certas vantagens entre os romanos. E em serviços pesados e insalubres, os escravistas preferiam empregar homens livres, pois aquêles importavam um valor económico.

E exatamente para retomarmos êste aspecto, escrevi as linhas anteriores, pois, em verdade, o homem representa um dos maiores valores económicos do universo.

Como fonte de trabalho, como produtor de riquezas corporais e incorpórais, desfruta lugar indisputável, visto possuir o dom incomparável da iniciativa.

Sem êle a terra, decantada como primeiro elemento da produção pelos fisiocratas, quedaria na sua passividade, até no regime da coleta, posto os próprios frutos só se tornarem aproveitáveis depois de apanhados pela mão humana.

Reveste-se de muita significação histórica e social a circunstância de, só no século XVIII e simultâneamente, conseguir o homem a sua liberdade olítica e a de seu trabalho !

Entretanto, um direito ainda não logrou êle plenamente: o direito de viver.

Encontra obstáculos a seu exercício.

Não possuem êsse direito dois têrços da humanidade.

Por que ocorre isso ?

Aponta-lhe a afamada encíclica de Leão XIII a causa: “Acresce — diz

o antigo chefe da catolicidade, — o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito posto nas mãos de uns poucos, de modo que um número diminuto de opulentos e ricos impuseram um jugo quási servil à imensa multidão de proletários”. (*Rerum Novarum*).

Noutro capítulo, indiquei, com clareza, a origem da miséria mundial: A escassez da produção regulada pela ambição de capitalistas e pela distribuição deficiente.

Sintetiza Frederik Benham o mal do mundo, nestas poucas palavras: “A necessidade mais urgente é a de alimentos. As famílias cujos salários são muito reduzidos gastam a maior parte deles em comida. (245).

Adverte-nos Boulding: “O “slogan” verdadeiro “A alimentação ganhará a guerra e ditará a paz”, mostra que os Estados Unidos consideram a nutrição como uma arma”. (246).

Convém, entretanto, partirmos desta idéia: Cada indivíduo, desde a concepção, adquire o direito de viver.

E quando redijo a expressão “direito de viver”, vínculo ao termo viver o conceito irremissível do desenvolvimento biológico completo da criatura.

E para tal, ela sente necessidades vitais.

Formam estas as bases de uma lei fisiológica: Reclamam todos os organismos humanos um mínimo de alimentos para seu crescimento normal.

Compete à sociedade fiscalizar severamente a satisfação dessas exigências do nosso corpo.

Não o fazendo, como ora sucede, sustentará sempre instituições para o imenso contingente das vítimas desses déficits alimentícios:

A subnutrição e a miséria desempenham a tarefa sinistra de povoar hospitais e cadeias.

“Construimos os direitos sobre a base individual — repito com Harold Laski (247) — porque, em última análise, o bem estar da comunidade se funda sobre a felicidade do indivíduo”.

“A ciência nos ensina — esclarece Stolper (248) que o homem normal necessita 2.500 calorias para sua manutenção física. No regime capitalista de uma democracia o indivíduo tem a liberdade de comer mais, si puder pagar o excesso para integrar sua dieta de acordo com seu gasto e o mercado o supre de tudo que deseja. Numa ditadura, o homem só pode comer tanto e tais alimentos como o governo queira e possa permitir”.

Stolper falava da Alemanha. Em qualquer parte do mundo, reclama o homem aquele mínimo numérico de calorias. Porém, a dois terços da humanidade faltam ou dinheiro para obtê-lo ou mesmo possuindo numerário, não encontram o material capaz de lhes fornecer aquele contingente de energia essencial à saúde e à atividade do homem.

Individualista “enragé” e irredutível, inconformável neste mundo com qualquer regime antagônico dessa característica de minha formação intelectual e social, nunca propugnei, nem propugno a divisão da riqueza geral como meio de solução dos problemas do mundo.

Nem nunca cultivei aquele utopismo hipócrita e falacioso referido por Kirkland (249) configurado nas promessas de um partido em certa fase

eufórica de sua propaganda nos Estados Unidos, anunciando ter à vista o dia em que a pobreza desaparecerá de toda esta nação”, período êsse conhecido pelo de “prosperidade sem precedentes”. (250).

Não aceito também o risonho otimismo do excelente Paul Leroy Beaulieu ao sustentar esta proposição: “Por um simples progresso intelectual e moral na ordem do consumo e da conservação dos objetos a humanidade se poderá ser muito mais bem abastecida, sem aumento de sacrifícios”. (251).

Publicava essa sentença o ilustrado mestre do Colégio de França em 1881, antes do motor de explosão, do motor Diesel de óleo, do taylorismo, do fayolismo, do fordismo e de todos avanços da ciências e da indústria nêstes últimos 70 anos.

Depois dessas e de infinito número de outras invenções e apesar disso, ou por causa disso, ainda dois têrços da humanidade passam fome!

E Canaan giza todo um programa na síntese de apenas uma subepígrafe de uns de suas grandes obras: “*Por e para uma maior igualdade de bem estar económico*”. (252).

Fuchs (253) com o espírito de objetividade dos de sua raça, ao contrário de seu colega latino Leroy opina e pede, como solução ao tema assim: “Nesta tem aplicação duplo princípio: primeiro a produção em quantidade tal que quanto possível num país dado e segundo uma distribuição de tal natureza que dessa produção nacional que se verifique um consumo tão grande quanto possível, para ampla satisfação das necessidades de todos os membros da economia nacional”.

Para Pontes de Miranda o problema se topa desprezado de todos: “A cada instante se ouve, ou se lê, ser preciso elevar-se o padrão de vida mínimo das populações, principalmente porque, após a revolução industrial, os mercados só se podem dilatar, ou pela exclusão violenta dos outros competidores (guerras ou pressões sem guerra que são no fundo, guerras brancas) ou pela competição livre, que aumenta o poder aquisitivo. Verdade, porém, é que pouco se está fazendo; e êsse pouco que se realiza é quasi sempre, contra ou à revelia dos planos dos governos e dos particulares: pela força dos fatos”.

“De modo que, a par de muito discurso a respeito de melhor estalão consuntivo das massas, pouco se faz intencionalmente, de concreto, assim na ordem interna, como externa, e muito, está claro, a favor da prosperidade maior (maior lucro) dos povos fortes, a expensas dos fracos e das minorias de cada país a expensas das maiorias”.

Observam-se e registram-se fatos atestadores, não só da possibilidade de uma melhoria progressiva no padrão de vida de um maior número, como de uma cooperação universal suscetível de encaminhar a resolução do assunto.

Para mim, os dois têrços atuais da humanidade, devastados de fome, representavam noutros séculos muito mais: 3/4, 5/6, 8/10, etc.

Por outro lado, a mobilização de utilidades e os trabalhos de distribuição universal daquelas, atingindo povos os mais distantes, patenteiam,

mercê da lição imperecível da UNRRA, a exequibilidade de planos sistemáticos de combate à fome, não a título de caridade, porém, como medida de recuperação e eficiencialização do homem.

Volto às linhas introdutórias dêste capítulo para abordar ainda a questão da vida humana, a necessidade de se lhe assegurar a evolução biológica até o seu final.

Pedro Escudero, uma das maiores autoridades em nutrição, nos ensina, num de seus sólidos livros, esta verdade: "Das três etapas da vida, a segunda, que decorre entre os 21 e os 60 anos, é a única que acumula riqueza. Quanto maior fôr a mortalidade dos povos na idade do trabalho, maior será a riqueza que se perde para a economia nacional de cada povo". (254).

Fazendo cálculos sobre Buenos Aires, Escudero conclui afirmando uma perda mensal de 721.807, 160 pesos mensais devido à morte de homens depois dos vinte anos, procedido o cálculo na razão do salário mínimo de 163 pesos mensais. E frisa: Si seus cálculos se estendessem a Rio de Janeiro e Montevideu os prejuízos para seus países subiriam muito, por nessas urbs atingir os percimentos de indivíduos válidos índice muito superior. (cp. cit., pág. 234).

Alargada essa avaliação para qualquer nação ou para os continentes e o mundo, se atinge a dados astronômicos!

Como dispuo a cátedra numa Universidade do Brasil, peço escusas por me referir à nossa pátria, cujos índices demográficos vibrarão como um pedido de S.O.S. para as nossas lamentáveis condições sociais.

O dr. F. Pompeo do Amaral realizou vasto inquérito sobre nutrição do povo. E na obra resultante dessa importante pesquisa, nos patenteia a média da duração da vida humana no Rio de Janeiro, consignando o coeficiente de 23,1 em 1927. Entretanto, em Amsterdam montava a 55,8 anos, em Berlim 55,2, em Londres a 53,6, em Washington a 53, em Viena a 51,1, em Nova York a 49 anos, em Roma a 40,6, em Montevideu a 38,4, em Buenos Aires 35,8. (255).

E nossa Cidade Maravilhosa se depara na rabadilha com o mofino número citado.

Aproveita êsse autor o ensejo e estuda o problema alimentar no mundo, mostrando o papel da nutrição no crescimento, na resistência, na longevidade, na eficiência, etc.

E desfilam por essas páginas os povos flagelados, de padrões ínfimos de vida, comendo pasteis de brisa, na encenação de uma triste, compungente tragédia.

Servem-me as referências à dramaticidade nacional ou mundial não para arrepiar carreira no trato do meu tema. Antes aufero aí estímulos de prossecução, pois já constato a imensidade do assunto, concretizada na apreciação da soma de valores perdidos pela humanidade, já me robustece a convicção da exequibilidade de um programa seguro na peleja contra a fome.

Venceu o homem a insalubridade no espaço e no tempo em casos outrora desanimadores.

Com Jener liquidou ou dominou virtualmente a variola, com Yersin, a bubônica, com Pasteur, a hidrofobia, com Funk, o beri-beri, com Banting e Best, o diabete, com Erlich, a sífilis, com Wells, Morton (E. U.) e Simpson, a dôr.

As sulfas, a penicilina, a estreptomicina, subjugarão perigosas infecções.

Estertoram também a tuberculose, o cancro e a morfêia, tenebrosa trilogia, aniquiladora de copioso material humano, portanto, económico.

Si triunfa o homem, na sua milenária guerra contra a morte, neutralizando-lhe e erradicando-lhe armas das mais temíveis, podemos confiar em sua capacidade para jugular a fome no mundo.

Deve para conseguí-lo disciplinar dois setores importantes da economia política, o da produção e o da distribuição.

Para executar êsse desiderato, já se aparelhou de poderosos elementos.

Dispõe da organização científica da produção.

Consta ela da racionalização do trabalho e da administração.

Pelas lições pragmáticas de Taylor e pelas experiências inteligentes de Fayol, realiza milagres com o mínimo de esforço e máximo de rendimento.

Quanto à distribuição, para levar os artigos do produtor ao consumidor, possui hoje a humanidade os mais variados meios de transporte pelo mar, pelo ar, e por terra.

Apenas um tropeço resta afastar: o da ambição. Muitos economistas, alguns já por mim citados nesta tese, apontam-na como responsável pela destruição de víveres, apesar de a fome assolar dois tércos da humanidade.

Creio firmemente na supressão dessa inimiga do bem estar de nossos semelhantes.

Si se subjugarão muitos agentes da morte, salvando milhares de vidas, — valores inestimáveis no patrimônio universal, — acalento a esperança de comover o capitalismo para aliá-lo à campanha pela maior produção e melhor distribuição, constitutivas da senda real da paz permanente na terra.

Citações do capítulo n. 11

- 242 — Reinaldo Porchat — Curso elementar de direito romano, pág. 360.
- 243 — Rudolf von Ihering — Espirito do direito romano, vol. II, pág. 72.
- 244 — Henri Mathieu — Fisiologia da moeda, pág. 303.
- 245 — Curso Superior de Economia, pág. 292.
- 246 — Economie de paix, pág. 74.
- 247 — O Estado Moderno, pág. 105.
- 248 — Gustavo Stolper — História Económica da Alemanha, pág. 224.
- 249 — História Económica dos Estados Unidos — Edward C. Kirkland, pág. 641.
- 250 — Inflation et estabilization alternées — F. Simiand, pág. 193.
- 251 — Traité de Economie Politique, IV, pág. 204.
- 252 — Teoria económica, pág. 375.
- 253 — C. J. Fuchs — Economia Política, pág. 26.
- 254 — Pedro Escudero — Alimentação, pág. 230.
- 255 — F. Pompeo do Amaral — Política alimentar, pág. 71.

CAPÍTULO N. 12

A LUTA CONTRA A FOME — ENSINAMENTOS DA PREPARAÇÃO PARA A GUERRA — O QUE O HOMEM TEM FEITO DA CIÊNCIA E O QUE DEVE FAZER DELA NOS DOMÍNIOS DA ECONOMIA EM BENEFÍCIO DA HUMANIDADE

Genêricamente falando, cultura é progresso, progresso material e espiritual, tanto dos indivíduos como das coletividades.

Em que consiste esse progresso? Primeiramente no fato de ter sido suavizada a luta pela subsistência, quer no tocante ao indivíduo, quer no tocante à coletividade.

A criação das melhores condições possíveis de subsistência é um imperativo que em si e com relação ao aperfeiçoamento moral de cada um — fim último da cultura — deve preponderar.

Ora, a luta pela subsistência oferece duas faces. O homem tem que lutar, não só dentro da natureza como contra a natureza e não só entre os seus semelhantes como contra os seus semelhantes. Albert Schweitzer — *Decadência e regeneração da cultura*, págs. 46 e 47.

A economia de guerra, mesmo ela precedida de uma economia de preparação para a guerra, corresponde sempre a duplo designio, exatamente oposto ao da economia de crise. Não se trata mais de reduzir a produção, porém de a desenvolver ilimitadamente em vista da necessidade de armamentos. E, longe de estimular o consumo, mister restring-lo ao essencial. Dai toda uma política de mobilização do trabalho, das rendas e dos capitais, do controle dos proventos e dividendos, de racionamento e tabelamento de preços, etc. — André Piettre — *Economie dirigée d'hier et d'aujourd'hui*, pág. 165.

Noutros círculos, as minhas sugestões foram qualificadas como "utópicas", pieguice sentimental "ou então como regresso à idade de ouro. Será acaso utopia prever que a América do Sul, a Ásia e a África, no futuro, entrarão numa fase de desenvolvimento agrícola e industrial comparável ao que foi experimentado no passado pela Europa e pelos Estados Unidos; será pieguice sentimental sustentar a esperança de que esses milhões de seres na Europa e na Ásia estão combatendo pela causa da liberdade humana, da nossa liberdade? Será almejar o regresso à idade de ouro mostrar a esses seres a possibilidade de atingir a benção dum padrão de vida mais elevado, quando a guerra estiver ganha e lhes forem dados meios de produzir mais? — Henry Wallace — "O Século do Homem do Povo" — pág. 76.

Quer-se toda a livre pesquisa científica e técnica nos laboratórios; mas a censura, o microfone inquisidor, o espião delatante, à porta dos laboratórios ou dentro deles, a prisão, o massacre, o acidente planejador não liberdade e igualdade. — Pontes de Miranda — "Democracia, Liberdade e Igualdade" — pág. 582.

NA sua obra sobre a nossa ciência, os professores Frederic Garver, da Universidade de Minnesota e Alvim Hansen, de Harvard, E. U., (256)

resumem a opinião de John Hobson, economista inglês, sobre a depressão e consignam estas linhas: "Como os ricos não podem ou não querem gastar em proporção adequada suas rendas em bens de consumo, as inversões em equipamentos devem apresentar como resultado, necessariamente, a produção de bens destinados às massas. Porém, a maior parte da população, com suas rendas limitadas, não pode comprar todos esses bens. Assim, a produção supera o consumo. O resultado inevitável é um mercado congestionado, que conduz a uma baixa de preços, benefícios diminuídos e menores rendas para cada rico".

Observa-se, nessa informação, duplo fenômeno econômico: Superprodução e subconsumo. Nesta mesma tese, lembrei, em sua introdução, a circunstância de Durkheim (Regras do Método Sociológico, pág. 184) considerar o fato social como coisa, pois coisa para ele significam todos os alvos de nossas observações. E a economia se caracteriza pelo seu caráter de ciência de observação. Ora, nas palavras de Garver e Hansen se denuncia um fato econômico, portanto, uma coisa comum em todas as nações, pois o autor invocado por aqueles tratadistas não falava de um país apenas, porém, da coletividade humana.

Essa coisa apontada se refere a um mal, explicativo da miséria universal: "A maior parte da população, com suas rendas limitadas, não pode comprar bens de consumo". Pois se cogita, precisamente, de bens de consumo, de utilidades, de artigos de uso costumeiro.

Estadeia essa referência uma situação notória até nos Estados Unidos, — a nação mais opulenta do mundo, como provei com a transcrição de um texto do grande economista, professor Harold Moulton, citado por Pontes de Miranda, — de incapacidade aquisitiva das massas e da inexistência de viveres capazes de satisfazerem a todas as necessidades coletivas.

E se nos depara, de novo, a questão da fome, desafiando-nos como um dos mais graves, não o mais terrível problema do mundo contemporâneo.

Assim como a febre amarela, outrora, o impaludismo, a morfêia, a tuberculose, o cancro, os vícios sociais, etc., provocam as forças boas do mundo, convidando-as a cometimentos por debelá-los, aquele temível flagelo implica uma solicitação permanente, insistente, imperiosa para derrotá-lo, atacá-lo e extingui-lo.

E ao aludir a esses apelos, envolvidos nos soluços e nas manifestações fisiológicas de dois terços da população da terra (1 bilhão e 300 milhões), não penso, de maneira alguma, em caridade, tema alheio à economia política.

Abordo, em verdade, problemas dessa matéria, pois a carência alimentar de tão vultosa massa de seres humanos lhe afeta profundamente todos os capítulos.

Realmente, o consumo significa o fecho capital da cadeia das atividades econômicas da produção à repartição.

Vasto consumo pode traduzir o bem estar de grande e, até da maior parte da coletividade e uma situação eufórica do capitalismo.

Consumo copioso reverte em lucros polpudos.

Ao revés, si diminui, dum lado os plutocratas esperneiam, por não ganharem tanto e doutro, os pobres apertam a cinta, acutilados pelos tentáculos da fome.

Para Benham (257) o objeto final da produção é satisfazer a necessidade e o desejo dos consumidores e lhes obter artigos para o uso.

Lendo frases como essa, tôdos com ela concordam.

Hayeck (258) nos fala de uma soberania do consumidor a reclamar uma deposição. E o mesmo Benham (259), com o senso de humor dos ingleses, assevera existir um rei no regime capitalista: Sua Magestade, O Consumidor.

Só por ironia se elevará o infortunado consumidor a um reinado.

Não se estranhe si, como na fita e na canção carnavalesca, indagar êle: *Que rei eu sou?*

Rei da fila, rei da carestia, rei da miséria, rei do regime do câmbio negro. Laski comenta: “Uma economia de larguezas anunciou que seu sistema significava a soberania do consumidor sem indagar até que ponto seu sistema de distribuição era benéfico para a sociedade. (260). Boulding dá êstes nomes a dois de seus parágrafos: A ilusão da pobreza, que é merecida, e a ilusão da pobreza necessária. (261).

Não cogito da ilusão da pobreza. Minha tese não aborda o assunto do pauperismo. Nem pretende lhe indicar remédio. Êste constitui problema social mais complicado. Aponto fato concreto: Dois têrços da humanidade sofrem fome. E o suportam por escassez de mercadorias e defeitos de distribuição. Fome nem sempre significa pauperismo: A Espanha mercantilista lhe sentiu os malefícios e martírios da influência, apesar de suas arcas abarrotadas de ouro.

Ao meu vêr, André Piettre (262) acerta em suas oportunas e sensatas considerações sôbre o tema: “Diz êle que os socialistas atribuíam as crises económicas não à superprodução, porém, ao subconsumo, imputável ao nível muito fraco de salários. Os liberais — acrescenta Piettre, — opunham um argumento à tese: O subconsumo, nesta hipótese, é permanente como a estrutura do capitalismo. Ora, as crises são permanentes”.

Não existe, porém, apenas um subconsumo operário. Padecem-lhes as consequências as classes médias também. E existe, ou melhor, reina fome, — proveniente de um mínimo de nutrição. E esta nutrição se torna impossível devido à infraprodução.

O pior nisso tudo, reside no irrisório registro de, como escreve Novickow (263), um grande número de pessoas acharem a miséria tão natural quanto as inundações, tremores de terra, ou sêca. Pensam ser tão utópica a sua supressão como querer que rios de leite rolem por seus leitos ou árvores produzam pães assados. Há mesmo indivíduos que negam a miséria”.

Êsse autor acusa a origem daquele problema: A insuficiência da produção de alimentos.

O nosso tão familiar Boulding, de Iowa, se inquieta com o drama da

fome. E propugna-lhe solução. Acredita-a possível. E sua diretriz se sobressai pelo traço inteligente de diferenciá-la da caridade.

Leiamo-lo, num de seus excelentes e límpidos trechos: “Em primeiro lugar êle critica o atraso da produtividade técnica em 3/4 partes do mundo. Enquanto não se melhorar essa situação, não se contará com verdadeira unidade económica na terra. A amplitude da tarefa não deve espantar ninguém. Ao contrário, serve de estímulo para a ação. É difícil. Demandará dois séculos. Porém, não é impossível”. “Balanceia as condições de países dos diversos continentes. Salienta a miserabilidade da China, Índia, etc. Urge seus povos aperfeiçoarem as suas técnicas agrícolas e depois podem essas gentes ser aplicadas a produzir vestuários, casas, autos e outras coisas úteis à vida. É o problema básico. Sua solução não topa nem um obstáculo que o tempo não vença”. (264).

Novickow arrosta a questão também praticamente: “Porém, o problema da miséria (sempre prefiro dizer *fome*) não se acha elucidado de forma nítida e demonstrativa. (265). Para que o fosse, urgiria calcular quanto é preciso de trigo, arroz, carne, algodão, etc., para todos os habitantes do globo, a seguir quanto já se produz e assim estabelecer um balanço exato dos recursos da humanidade”.

Atualmente, as nações adiantadas dispõem de poderosos elementos para execução dum plano, como o imprescindível na luta contra a fome.

Dentro da esfera da economia política se conta um vocábulo prodigioso, responsável pelos milagres modernos da produção: Organização.

Modernamente, autores de compêndios incluem a Organização como um dos fatores da produção. E figura ela também nos programas das cadeiras de economia política das Faculdades de Direito.

Assim o fez o antigo catedrático da Faculdade de Direito do Paraná, o professor Francisco R. de Azevedo Macedo.

Merece essa classificação o termo. Lembra, pelos seus poderes, o gênio ou a fada da lenda.

Logra rapidez, poupa material, economisa movimento, produz em séries com o barateamento subsequente da mercadoria.

Tudo objetiva os efeitos de uma técnica, quer aplicada ao operário, quer dirigida à gerência.

A ciência do trabalho, já na oficina, já na administração, resolveu os mais complicados problemas, não apenas da elaboração do produto, como de sua própria distribuição.

Sua utilização na guerra lhe corroborou a eficiência.

Na reconversão ao ambiente e ritmo da paz, se lhe adicionou a larga e vantajosa experiência bélica.

Estendida mesmo através da UNRRA e mais recentemente do plano Marshall patenteia toda a sua eficiência no desdobramento de uma distribuição em ampla escala a povos da Europa e do Oriente.

Várias vezes, no decurso deste meu desvalioso opúsculo, descrevi os rutilantes triunfos do homem, afirmados na infinda sucessividade das cria-

ções de seu gênio, contra as asperezas da natureza, contra docnças, e contra distâncias.

Ao verificar os padecimentos da humanidade, pergunto si valeu a pena essa vitória sôbre os elementos diante dos infortúnios da fome endêmica na terra.

Wells, sempre angustiado pela complexidade dessa questão, diz: “Podemos imaginar o professor Soddy dizendo, em nome da ciência física: “Nós, os homens da ciência, abolimos o trabalho aniquilador e nos achamos, entretanto, sob seu jugo. Criamos a abundância e por tôda a parte existe a miséria. Que se intrometeu entre nós?” (266).

Robbins (267) menciona o economista de certo aflito com a distribuição de meios escassos.

Pigou (268) vê essa classe de cientista assim: “A obra do economista possui uma terceira característica: sua disciplina é, em última análise, a vida econômica em toda a sua concreção. É um processo móvel palpitante, que tem lugar entre homens e mulheres reais, em suas fábricas e seus lares. Porém a grande maioria dos economistas são, pela natureza mesma de sua ocupação, pessoas mais ou menos enclaustradas”.

Conclamo-os à vida universal para fugirem dêsses retiros.

E venham armados de sua ciência, à luz meridiana, tocar na objetividade de angustiosos problemas de seus similares. Pois, de suas pesquisas efetuadas sôbre os povos, mister resultar profundas críticas a um regime de tão escandaloso antagonismo entre a afirmação da existência de uma superprodução indicada como responsável por crises universais e a dolorosa realidade de dois terços dos homens gemendo de fome!

Denuncia Pontes de Miranda isto: “Obedece-se ao desejo de se manter a maquinária obsoleta ou obsolescente, ou de se continuar com processos velhos, para se não ter de inverter capital ou não se mudar o “status quo” da freguezia.” (269)

Deixamos, nos períodos anteriores dêste capítulo, evidenciado o como insucesso dos cientistas em face do interesse vital da coletividade, o consumo, coroado até de rei, porém, um rei de mendigos, tal o do Pateo dos Milagres de “Notre Dame de Paris”. Um rei bufo, um rei impotente, esfomeado à vista de fogueiras e locomóveis queimando café, milho e trigo, peões trucidando carneiros, carroceiros entornando em rios toneladas de leite...

Como consertarmos os êrros dessa economia truculenta e paradoxal, rude e antinômica?

Já citei a miraculosa voz apta à tarefa de liquidar ou, pelo menos diminuir, os efeitos da fome no mundo: Organização.

Entretanto, ao ver a falência ou indiferença do capital em face do problema esclarecedor da fome universal, debruço-me angustiado sôbre a vida, perscrutando-a para desvendar o mistério das causas daquêle alheamento.

Bessiére (270) comenta, em interessantíssimo opúsculo vertido ao nosso idioma pelo professor Aldo de Azevedo, êste fato: “Em 1898, vasto inquérito, na Repartição do Trabalho de Washington, comparou a produtividade

do trabalho sem máquinas à do trabalho com máquinas”.

“O investigador encontrou, notadamente, que a fabricação de dez arados exigia ao todo 37 horas e meia quando feita a máquina, em vez de 1.180 horas, sem máquinas”.

“De acôrdo com êsse cálculo, o emprêgo de máquinas teria reduzido, pois, o trabalho humano na relação de 31 para 1.”

De tudo o que acabamos de ver — prossegue Bessière adiante — e mesmo tendo em conta a persistência de certas rotinas, não é temerário admitir que a produtividade específica e agrícola foi, graças unicamente ao trabalho dos intelectuais e da técnica multiplicada por quatro no decurso de um século.”

“Interveio, acentuou o autor, para êsse sucesso, a inteligência do homem.”

Narra Knut Hamsun num de seus livros (“Germinação”), a vida rude de lavradores nas regiões setentrionais da Escandinávia.

Desenvolvia-se ali o trabalho agrário em solo áspero por primitivos processos com enxada, arado, pás. Certa feita apareceu na herdade um “cometa”. E êste, à força de eloquência, publicística e demonstrações práticas, vendeu um trator ao fazendeiro. Deixou-lhe folhetos, ensinando o funcionamento da máquina.

Aproximava-se celeremente a época da lavra. Todos desejavam aplicação do aparelho nas lides da gleba. Porém, o chefe do clan reservara para si o direito de manejar o veículo. E, apesar de solitudinário por filhos, agregados, esposa, noras e genros, nunca se resolvia.

Passou o tempo da atividade. E nada se realizou.

Por que? Analfabeto, não pudera reler as instruções. Seu orgulho o impediu de o confessar e sua vaidade de chefe não toleraria a interferência de outrem numa tarefa a si próprio avocada!

No episódio de Bessière, a inteligência multiplicou a produção de máquinas na proporção de 4 para 1. No de Hamsun, a ignorância do agricultor obstaculizou a eficácia de um instrumento mecanizado.

Diviso, no caso em lide, do contraste entre a capacidade de produtividade do maquinário capitalista funcionando na razão de 40% ou destruindo seus produtos e a miséria endêmica dos povos, causa semelhante às das lições apontadas.

Lá se denominavam inteligência ao ampliar de um para quatro a fecundidade dos meios de trabalho e atrazo ao tolher a aplicação do trator.

Aqui, no lancinante exemplo da fome no meio abundância (pois se queimavam mercadorias enquanto milhões não possuíam recursos de nutrição), atuam a ambição e o egoísmo, cada vez mais sedentos de lucros!

Carece, portanto, a organização de um espírito susceptível de empreender, obcecado pelo desígnio de uma solução razoável para a escassez de utilidades no mundo de modo a se obter a diminuição da fome.

Ao recordar o gigantesco mecanismo da economia de guerra, sinto-se-me robustecer a opinião da exequibilidade dêsse projeto.

Não encontram precedentes, na história social, política e econômica

da humanidade, os cometimentos da preparação para as últimas conflagrações, notadamente para a de 1939.

Superam suas realizações arrojadíssimas os mais audaciosos vãos da previsão e da imaginação.

Ninguém me presumirá tão ingênuo ou inciente ao ponto de me atribuir o desconhecimento da medida da importância dos aprestos para uma empreitada guerreira de envergadura.

Acariciava Cesar a idéia de conquistar o Oriente. E para isso, canalizou colossais riquezas para o tesouro de Roma, já abarrotado delas à época de seu assassinio pelo grupo traçoeiro de Brutus.

Incuteu, cavilosamente, Tayllerand, no cérebro de Napoleão, o germe de duas campanhas, premeditadas para liquidá-lo. Anos seguidos com elas se preocupou o Corso. E nelas encontrou suas fragorosas derrotas: a da Espanha e a da Rússia. Errou. Porém, sua preparação para ambas se tornou clássica.

Nunca empreendia o nosso Caxias uma ação, sem aquêle esforço prévio. Cada vitória desse Marechal invicto traduzia o silogismo dos preparativos. Assim no Maranhão, assim nos pampas gauchos, assim no Chaco do Paraguai. Sua marcha de flanco através os iapós do rio Paraguai e as arrancadas irresistíveis da Dezembroada lhe representaram o fruto da organização estratégica e tática.

“Caxias prepara com cuidado, mesmo com lentidão, para depois ganhar depressa” — escreve um seu biógrafo (Afonso de Carvalho, pág. 221).

Aplica, em suma, o General invencível, “o máximo de preparação para vencer no mínimo de tempo possível.” (Op. cit. de Afonso Carvalho).

Chama-se, em verdade, a isso, organização. Porém, Cesar, Napoleão, Caxias, põem em jogo sua aptidão de gênios da guerra. E sabem da importância dos recursos materiais para o êxito de uma campanha, e cuidam de os obter como as circunstâncias e a época o permitem.

Não dispunham êles de uma economia de guerra nem da mobilização dos povos para uma guerra total.

Embora já dantes se falasse nisso, só depois da guerra de 1914 atinaram os governos e estados-maiores das forças armadas com os termos do problema em toda a sua complexidade e com a imprescindibilidade de os resolver.

Só então o “si vis pacem para bellum” se deparou com seu sentido próprio, real, terrível.

Ary Maurell Lobo, depois de profundas investigações nos arquivos militares dos Estados Unidos, escrevendo seu monumental “Tratado de Economia Realística”, nos ensina a significação precisa de economia de guerra total através das penosíssimas experiências das duas conflagrações.

“Até então — conta-nos êle (006-107, numeração dêle, 110 pela minha) — o Estado-Maior do “War Department” (Departamento de Guerra dos Estados Unidos, Ministério da Guerra segundo a terminologia brasileira), resumiria o problema da guerra na mobilização militar, tanto vale dizer: No recrutamento para as fileiras dos cidadãos em idade varonil.”

“Preparavam-se as nações até 1914-1918 apoiadas simplesmente em planos militares. Os estrategistas buscavam a inspiração em guerras passadas, e, empós demorados raciocínios, concertavam medidas para as campanhas prováveis. Mas essas medidas jogavam só e só com as fôrças armadas, dispondo-as dêsse ou daquêle geito, fazendo-as resistir aqui e atacar acolá, enfim acertando os pormenores das operações de larga envergadura que deviam deixar o inimigo em ótimas condições... para receber o golpe final.”

“A guerra moderna não se contenta com os planos militares.”

“Exige também os planos de mobilização económica e utilização dos recursos nacionais. Isso porque reconhece que ter uns e não ter outros — é não ter coisa alguma.”

“Não há duvidar de um axioma: o poderio económico vale, em caso de guerra, depois de convertido em poderio militar. Mas essa transformação cumpre planejá-la com antecedência e executá-la coordenadamente.”

“A guerra total dessa arte definida é uma disputa de organização contra organização.” (271)

Completando o “croquis” do quadro da mobilização geral para a luta, Maurell Lobo escreve:

“Opinião pública, fôrças armadas e economia hão de marchar de mãos dadas em prol da segurança nacional.”

“Êsses recursos não são apenas os serviços organizados das fôrças armadas, o seu pessoal, as suas fábricas e arsenais, os seus equipamentos e aparatos. Mas também as fazendas, as minas, as florestas, as instalações industriais em geral; os sistemas de transporte, fôrça motriz e comunicações; o dinheiro e o crédito; o comércio interno assim como exterior; a capacidade administrativa, científica e técnica, e a habilidade manual, mecânica e profissional do povo; quaisquer atributos dos concidadãos: engenhosidade, frugalidade, lealdade, patriotismo, e quantos outros sirvam para aumentar a resistência nacional a favor de um esforço militar prolongado.” (Op. cit.)

Desde a terminação da primeira guerra, os Estados Unidos se dedicaram à sua preparação económico-militar prevendo futuros dissídios internacionais cruentos. E, “mutatis, mutandi”, se pode dizer isso da Alemanha. Mesmo na fase caótica de sua derrota, ao recomeçar a sua respiração, já o Estado-Maior de sua militarria — embora com seu exército dissolvido — se lhe lançou à tarefa de reorganização.

Ambas essas potências executaram, cada uma com sua psicologia e suas possibilidades, uma economia de guerra, parte aplicada rigorosamente da velha ciência de Adam Smith.

Surpreendem, sinão assombram pelas suas proporções, os cometimentos dos departamentos respectivos dos Estados Unidos e da Alemanha de 1918 a 1939 e a 1945.

Recorreram às possibilidades da tecnologia e da organização e montaram uma máquina económico-militar perfeita.

Não comporta minha tese uma reportagem completa sobre as realizações desses dois grandes países.

Existem, porém, numerosíssimas obras repletas de preciosísimos informes sobre o assunto, inclusive a excelente de Maurell Lobo, com vários e copiosos capítulos sobre a economia de guerra nos Estados Unidos, Alemanha, Grã Bretanha, Rússia, etc.

Assumiu, nos Estados Unidos, o trabalho de preparação e, de 1939 em diante, de mobilização total, feição sem precedentes na história dos povos.

Convocada a nação, apresentou esta seus recursos agrícolas, industriais, financeiros e sociais numa demonstração formidável de possibilidades.

Porém, o mais importante, nesse balanço e aproveitamento de forças, reside no seu emprêgo. E este aspecto explica a extensão destes meus comentários em torno do esforço bélico da poderosa terra de Lincoln e Roosevelt.

E estenderam, os Estados Unidos, a todos os continentes, a torrente ininterrupta de seu poderio militar e de seu auxílio aos mais diversos povos, desde a Rússia e China, ao Brasil e Austrália, desde a União Sul Africana à resistência dos “maquis” gauleses.

Construíram rodovias, criaram rotas aeroviárias com seus imensos campos aviatórios, coalharam os Sete Mares de suas belonaves e os devassaram com seus submarinos.

Armaram, abasteceram, defenderam seus aliados contra os inimigos, contra a fome, contra a peste.

Pois a UNRRA serviu, na amplitude de seus largos e belos objetivos estatísticos e de amparo às populações famintas, como experimentação da maior obra jamais intentada na evolução da humanidade de assistência econômica às vítimas da guerra e cooperadores da peleja contra os sinistros adversários da liberdade.

E como fêcho a êsses empreendimentos, a preparação para a guerra, a mobilização para a guerra total e o socorro a povos flagelados, — se nos depara a execução do Plano Marshall, principalmente si em sua subsequência nunca leva no bojo desígnios políticos.

Apresentam-se, pois, ante o espírito, duas perguntas que se nos devem responder de modo afirmativo — escreve, com consciência e verdade, Robert R. Nathan (272):

“A primeira é esta: Posto que somos capazes de mobilizar tão rápida e eficazmente nossos recursos para uma produção bélica tão vasta, não podemos mobilizar com igual eficácia, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista político, nossos recursos econômicos para o consumo em tempo de paz?”

“Si podemos construir, em grandes quantidades, navios de guerra, aviões, canhões, tanques e demais armas de destruição, não é possível consagrar os mesmos recursos, depois da guerra, à construção de casa, automóveis, instalações elétricas, escolas, hospitais e outros bens que tanta falta fazem para elevar o nível de vida de todos? Certamente demonstra-

mos que não carecemos nem de gênio inventor nem de capacidades organizadoras no terreno industrial, e que não nos faltam operários especializados, nem matérias primas, nem nenhum outro recurso para empreender aquela façanha da paz. A resposta pode, portanto, ser afirmativa relativamente à primeira pergunta.”

“Porém, temos o valor, o caráter e a força de visão para podermos levar a cabo, em tempo de paz, a mesma utilização total de recursos que logramos atualmente? Entrincheirar-nos-emos, tementes, atrás do misticismo da terminologia monetária, as altissonantes palavras mistificadoras e lugares comuns desprovidos de sentido e nos resignaremos, depois da guerra, à desocupação e ao caos? Ou desenvolveremos métodos suscetíveis de assegurar uma prosperidade contínua. Mostrar-nos-emos capazes de dar as mesmas provas de iniciativas e ação audaz, elevando nossa condição de vida e proporcionando a cada qual um emprego estavel, que demos produzindo armamentos para ganhar a guerra?”

“Si podemos responder essas perguntas de modo afirmativo e si nos decidirmos a converter em realidade as condições com que sonhamos, então nada impede que miremos o futuro com confiança e otimismo.”

Eu creio na conversibilidade desses recursos utilizados na guerra para pô-los a serviço da humanidade, do mais sério e eficiente esforço em benefício da paz.

Os caminhos constituem os já inúmeras vezes delineados, badalando, como um toque de sino de convocação dos fiéis, o refrão salvador de maior produção e melhor distribuição, para nos garantirem a todos os povos maior igualdade completa liberdade e maior bem estar.

A economia de guerra, cuja missão findou com a vitória, suceda a economia da paz criadora, fecunda e eterna.

“O caminho para a nova economia mundial que assegurará a prosperidade de todos será difícil, duro e perigoso. Porém, os melhores cérebros estarão conosco,” sustenta Wells — (273).

Para consecução desses fins, indica dois remédios: Governo mundial e planejamento científico para a maior parte dos males humanos.

O espantoso resultado da preparação para a guerra pelo funcionamento de uma economia bélica, ou como lhe chamou Possony (274) “Economia para a guerra total” e a mobilização integral para o esforço do triunfo corroboraram e confirmaram as esperanças de quantos nelas confiaram. E nos incutem a certeza da realizabilidade de sua transformação em instrumento da paz a serviço do bem estar da humanidade.

Citações do Capítulo n. 12

- 256 — Frederic B. Gaver e Alvin Harven Hansen, *Princípios de Economia* pg. 377.
257 — *Curso Superior de Economia* pg. 96.
258 — *A economia dirigida em regime coletivista* pg. 216.
259 — *Op. cit.* pg. 146.

- 260 — Harold Lascki — Reflexões sobre a revolução do nosso tempo pg. 21.
261 — Economie de Paix pg. 216.
262 — A política do poder aquisitivo pg. 21.
263 — J. Novicow — pg. 143 e 145; 150, 134.
264 — Economie de Paix pg. 104.
265 — Hoje já dois tem estatísticas. Desde a Sociedade das Nações, a UNRRA a ONU as realizaram, coligando dados positivos. O professor Josué de Castro refere-se-lhes ao rigor científico.
266 — O Trabalho, a Riqueza e a Felicidade da Humanidade pg. 401.
267 — Lionel Robbins — Natureza e significação da ciência econômica pg. 38.
268 — A. C. Pigou — Teoria e realidade econômica — pg. 17.
269 — Democracia, Liberdade, Igualdade pg. 585.
270 — Gustavo Bessière — Cinco Lições de Economia Racional pg. 56.
271 — Tratado de Economia Realística e de Econômica, 1945 — Ary Maurell Lobo pgs. 106-107.
272 — Robert R. Nathan — Caminho da Abundância pg. 39.
273 — H. G. Wells — O trabalho, a riqueza e a felicidade da humanidade. pgs. 405 e 544.
274 — Stefan Th. Possony — L'économie de la guerre totale, 1939.

CAPÍTULO N. 13

FORA DA SOLIDARIEDADE ECONÓMICA — IMPOSSIVEL A SALVAÇÃO DA HUMANIDADE

Que a civilização de todas as nações e a cultura da terra inteira são missão da humanidade, resulta evidente conforme certas leis naturais iminentes em virtude das quais nações civilizadas se veem impelidas por irresistível impulso a transferir suas energias produtivas a países mais atrasados. Quando a terra nacional não basta já para alimentar a população e dar emprego a trabalhadores agrícolas, os excedentes de sua população buscam zonas aptas para o cultivo em regiões distantes; quando talentos e capacidades técnicas se tornam numerosos em uma nação a ponto de não toparem remuneração suficiente, emigram para países onde tais valores se solicitam — Frederico List — *Economia Nacional* pg. 144. Com isto está dito que o “ideal económico provado, o princípio de economicidade, o egoísmo económico não pode ser nunca o princípio predominante em economia política.

C. J. Fuchs — *Economia Política* pg. 27. É que a solidariedade, lei natural, nos mostra que cada um de nossos atos repercute bem ou mal, sobre cada um de nossos semelhantes, e reciprocamente, nossas responsabilidades e nossos riscos se acham acrescidos. Si há miseráveis, devemos auxiliá-los. Charles Gide — *Cours d'Economie Politique* pg. 37. O homem não pode viver insulado — A. Murat — *Initiation à la theorie économique* pg. 93.

O consumo é a finalidade que se propõe todo esforço económico. É a coroação de todo o sistema económico — Mauricio Golbuene — *Economia Nova* pg. 305.

I — INTERDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO UNIVERSAIS

Desde três para quatro anos, vivo em estranha sociedade, uma sociedade de fantasmas, de mortos e duplos de vivos. Passamos juntos, horas, dias, semanas inteiras, em ambiente confinado na minha convulsionada e tumultuária biblioteca. Não me largam, em casa ou na rua. Sinto-os perto de mim, presença invisível, conversando-me. E dialogamos infundamente sobre o meu atual e absorvente tema, CAMINHOS DA PAZ, — MAIOR PRODUÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO.

Achamo-nos, na maior parte das vezes, de acôrdo. Por isso mesmo lhes busquei os ensinamentos nesta minha revisão de conhecimentos económicos. Não raro, porém, vou-lhes ao arrepio do parecer. Para mim, o direito de opinião me vale como o ar, a agua, a luz, o alimento, o espaço. Constitue-me essência da vida. Eis uma parada dessa ilustre companhia: Smith, List, Mill, Malthus, Ricardo, Cournot, Walras, Pareto, Segal, Bohm-Bawerk, Habeler, Dopsch, Kelsen, Cassel, Lapidus, Ostrovitianov, Henry George, Loria, Luzzatti, Leroy Beaulieu, Laveleye, Marshall,

Canasn, Pirou, Weber, Keynes, Manóiesco, Beveridge, Szekely, Lewinsohn, Atlee, Bodin, Meade, Hayeck, Nathan, Jourdain, Iombart, Baudin, Nogaro, Fuchs, Colburne, Birnie, Garver, Kirkland, Murat, Taussig, Bogdanoff, Boulding, Gonnard, Roll, Djacir, Simchs, Almeida Nogueira, Nogueira de Paula, Portocarrero, Kafury, Ferdynand Zweig, Simonsem, etc., etc., de tôdas as nações, raças, culturas, ideologias.

Verifico neles, assustado, uma quasi unanimidade na atribuição da iniciativa e responsabilidade das causas da guerra ao commercio internacional.

A necessidade de mercados, materias primas, lucros promovem o clima para irrupção do conflito. Um dos contendores campá o cordeiro da fabula; o outro, o lobo. E as razões deste se impõem pela eloquência dos canhões, aviões, submarinos, belonaves e bomba atômica.

Apezar de não poder contestar, em muitos casos, a culpabilidade do commercio internacional, — afigura-se-me mais própria alocução do poder económico, — não hesito na confirmação e proclamação solene de minha crença na possibilidade de a humanidade o investir na alta missão de assegurar a paz.

Conciente ou inconcientemente, desempenha, desde as mais remotas épocas, o papel de aproximador dos povos através das trocas, e de uma de suas modalidades, o crédito.

Não se lhe refere Gide sem qualificá-lo de miraculoso, maravilhoso. (275).

A mercadoria trazida outróra do regime para gozo dos europeus, os perfumes, pastas e remedios feitos por estes e exportados para a Índia ou a Pérsia, e o café, o chá, o trigo, a carne, os tecidos distribuidos de continentes a continentes valiam por mensagens objetivas do trabalho de uns a outros povos.

Acima, porém, da mesma materialidade dêsses artigos funciona, desde a idade média, um instrumento ainda mais extraordinário de vinculação dos homens através do espaço, a letra de câmbio.

Trata-se de apenas um pedaço de papel. Desde o instante do endosso, entra em movimento, impellido como por misterioso motor. E circula, operando o prodígio de mobilizar valores, fecundando iniciativas, favorecendo transações.

Nascido da confiança, resultado, portanto, de fatores subjetivos, substituindo a moeda, promove atividades espantosas.

Comerciantes, industriais, banqueiros acreditam nesse retangulozinho insignificante. E por o aceitarem, abrem seus cofres, concedem numerário, facilitam negócios dos mais vultuosos.

E o mais de espantar nêsse objeto reside em sua incrível capacidade de encadear solidariedades económicas derredor de seu corpo, estendendo correntes morais em tôrno da terra por ela envolvida inteiramente através de uma operação bancária !

Macleod e Giorgi, citados por José Maria Witacker (276), escreveram: "captando energias perdidas, circulando riquezas ocultas, supri-

minho a moeda, multiplicando as forças do capital, teem contribuído, realmente, mais que todas as minas do mundo, para enriquecer as nações.”

A letra de câmbio, entretanto, funcionando independentemente, “constituindo um título capaz de realizar imediatamente o valor que êle representa” (227), se baseia apenas numa obrigação expressa. E nela não se evoca o motivo originário, o elemento por ela representado.

Depara-se de liquidez absoluta. Daí a sua exequibilidade funcional, exigente apenas da plena obediência aos preceitos legais de sua missão.

No Código do Processo, a lei incluiu-a na série das ações executivas, agraciadas de um rito especial. (278)

Significa, portanto, por excelência, um símbolo de confiança, uma manifestação real de credibilidade de uns noutros homens.

Sua força supera até à dos mais solenes tratados firmados entre nações, já ridicularizados e anulados como meros farrapos de papel.

Nem o mais poderoso autócrata, rei ou tirano, ousaria desrespeitar sua firma num título cambiário.

Si se quisesse invocar testemunho da existência de uma moral, forte como uma religião, pujante como o pragmatismo, oferecer-se-nos-ia a letra de câmbio, de incalculável força, vigor e vitalidade, sem embargo de sua extrema simplicidade.

Não apresenta desenhos, miniaturas, emblemas, efígies, escudos, armas, braços. Requer apenas uma epígrafe tosca - Letra de câmbio - e a materialização das assinaturas dos sacadores e sacados, vencimento, datas do saque e do aceite. Eis tudo.

Gostaria de possuir o divino dom da criação literária para encher algumas laudas de um elogio aos seus predicados, à sua função, quasi escrevi missão.

Ao esfregarmos os olhares conturbados da atacada e defendida idade média e ao abrímo-los, só enxergamos, no dealbar da renascença, para nos deslumbrarmos e louvarmos, a imprensa, a bússola, o papel, a pólvora.

Envolvemos todas essas conquistas da ciência nas mesmas efusões de nossas incontida e desbordante admiração.

Esquecemo-nos, entanto, de uma criação, grande, bela, fecunda e, sobretudo, pacífica.

Pelos seus efeitos sobre o envolver da civilização, pela sua influência para o estabelecimento da compreensividade e comunhão dos homens, pela sua penetrabilidade no seio da humanidade, pela sua capacidade de fomentar o conforto e o bem-estar da coletividade universal, ombreia em importância e alcance com os componentes da trilogia inicial daquela relação, imprensa, bússola e papel. Coevo seu surto ao da tipografia, precedeu à pólvora aplicada à artilharia (século XII), à bússola (século XV).

Cogita-se da letra de câmbio. Trazendo-a à colação, não a encaro como arma do capitalismo, porém, como cooperadora do comércio, facilitando-lhe a atividade mediadora entre a produção e o consumo. Aquêles se tornou beneficiário desse instrumento extraordinário, uma das maiores invenções do gênio humano.

Frisemos ainda, em evidenciação de força suficiente para atrair a atenção de pensadores, sociólogos e economistas: Representa ela uma das raríssimas instituições sancionadas e religiosamente respeitadas e prestigiadas pelo consenso universal.

Contém sua lei os mesmos dispositivos, em tôdas as nações, povos e línguas.

Lembre-mo-nos disto: Nem os direitos mais sagrados, vitais e importantes da humanidade, como os da família, propriedade, sucessão, gozam dessa universalidade no texto e no alcance.

Essa e outras organizações estabelecidas pelo comércio em suas relações universais, patenteiam a probabilidade de aproximações de caráter moral, ou mais, especificamente, pacíficas entre os povos.

Creio nisso. Creio nisso, por saber da verdade da lei da evolução, assim no campo material, como no espiritual. Tudo evolve, tudo ascende para Deus através de sofrimentos eternos ou vidas sucessivas, consoante a doutrina filosófica de cada um de nós, e tão bem descrito êsse progresso, nêste magistral soneto do grande poeta paranaense Scharffenberg de Quadros:

“ASCENÇÃO”

Cáos; flutuando no cáos, impalpável fuligem,
Ashaverus da dôr, triste um átomo assoma,
tendo assim, como além: Tebas, Nínive, Roma...
num passado obscuro enigmática origem:

toma-o a eterna atração — primo amor; já na coma
de um gazoso corcel leva-o rubra vertigem
já encarcera-o a coesão na potente caligem
de sua força viril que as demais forças doma;

vem, ascende através das idades da terra;
pedra, planta, protista, e, vencendo atra guerra,
verme, concha, réptil, tigre, Alalus acerbo;

Coração — fez-se — Amor; no olhar luz adveio;
Crâneo — é Espírito, é som, e, da Virgem no seio,
canta com Jesús Cristo a alvorada do verbo!

(Poesias, pág. 52)

Uma vez, os discípulos perguntaram a Jesús qual o grande mandamento da lei?

Respondeu Ele: Existem dois. O 1.º consiste em amar o Senhor teu Deus. O segundo “em amar o próximo como a ti mesmo”. (279).

Ainda no tempo do Mestre, os homens não se amavam uns aos outros.

Nasceu, pode-se dizer, com Cristo o amor aos homens ou melhor, o amor da humanidade.

Até êle, reinava o ódio ou, pelo menos, indiferença.

Papini, em páginas imortais, estuda como cresceu o amor e como se manifestava êle entre os nossos semelhantes. (280).

“A idéia de Jesús é única — escreve aquêle ensaista. Transformar os homens de animais em santos por meio do amor”.

Não traslado para aqui os versículos do Evangelho nem as palavras de Papini para provar a mutação dos homens de demônios em anjos.

Desejo apenas consignar a evolução notada. Pois, apesar dos antagonismos de raça, casta, religião, economia e de guerras diminuiu o ódio na humanidade.

Desde muito, operam instituições a serviço dela.

E capitais e energias agem no mesmo sentido como veremos.

Além de Jesús, lição vívida de amor ao próximo, podemos, com Wells, dizer que a própria natureza “é grande amiga da cooperação”. (281).

Já, noutros passos desta obrinha, mostrei o progresso das relações entre os homens sob o influxo de objetivos e instituições pacíficas.

Sombart (Apogeu do capitalismo, I, 42, 43) consigna reparos importantíssimos sobre a renovação da mentalidade do homem moderno e da probabilidade de transformações profundas em seu comércio.

“Nos homens novos — diz êle — realiza-se uma nova orientação na concepção do mundo, que os torna apropriados para prestar os mais altos serviços nos quadros da economia capitalista. A vida corrente se acha marcada por uma atitude espiritual completamente nova”.

Sombart alcançou o colapso nessa evolução de idéias. E quiçá, êle observasse, nas entrelinhas de seu pensamento, uma como previsão dos sucessos finais de sua vida. Isso não obstante, “et pour cause”, escreveu estas belas palavras: “Nos centros onde a direção da vida não se forma mais sobre bases puramente naturais, institutivas — ainda me inclino a admitir que esta é hoje a regra — onde, portanto, a ação não se acha dirigida por impulsos de aquisição, de poder, de atividade, sinão por uma regulação normativa, superindividual, são as seguintes as idéias que influem sobre atos do empresário capitalista: “A crença no progresso, na missão humanitária da expansão econômica, que quiçá se eleva até à idéia de prestar serviço ao bem comum”.

Noutro passo, Sombart expressa um conceito surpreendente: “A atividade do homem econômico moderno — contrariamente à interpretação kantiana, — não se encontra orientada apenas pela consciência do dever, porém, também, — por absurdo que o pareça, — pelo amor. Sem dúvida uma estranha variedade do amor, — o amor a seu negócio”. A capacidade de sentir êsse, mesmo por assim dizer feiticisticamente, me cimenta a opinião sobre o avanço da humanidade. Êsse amor, não tardará muito, tomará por mira o bem estar da humanidade. E significará uma forma prática de amor aos homens, como ensinava o Nazareno.

Emile de Naveleye (282) diz estas coisas sensatas: “A economia política deu ao direito internacional base nova”. “Durante toda a antiguidade, e até os economistas do século XVIII, acreditava-se que os intê-

resses dos povos eram opostos e que, como disse Montaigne, “o lucro de um é o prejuízo de outro”. “Os economistas provaram, ao contrário, que, da mesma maneira que um negociante tem interesse em contar perto com freguezia bastante rica para pagar muito bem seus artigos, da mesma forma, é do interesse dum povo, ser cercado de outros povos prósperos, em condições de lhe comprar, a bom preço, tudo o que deseje vender e de lhe passar, em abundância, tudo que deseje adquirir”.

Emerge-nos, dessas límpidas palavras, a noção de um intercâmbio, não suscitado por idealismos fraternais. Aborda-se aí o aspecto realístico do simples interesse imediato de cada uma das partes.

Dá-nos Kleinwacher (283) a contraprova dessa observação acerca das inconveniências de barreiras na circulação, aliás uma das manifestações mais agressivas de animosidade entre as gentes: “Quando a Dinamarca, apoiada em direito internacional, cobrava uma taxa dos navios que navegavam pelo estreito de Sund, essa taxa beneficiava seu tesouro, porém prejudicava outros povos por lhes onerar a navegação”.

Apezar dêsses e outros escolhos opostos pela sedimentação de hostilidades milenárias entre os homens, êstes se estenderam as mãos através das distâncias.

Dizia Bossuet: “Os homens se agitam e Deus os guia”. (284).

Comte, consoante sua conhecidíssima oração, pregaria: “Os homens se agitam e a humanidade os conduz”.

E Marx, esteiado em seu materialismo histórico, explicaria: “Os homens se agitam e a economia os impele”.

Nem apenas a filosofia ou a vontade humana ocasionam e provocam os acontecimentos. Nem, também, somente a economia os esclarece e ilumina.

No caso vertente, o ódio entre os povos, a psicologia e os costumes dêstes os tornavam em “homini hominis lupus”.

Por sua vez, não pode apenas a economia atenuar primeiro, reduzir depois, por fim neutralizar, êsse rancor humano.

Ambas aquelas forças atuaram para o cumprimento da lei de Jesús: Amai-vos uns aos outros como a vós mesmos.

Desenha-nos Gaetan Pirou (285), num bosquejo de largos traços, como se operou lentamente êsse processo: “Não é mesmo certo — diz êsse brilhante mestre da Sorbone — que o quadro natural dos fenómenos económicos se tornou, em nossos dias, internacional. Na antiguidade, o panorama da vida económica era o grupo familiar. A idade média conheceu um meio mais amplo de que o domicílio era o centro e englobava a campanha derredor. No tempo do mercantilismo, a unidade era a nação. Hoje a vida económica ultrapassa, manifestamente, os limites nacionais. Para disso nos convencer, basta indagarmos de que países vêm, em tempos normais, os diversos alimentos que consumimos, os vestidos que nos cobrem, os objetos que nos guarnecem as residências.

“Uma grande parte deles nos chega de fora de nossa pátria, e isso ocorrerá em maior escala, si elementos de carácter extra-económico não

procurarem controlar e obstar a ação da rapidez e da facilidade crescente dos meios de transporte, consequências essas dos progressos da técnica”.

Compreende-se, mesmo, a irresistibilidade dos povos à atração dos interesses consideráveis provocados pelo incremento do intercâmbio universal.

Além do fascínio do maior conforto das pessoas, proporcionam-se lucros vultosos a quantidade crescente de indivíduos.

Ganha o capitalismo, ganha o comércio, ganha a própria massa popular.

“As trocas — acentua Jean Weiller (286) — nas quais se exprime toda a vida internacional, põem em jogo todos os grandes problemas, traduzem toda a complexidade da vida contemporânea, com suas múltiplas dificuldades de ajustamento monetário e financeiro, com seus ciclos econômicos, suas crises, e suas longas depressões, com suas mudanças de estrutura, suas técnicas de intervenção brandas ou brutais”.

Entretanto, muitas personalidades dos meios econômicos, sociais e políticos descrevem da cordialidade entre os povos. E não acreditam no estabelecimento duma verdadeira paz econômica.

Devem abalar essas convicções estes períodos vibrantes de um sociólogo e economista do século XIX, exarados numa tese premiada pelo Instituto de França, — professor Alfred Jourdain, — na época, diretor da Faculdade de Direito de Aix, e professor de economia nessa mesma academia:

“A mais estranha censura dirigida à nossa ordem econômica consiste nestes termos: Não existe solidariedade! Graças à extrema divisão do trabalho e de recursos, muitos grandes industriais concorrem para fabricação dum mesmo objeto de consumo, de sorte que, o que é produzido por uma, é matéria prima fornecida por outra. Assim, a lã, antes de se tornar em vestuário, deve ser lavada, penteada, fiada, tingida, tecida, operações essas que formam indústrias diferentes, as quais se alimentam reciprocamente, cuja solidariedade é evidente e se manifesta notadamente no crédito que elas se dão: É o crédito industrial. Paralelamente, a extensão do mercado não permite ao fabricante a iniciativa e responsabilidade do escoamento de seus produtos”.

Recorre à indústria comercial, aos atacadistas consignatários, varejistas, aos quais abre crédito e eles entre si também se concedem facilidades necessárias à circulação. É o crédito comercial propriamente dito. E que dizer das indústrias de transporte, auxiliares indispensáveis de todas as indústrias, e das inumeráveis companhias de seguros, que, percebendo um prêmio relativamente insignificante, tomando a seu cargo todos os gêneros de riscos, aos quais se pode repor nosso patrimônio e garantem o próprio homem contra a morte?” (287).

Note-se: Jourdain não assistira ainda ao apogeu do desenvolvimento da ciência da organização do trabalho e da administração. Ao aparecimento de sua formosa obra (1882), Taylor, nos Estados Unidos, e Fayol,

na Bélgica, enveredavam pelos seus roteiros, rumo dos objetivos destinados a imortalizá-los.

Ford se achava em plena mocidade. E só trinta anos depois tiraria, da fabricação em série e da coordenação industrial, todos os seus brilhantíssimos efeitos. Relatam duas obras dêsse empreendedor suas experiências de enorme importância para a coletividade. (288).

Integrando fábricas de vidros, borracha, tecidos, bem como de peças especiais, à sua organização, logrou êste surpreendente sucesso, contado em seu volume "Hoje e amanhã": "O minério sai da mina sábado e é entregue, sob forma de um carro, ao consumidor, na terça-feira, à tarde".

Aspecto digno de referência em sua orientação de trabalho, se topava em seu desígnio de fabricar um produto bom, porém, barato, para atingir o maior número.

"Ford — comenta Cesar Castanhede (289) — empresta relevância ao consumidor. Diz êle que toda produção tem por finalidade oferecer alguma coisa ao consumo, e consumidor é todo o mundo. Tanto é consumidor o proprietário, como os empregadores e quaisquer outras pessoas que nada têm que ver com aquela indústria".

Encarem como entenderem o sistema de Ford, não podem os críticos deixar de parte o largo e profundo sentido social de sua realização industrial.

E ressalta, além disso, em sua concepção e execução, um tremendo e vitorioso esforço de cooperação, atuando em meios distantes para a finalidade comum da materialização de um veículo, o seu célebre e populárrimo automóvel.

Confirmam êsses propósitos de solidariedade industrial as fábricas instaladas noutros países e mesmo tentativas de produção de borracha por plantações artificiais denotam planos de coordenação, superando fronteiras.

Morini Comby (290) realça o fenómeno da interdependência dos povos nestes passos incisivos: "A interdependência das nações, tornada rápida, extensa, urgente ao ponto de impor limites e diretrizes à sua soberania, representa o grande fato económico do século XX. É incontestavelmente em função dela, relativamente a seu aspecto económico, que é mister julgar a doutrina económica, destacar-lhe a significação, situando-a na história".

Vem, apesar de ódios ancestrais, a humanidade melhorando. E sente ela isso com intensidade. Manifesta-o mesmo a contragosto através de atos seus de indiscutível sentido: A Inglaterra, inimiga do comunismo, apesar de seu socialismo, subscreve acórdos com Moscou para transação de largo vulto, na base de compensação: Permuta de trigo e outros víveres por máquinas !

Ilustra o fato cometimento mais radical: A Argentina, conhecida direito, não se dedigna de comerciar, alicerçada em acórdos, com uma adversária do porte e colorido da Rússia. Com esta mesma e mediante aprovação dos truculentos Republicanos, Tio Sam continúa fazendo óti-

mos negócios! E com *placet* do Departamento de Estado, chefiado pelo general George Marshall!

Quais as conclusões dessas ocorrências?

A realidade da interdependência das nações, coagidas a mercadejarem por sobre rivalidades, competições e antagonismos ideológicos irreduzíveis!

Isso se constata, porque “os homens, por sua mesma natureza — como observa Mariano Alcocer (291) — são compelidos a viver em sociedade e pertencem a grupos sociais mais ou menos organizados. Não integram tais grupos por mera justaposição, sem relação entre si; ao contrário, estreitamente solidários e dependendo uns dos outros. Nas sociedades, quando mais avançadas, mais complexas são as necessidades humanas e mais radicalmente incapaz se torna a autosuficiência de cada indivíduo. Para buscar o homem os bens de que tem precisão e os serviços pessoais sem os quais não pode desenvolver plenamente a sua existência tem de recorrer aos demais homens, estabelecendo-se assim verdadeira interdependência, cada vez mais intensa, segundo são mais avançadas as etapas da vida social”.

Impressiona esse trecho de Alcocer pela sua clareza.

Não se amedrontou a humanidade com os vaticínios de gênios do estalão notável de Aristóteles, ao prognosticar o fracasso das nações muito populosas. Seus governos — como citei atrás, — não poderiam administrar vastas massas. Surgiria a desordem. Também faltariam recursos para alimentá-las.

Deus dá o frio conforme a coberta — reza um prolóquio.

Mandou ele crescessem e se multiplicassem os homens.

Êles obedeceram ao mandamento do criador. Malthus reproduziu a lúgubre profecia do estagirita. Entretanto, falhou a previsão do sábio mestre de Alexandre, pois os estadistas desde Roma até a atualidade geriram e gerem impérios colossais, num ritmo seguro.

Aí refulge, como o mais grandioso exemplo da capacidade humana de administrar coletividades colossais, a democracia norte-americana com uma apenas convulsão revolucionária em 172 anos, a da Secessão, do Sul contra o Norte.

Os Estados Unidos desenvolveram, durante alguns anos, uma política de insulamento. Contra ela agiu o imortal Roosevelt.

Herdeiro de seu pensamento, Henry Wallace sustenta (292): “O nosso próprio interesse nacional deveria ser suficiente para fazer com que os Estados Unidos se interessassem profundamente pela satisfação do bem estar dos outros povos da terra. Essa satisfação será uma contribuição importante para manter a paz no mundo. E só quando os outros povos se sentirem prósperos e forem economicamente produtores é que podemos achar entre êles mercados para a exportação dos produtos das nossas fábricas e da nossa lavoura”.

Outro norte-americano eminentíssimo, este da ciência e da vida prática, aponta os caracteres universalistas da economia da hora presente.

Cito Harold G. Moulton (293): “Os ciclos dos negócios são fenômenos mundiais e a estrutura financeira moderna é essencialmente internacional em suas dimensões. A crescente interdependência dos sistemas financeiros dos diferentes países e o desenvolvimento de uma estrutura financeira internacional dão origem à sugestão de que, si o sistema financeiro há de realizar com eficiência suas funções de ajuda e regulação da moderna organização econômica, deve idealizar algum método de direção internacional. O desenvolvimento de um sistema econômico e financeiro mundial exige a criação de alguma forma de organização bancária internacional, um sistema de reserva federal, digamo-lo assim, para todo o mundo”.

Exercem as considerações do competente financista forte poder de sugestibilidade. Como ponderaria Albalat — mostram-se genéticas, no sentido de despertar a vontade de expor muitas idéias sobre o fenômeno da interdependência econômica do universo.

Assim como os sismógrafos, por exemplo, registram perturbações geofísicas originárias de longínquos pontos da terra, ocorrências essas de repercussão incontestável em todo o globo, também os eventos econômicos influenciam à distância nos mercados e na vida dos povos.

Já no tempo de Napoleão, se verificava, em larga escala, a por Wells denominada *cooperação internacional*, pela rede de filiais, v. g., dos membros da família Rotschild (294). Sobressai, nas páginas daquele autor, a de Nathan, de Londres e James, de Paris. Por meio dela, e violando o bloqueio continental e vencendo dificuldades, o de Londres financiava, pelo concurso do irmão de França, os exércitos de Wellington contra o Corso!

E estabeleceram um sistema de correios de eficiência espantosa para a época: Recebeu Nathan a notícia da vitória inglesa em Waterloo um dia antes do Governo de sua Magestade!

Hoje, pelos tremendos meios de comunicabilidade, os centros financeiros seguem, segundo a segundo, o movimento das bolsas de outros países. E sobre os resultados de uma sensibilíssima corrente de informações se processam jogos astronômicos em derredor de operações comerciais e bancárias!

Volvi, nesse lance, ao mecanismo do crédito, digno, pela complexidade e subtileza de seu mecanismo, de figurar entre as maravilhas do mundo contemporâneo.

Pontes de Miranda, estudando a questão econômica diante do incremento das relações de uns com outros povos, traçou estas três linhas significativas: “Antinomias de nossa época: Solidariedade e interdependência das economias dos diferentes países; mas nacionalismos econômicos separantes”.

Outrora, costumava-se examinar, nos compêndios de nossa ciência, os prógonos e epígonos das correntes econômicas, divididas, por exemplo, em pessimistas e otimistas.

Encabeçavam a série dos pessimistas o afamado Malthus, e o não menos célebre Ricardo.

E na dos otimistas, Gide, autor dessa classificação simplista (295), mencionava Bastiat e Carey, francês aquêle e o outro ianque.

Não considero Pontes de Miranda descrente de uma solução para o problema da cooperação da humanidade, não obstante a verdade de seu reparo. Os aludidos pessimismo e otimismo das gerações do fim do século XVIII e, principalmente, do século XIX não obstaram a evolução de nossos semelhantes para uma era de maior compreensividade.

Comparticipo plenamente da opinião de Guignabaudet, (296) ao redigir estas sentenças: “Os progressos da técnica desenvolveram incessantemente as possibilidades de produção e de transporte das matérias primas e fabricadas tornadas indispensáveis à vida moderna”.

“Nem um país se pode gabar de as possuir na gama completa de suas variedades e cada um dêles se vê obrigado a as importar”.

“Afirma-se a interdependência das nações cada vez mais e as trocas internacionais se tornaram uma necessidade para tôdas as nações civilizadas”.

“As trocas económicas internacionais e sua regularização lógica, em função das necessidades de cada nação, são os únicos penhores verdadeiros da paz”.

Subordina êsse economista esta aspiração social à normalidade do intercâmbio. E intercâmbio, neste opúsculo, se produz mediante o binómio por mim formulado, de *maior produção e melhor distribuição*.

II — EVOLUÇÃO DA SOLIDARIEDADE HUMANA E SEU IMPERATIVO ABSOLUTO.

Incluo-me, desde dezenas de anos, entre os maiores admiradores da cintilante personalidade de Jean Brunhes, mestre dessa nova, sugestiva e vigorosa ciência, a antrogeografia ou geografia humana.

Conheço-lhe os trabalhos. E sempre admirei-lhes a solidez.

Por isso, nunca me conformei com o conteúdo de seus trechos sobre população e espaço vital. (297).

Chego a considerá-lo quasi maltusianista. Um maltusianista com dispnea pela angústia de terra e temente, quiçá, de a humanidade acabar comprimida neste planeta como sardinha em suas latas.

Julgo-o paradoxal. Pois como seu insigne colega Pierre Desfontaines, cabia-lhe, na qualidade de antropogeógrafo, calcular as disponibilidades de terras. E recomendar, como Antonio Robert, as migrações, principalmente para os países padecentes do mal denominado por êste autor de “inércia demográfica”. (298).

Não contesto a existência de países de exíguo território e com muita gente. E outros com muita terra e escassa população.

Atingiram os povos dos primeiros a maturidade recentemente: Chegaram tarde num mundo já dividido.

Como corrigir êsses males? Tentando a posse de novos espaços pela

violência, consoante a lição desassombrada da geopolítica de Ratzel e seus sequazes ?

Evidentemente, não ! Já invoquei Antonio Robert com sua sugestão de deslocamento de massas.

A guerra não resolverá êsse problema.

Acho o mundo muito grande. Imenso, infinito até.

Falta muito para cumprirmos a recomendação de Deus: Enché-lo.

A outra solução nutre ódios contra a desigualdade na distribuição do solo. Não podem as gerações atuais responder por isso.

Procure-se, portanto, saída na solidariedade, transformada a geografia do espaço em instrumento de solidariedade humana.

List, (299) transcreve uma frase da Enciclopédia metódica, verdadeira advertência a todos nós: "O bem estar do indivíduo é condicionado ao bem estar da humanidade".

Encerra-se aí a essência do dever de solidariedade.

Bem sei, como nota Clovis Ribeiro (300), depender a escolha de meios de equilíbrio as populações e a subsistência do psiquismo coletivo.

Porém, pesa-nos a incumbência de combatermos aquele triste "statu quo" descrito por Emery Reves (301) o síndrome dum *psiquismo coletivo* caracterizado pelo geocentrismo de estados nacionais. Estes divisam os problemas económicos, sociais e políticos através do prisma estritamente nacional.

Não veem essas potências, como ainda assinala Reves, "as modificações criadas pelo industrialismo se manifestarem tão revolucionárias que não encontram paralelo na história de qualquer civilização".

Aquêles Estados permanecem à plena luz do século XX, com os céus nhandutizados de canais radiológicos, vibratilizados pelo ronco dos Douglas e Constellation, com mentalidade do tempo do carro de boi, da can-deia de cêra, do arco e flexa !

Aplica-se-lhes com perfeição esta carapuça de Stuart Mill: "A pobreza, como quâsi todos os males sociais, existe, porque o homem segue seus instintos sociais, sem nem uma consideração. Porém, si a sociedade é possível, é precisamente porque o homem não é, por necessidade, besta.

"A civilização, em cada um de seus aspectos, não é mais que uma luta contra instintos animais". (302).

Deve o indivíduo conculcar seus instintos.

Não se abre à nação outra perspectiva: Impõe-se-lhe a mesma norma. Precisa combater seu geocentrismo, devendo tomar consciência desta verdade vitoriosa desde Nicolau Copérnico: Nem a terra possui competência para centro dum sistema planetário. Só mesmo o sol, o velho sol usurpado da função pela ignorância de sábios (?). Porém, indiferente a êsses pareceres, êle nunca deixou, mercê de Deus, de desempenhar sua função. E aí de nós, si por milionésimo sequer de segundo, sua missão cessasse !...

Mantêm essas nações geocêntricas a atitude dos sequazes de Ptolomeu. Com a seguinte diferença: O astrónomo egípcio ignorava a verdade,

E aquelas autarquias de hoje, sabem e não querem aceitar a realidade.

Colson (303) faz esta observação: “A palavra evolução é talvez a única que hoje pode disputar, ao vocábulo solidariedade, a palma da popularidade; serve para explicar o que a inteligência não compreende, como a outra para justificar o que a justiça não permite. É admirável para dar aparência científica ao que dantes se chamava utopia”.

Propugnando os princípios expostos nesta minha despretenciosa contribuição ao exame de problemas do incremento da colaboração internacional para abastecer e eficientizar povos deficitários de meios de subsistência, não cogito do tema delicado da repartição.

Nem sequer concito nem convoco os mais ricos para se despojarem de seus recursos, ganhos para acudir em auxílio da miséria de dois terços dos habitantes do nosso planeta.

Penso economicamente no assunto.

E defendo-lhe solução económica.

“Si — segundo Raymond Burrows, — um ou dois países importantes aderissem a uma política de redução de obstáculos ao comércio internacional e às inversões, surgiria um movimento mundial em prol de um comércio mais amplo e mais livre”. (304).

Fornece Jourdain (305) subsídios à grande tese da exequibilidade de uma política batizável de “boa vizinhança universal” à moda de Roosevelt, ao tracejar estas linhas como outras banhadas de emotividade: “O homem procura na sociedade apoio indispensável para sua fraqueza como a planta que enrola derredor do tutor sua haste tão flexível e tão fraca para buscar sósinha o ar, a luz e a vida.”

“Só a sociedade constitui para o homem o único meio onde pode ele viver e atingir às idéias de solidariedade e justiça que não encontram paralelo ou similhaça ou nada análogo entre os demais seres viventes”.

Porém, não ignoro a existência, ainda hoje, de povos sedizentes cultos dominados de idéias de infiltração, subjugação, de exploração de nações menos aparelhadas para sobreviver num mundo egoístico.

Fala-nos Pontes de Miranda, em trecho magistral (306), dos processos de feição prismática já de vampirismo, já de quintacolonismo, já de imperialismo político e económico dessas potências: “Para manter a desigualdade ou entre indivíduos ou entre os povos, recorrem as classes favorecidas a expedientes psicológicos que podem ser extremamente nocivos a toda a sociedade, tais como: impossibilidade económica da família, com as consequências de se não satisfazer o instinto paternal e maternal; a permissão ou o oculto desenvolvimento da prostituição, sob múltiplas formas; induzimento público, através de literatura mais ou menos subvencionada e de outros processos de divulgação de costumes delapidadores do homem. Algumas empresas privadas usam tais processos (jogo, cassinos, imoralidade, distúrbios familiares, hábitos soltos de vida), estudados por técnicos para obviarem às estagnações e aos “slumps”, como referiu D. R. Roberts em 1933 e como facilitação do domínio dos povos fracos pelos fortes. As vezes, para se evitar que o nível dos universitários

suba, agentes imoralizadores trabalham no meio dêles.”

Trago a estas singelas páginas o depoimento por tantos títulos notável do grande Mestre brasileiro, não para nutrir derrötismos e desalentar os partidários da solidariedade como imperativo absoluto das nações.

Faço-o como cláusula de meu libelo contra os povos, sinão refratários, psicológicamente errados e destinados a se transformarem e incorporar à luta pelo melhor entendimento do homem para homem, “êste bicho da terra tão pequeno”. (307)

Já afirmei e reitero minha proposição: Creio na regeneração da humanidade. Seu destino se desdobra numa espiral imensa. Por ela sobe de um primarismo indizível para as regiões sublimes de Deus.

Milhões de nós cultuamos isso como verdade, quer admitindo o re-encarnacionismo, quer aceitando as idéias dos estágios pelo inferno e purgatório até o dia do juízo final.

À guisa de testemunho do valor daquela esperança relatarei aqui a lição sensacional encerrada nos capítulos trepidantes de nossas relações com os Estados Unidos.

No século XVIII, depois da sua emancipação, significaram êles um símbolo, antecipação da estátua de Bartholdi, no pôrto de Nova Iorque, farol a indicar às gentes o caminho da liberdade.

Voltaram-se para êles os nossos revolucionários de 1789 e 1817.

Confabulavam aquêles com o embaixador Jefferson em França. Êstes despachavam emissários em busca de auxílio da maior e mais profunda rebelião dos brasileiros contra Portugal.

Conta a tradição trazer Tiradentes, de contínuo, uma constituição norteamericana no bolso. E ao ouvir como viviam os filhos de Washington, num ambiente de democracia, chorava.

Lograda a independência, apressaram-se os norteamericanos a no-la reconhecer.

Porém, a febre litero-nacionalístico-romantica latente, ao apagar das luzes do século XVIII, irrompeu virulentamente no século XIX e contaminou os povos, assumindo uma complexidade espantosa de formas.

Entre estas, distinguiu-se o romantismo económico (308). Suas origens remontam a Hamilton, ao êste recomendar aos americanos o proteccionismo como defesa contra o livre-cambismo britânico (309). E essa defesa corporificou-se no surto e incremento do industrialismo ianque, de tamanha preponderância no evoluer da pujante nação setentrional.

Não me parece difícil um historiador de economia apontar no evento das consequências do sistema tarifário norteamericano ou, melhor, em sua política nacionalística, a semente do imperialismo.

Êste, desde a conquista do Texas, se hipertroficou num gigantismo insólito, sintomatizado alarmantemente pelo descaramento da atitude de sua própria diplomacia, ao lançar o afamado manifesto de Ostende, subscrito pelos embaixadores em França, Inglaterra e Espanha, expondo ao Presidente Pierce (1854) a necessidade da ocupação da ilha de Cuba, tachado pura e simplesmente, por um autor, de “roubo” (310).

Perplexo diante dessa atrevida sugestão, aliás executada algumas décadas após, aplica-lhe Firmin Boz (311) o epíteto de “espantosa”.

Daí em diante, embora não materializando de imediato seus planos, o imperialismo ianque progride, formando uma escola truculenta.

Marcam etapas concretas dessa diretriz conquistadora a aquisição das Filipinas, em 1889, de posição geográfica desenquadrada do raio de ação do monroismo (312), e a incorporação do Hawaii em 1898, culminando com a farsa da independência de Cuba, ultimada em 1899.

Educou-se minha geração escutando o éco da revolta da opinião pública de minha pátria contra o drama desenrolado nas Antilhas.

E para lhe entenebrecer intentos e antipatizá-lo com o público, circulava, depois de um auto de fé de incineração da primeira edição, a famosíssima obra de Eduardo Prado (313).

Esvaneceram-se os episódios da guerra hispano-americana.

Porém ficara êsse panfleto tremendo, a fomentar hostilidade contra a lucilante nação de Lincoln.

Mas tudo passa — já prégava o velho Vieira.

Desde Teodoro Roosevelt — “o mais típico dos americanos” (314), apesar do gravíssimo incidente do Panamá — evolve a política ianque num sentido cada vez de maior compreensividade em face dos sucessos internacionais e relações com as nações.

Assumem individualidades marcantes como Woodrow Wilson o poder na hora H. E sua intervenção dramática, sinão épica, no conflito de 1914-1918, traduz uma época da humanidade. Pois daí em diante, sem embargo de governos medíocres ou capciosos e reacionários, como os de Harding e Hoover, “o da prosperidade sem precedentes” e da famigerada bomba atômica de 1929, sem embargo do isolacionismo prégado por êles num mundo cada vez mais íntimo — os Estados Unidos seguem desempenhando um papel de incontestável superioridade no plano universal.

Boulding, tantíssimas vezes chamado a nos aconselhar e escorar nos trâmites dêste pálido escrito, narra os auxílios alimentares prestados pelos Estados Unidos, na primeira conflagração, a povos necessitados (315).

Enfim, vem Roosevelt, o segundo Roosevelt, êsse superhomem chamado Franklin Delano Roosevelt, o violentador da tradição de Washington e, por isso, consagrado com a tríplice reeleição.

Roosevelt excede Wilson. Iguala, sem dúvida, e talvez supera Lincoln.

Encarna êle o amor ao próximo, como queria Jesus.

E ultrapassa essa linha de fraternidade universal.

Pois para lhe configurar o senso de humanidade, mister ir-lhe ao mais terrível mandamento, aquêle do Sermão da Montanha, a o maior revolucionário de todos os tempos recomendar à inditosa família do pobre bípede racional sua lei eril: “Amai a vossos inimigos, fazei bem aos que vos teem ódio e orai pelos que vos perseguem e caluniam” (316).

Cumpria o imenso Roosevelt essa lei.

Para êle não existiam preconceitos de raça, casta, religião, países. Nem odios, rivalidades, mesquinharias. Amava o inimigo!

Recorde-se o tom de sua linguagem aos ditadores na véspera da guerra!

Vencedor, estendia a mão ao adversário. Acolhia humildes e potentes. E a miséria, e o frio, e a fome, assim de seus pequenos conterrâneos como os dos lares de todos os recantos da terra, o compungiam.

Prestigiou a UNRRA. E esta acudiu a muita necessidade. E, si êle sobrevivesse ao armistício de 1945, prosseguiria aquela entidade na faina de erguer o padrão de vida das nações, principalmente das mais necessitadas. Seus discursos exsudam uma idealidade impregnada de humanitarismo e confraternização cristã. (317)

Serviu a presença de Roosevelt para “ad eternum” provar a exequibilidade de um programa de aproximação dos povos ou, para usar uma expressão tão sua, “de boa vizinhança”.

Permanece seu evangelho de alto sentido pragmático como estímulo aos esforços dos homens de boa vontade, para cimentar o imperativo absoluto da solidariedade entre os povos.

Sigamo-lo, pois.

III — PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO A SERVIÇO DO IMPERATIVO ABSOLUTO DA SOLIDARIEDADE HUMANA.

Termina a penúltima sentença do parágrafo antecedente com esta locução: “*O imperativo absoluto da solidariedade entre os povos*”.

Penso deva constituir êsse um como ideal para por êle pelejarmos como meio de evitarmos a guerra.

Não preconiso, porém, apenas simpatias espirituais.

Pontes de Miranda (318) subscreve êste período: “A solidariedade de mecânica conduziu a maior solidariedade orgânica, ajustando-se como a se completarem as diferenças individuais”.

Não cogitaria eu de bases mecânicas para aquêlê sentimento. Porém, mister orientá-la ou desenvolvê-la alicerçada em aprovisionamentos recíprocos entre as nações.

Podem as mais ricas favorecer as mais pobres.

E aos povos líderes, como os Estados Unidos, toca, segundo alguns de seus filhos já o perceberam e defendem, a missão de ajudar os países debeis ou, como alguns os denominam, atrasados.

Avanço mais: A produção e a distribuição precisam se colocar a serviço do imperativo absoluto da solidariedade universal.

“Verificou-se — registra Wells — um firme desenvolvimento pela mitigação da miséria humana. Realizou-se um esforço contínuo e crescente em todos os países civilizados, para tornar impossíveis os falecimentos provocados pela exposição à intempérie ou à desnutrição, para resgatar e reabilitar as pessoas que caíram em indigência e para ajudar os que resvalam para êsse estado.” (319)

Defrontamos, nêsse trecho, com uma constatação do incremento de atividade aparentada com a caridade.

Não cogita, porém, minha tese, dessa bela manifestação da generosidade humana.

Transcrevendo as palavras de Wells, pretendi mostrar como já progrediu na opinião dele a capacidade humana de socorrer o próximo.

E isso me robustece a esperança para o êxito de outra espécie de iniciativa, a de acudir ao homem para torná-lo produtivo.

Relata o mesmo Wells este fato: “Estava um preeminente homem de negócios norteamericano discutindo o paradoxo da superprodução. Disse então que enquanto o sistema corrente, o que tem por móvel o lucro, nosso chamado sistema capitalista, mostra-se capaz de desenvolver a produção em massa, devia se consagrar a descobrir o segredo do consumo em massa” (pág. 414).

“Si com nossos recursos correntes podemos construir magníficos asilos e cárceres, por que não poderíamos edificar grandes bairros residenciais para as pessoas comuns, para evitar que se tornem criminosas ou reincidentes? Si adotamos comodidades punitivas, por que não criarmos comodidades preventivas?”

Rogo ao leitor a gentileza de uma parada sobre esse prodigioso trecho do grande Wells.

Medithe-lhe sobre o conteúdo das orações. Sinta nelas o vigor comunicativo de formosas idéias fecundantes.

Relativamente à primeira parte, sobre a criação em massa de consumidores, presumo vem se efetuando, não por iniciativa direta do capitalismo, porém como consequência das transformações provocadas no mundo por acontecimentos de importância crescente.

Um desses fatos consta da criação do comércio internacional em grosso, como efeito do descobrimento do caminho marítimo das Índias. Este sucesso sem precedentes na história da humanidade, assim considerado pela previsibilidade, preparação e execução, mercê do gênio científico do Príncipe D. Henrique, criou consumidores em massa — para usar a expressão de Wells.

Cantú (320) descreve nestes termos essa verdadeira e profunda revolução nos processos comerciais da Europa: “O preço das especiarias baixou então subitamente no ocidente, porque, além de ser mais fácil e avultado seu transporte nos grandes navios, passavam por menos mãos; baixaram tanto que chegaram a custar em Lisboa metade do que custavam antes em Alexandria e Alepo.

“Portanto, o consumo aumentou na mesma proporção e certos aromas, certos estofos, que eram antes objetos de luxo, tornaram-se de uso comum”.

“Nesse período — ensina Day (321) — o chá, o café e o açúcar (antes só acessíveis aos ricos), se converteram em artigos de consumo em alguns países da Europa”.

Encontra-se outro fato do fomento documentativo em massa dos consumidores na primeira e na segunda revolução econômicas: A industrial

do século XVIII e seguinte, e a eletrotécnica, depois da invenção do respectivo motor.

Formaram a máquina e a eletricidade consumidores em massa.

Dispensamo-nos de documentar, pormenorizar, descrever por miúdo essa fenomenologia económica e social. Colocaram, a mecanização, o taylorismo, o fordismo, artigos e utilidades ao alcance de milhões de pessoas.

Contém Sombart (322) páginas e dados elucidativos sobre o aparecimento de “novas camadas de consumidores”.

Mostrando sucessivas manifestações pandêmicas da proliferação dos consumidores, penso não servirem de exemplos de vontades dirigidas para sua provocação.

Considero-as consequências de conquistas da ciência.

Constituem as copiosíssimas estatísticas deste sólido Werner Sombart, inseridas nos capítulos XVII — A ampliação da produção, págs. 250 a 391 — e XVIII — A mobilização das mercadorias, págs. 292 a 326 — preciosíssimo documentário para o estudo de nosso problema sob seus dois aspectos fundamentais, MAIOR PRODUÇÃO e MELHOR DISTRIBUIÇÃO. De seu exame, pessoas até de poucas letras facilmente concluirão não existirem obstáculos materiais ou mecânicos à solução do assunto do abastecimento regular da humanidade. Encontram-se-lhe as barreiras em fatores subjetivos, frutos da cupidez e da incompreensão.

Viu o capitalismo, “mal-gré lui”, o incrível aumento do número de consumidores populares. Isso, naturalmente, na primeira fase indicada.

Depois das revoluções industriais, também se modificou a mentalidade de muitos empresários. E contemporaneamente se tornou comum a ação de um Bata na Checoslováquia ou de um Ford nos Estados Unidos, produzindo barato, para venderem muito. Trata-se da produção padronizada ou em série.

Sobre o segundo tópico do trecho de Wells, poderia encher capítulos, tal a sua transcendência.

Principalmente, si se ampliasse a aguda observação do luminoso sociólogo e literato inglês com o atribuir a entidades quaisquer de responsabilidade a incumbência de curar o indivíduo, torná-lo eficiente e lhe garantir aquêles direitos já incluídos nas declarações do homem, o direito ao trabalho. Direito ao trabalho para evitar o desemprego e para evitar humilhante e insuficiente assistência do Estado nêsse transe amargo.

Insere Wells ali uma frase de incalculável alcance, assim económico, como social: Si adotamos comodidades punitivas (penitenciárias, reformatórios, nosocômios judiciários, etc.), por que não criarmos comodidades preventivas (escolas técnico-industriais, escolas vocacionais, escolas e institutos de orientação profissional, escolas de serviço social, etc.)?

Ficou dito, anteriormente, representar o homem um dos maiores valores económicos da coletividade.

Mude-se a importância desta pela soma dos méritos de seus componentes.

Que vale uma sociedade constituída de doentes, tarados, ineptos, inaptos, analfabetos, vagabundos?

Porém, para chegarmos a uma humanidade evolvida, mister o desempenho do encargo pesado, atribuível assim aos capitalistas, como aos estadistas, o de promoverem maior produção e melhor distribuição.

Essa a opinião, também, do sempre arguto e profundo Pontes de Miranda: "Há dois problemas — disse êle (323) — ligados ao maior consumo: 1.º - Melhor distribuição dos bens da vida, isto é, melhor distribuição social dos bens consumíveis. — 2.º - Preparação dos bens consumíveis que dêem para isso. Esse ponto é assás importante, porque mesmo o país mais rico do mundo ainda não produz o suficiente para todos."

Podemos invocar Maurício Colbourne, para melhor evidência, da situação do consumo em face das deficiências da vida moderna: "A indústria é a mesma coisa tão doméstica como o lar e vemos que acaba por tomar como assunto próprio as necessidades, desejos e gostos do indivíduo.

Em economia política, êsse indivíduo se denomina consumidor e é uma personagem muito importante, pois que embora a produção, a distribuição e o consumo formem uma trindade de nossa ciência, a mais importante dessas entidades é o consumo. O objeto da indústria é prover ao homem de tudo que deseje ou possa necessitar — comida, bebida, roupa, calçado, habitação, educação, saúde e ainda o próprio trabalho. É seu único objeto".

Invoca também Boulding (325) a Summer Wells — "que dificilmente pode ser acusado de radical irresponsável e dizia em seu discurso do "Memorial Day du 30 mai 1942": "O problema do qual teremos de fazer face nos anos do período do após guerra, não é principalmente um problema de produção. Porque o mundo pode sem dúvida produzir tudo quanto a humanidade necessita. O problema é antes um problema de distribuição e de poder de compra e consiste em estabelecer um sistema graças ao qual os produtos do mundo possam ser regularmente distribuídos entre as nações e a proporcionar aos indivíduos o meio de conseguirem bens e serviços mundiais."

Observe não depender a solução apenas da distribuição.

A produção, ou não atinge volume suficiente às necessidades humanas, ou se mostra arritmica devido a contingências meteorológicas ou padecer perturbações ditadas por interesses pessoais como a destruição, desviando-se assim de sua finalidade: chegar ao consumidor.

Também com Eugênio Gudín compreendo: "A capacidade de produção não se improvisa da noite para o dia" (326).

Coloco-me, porém, num ponto de vista quási extremado, ao pensar nos sofrimentos de dois terços da humanidade, cruciados pela fome.

E proponho urgente iniciativa, a da mobilização total para a execução da economia da paz.

Falam, enfáticamente, estrategistas, sociólogos, economistas, jornalistas, governos, parlamentares, etc., do caráter das guerras modernas, exigindo a mobilização total do povo e dos recursos da nação.

“A guerra total — diz Ary Maurell Lobo (327), é a lei da guerra moderna.”

Citando Ludendorff, êsse autor lhe transcreve êstes tópicos capazes de nos deparar noção até dramática da guerra total: “É a vez de Ludendorff, cujos altos conhecimentos estratégicos, a par de outras qualidades, o consagram um dos maiores generais de todos os tempos: Durante toda a Conflagração Mundial (a 1.^a), não foi possível assinalar onde começava a ação das forças armadas e onde acabava a do povo alemão. Era verdadeiramente uma guerra nacional.”

“Insiste Castex — acentua Ary Maurell Lobo — “Leia-se a proclamação de 24 de agosto de 1793, e tirem-se as conclusões:

“Os jovens hão de combater; e os homens casados hão de forjar armas e transportar subsistências; e as mulheres hão de coser uniformes e as barracas, ou servir nos hospitais; e as crianças hão de ocupar-se das ataduras de linho; e até os velhos hão de correr as praças públicas e estimular a coragem dos combatentes” (328).

Na guerra total, mesmo como já a concebiam os generais da revolução francesa e de Napoleão, não fica ninguém alheio, nem sentado, nem dormindo. Participa direta ou indiretamente toda a nação, toda a coletividade da complexidade das operações.

As preparações para o conflito, aplica-se o nome de economia de guerra.

Pois bem. Lembro a locução antitética, Economia da Paz, para a guerra contra a fome, contra a subnutrição, contra a miserabilidade do padrão de vida dos “coolies” da Índia e China, dos habitantes dos “slumps” de Chicago, das Favelas do Rio de Janeiro com seus 300.000 desnutridos, dos Mocambos de Recife e nordeste, das choças dominadas pelo barbeiro no interior do Brasil, dos famintos e subalimentados de todas as latitudes, raças, linguas, religiões, idade, sexo.

Incumbe-nos a mobilização total em material humano e em recursos para essa campanha, radical, permanente, implacável.

Não nos surja o sentimentalismo de certos filântropos de gabinete com o nome hierático de caridade para distinguir êsse esforço.

Não se cogita de uma empresa revestida de cunho de generosidade ou filantropismo. Porém, de uma obra de recuperação do homem, o primeiro e maior valor real da terra, o seu maior bem económico, digno de adaptação, eficientização, produtividade, em prol de uma maior igualdade pela maior produção e melhor distribuição!

Citações do Capítulo n. 13

275 — Cours d'Economie Politique, págs. 458 462.

276 — Letra de Câmbio — José Maria Witacker, Livraria Acadêmica, São Paulo, 1932, pág. 15.

277 — Witacker, op. cit., pág. 14.

- 278 — Código do Processo Civil, Valporé de Castro Caiado, art. 298, alínea XIII, pág. 256.
- 279 — São Mateus, XXII, 36 a 39.
- 280 — História de Cristo, Papini, págs. 122 e segs.
- 281 — A. G. Wells — O Trabalho, a Riqueza e a Felicidade — Pág. 36.
- 282 — Economie Politique, págs. 12 e 13.
- 283 — Frederico von Kleinwachter — Economia Política, pág. 11.
- 284 — Jacques Bossuet — Discours sur histoire universal.
- 285 — Cours d'Economie Politique, vol. I, pág. 72.
- 286 — Jean Weiller — Problema de Economia Internacional, pág. 3.
- 287 — Du rôle de l'Etat, pág. 50.
- 288 — Minha vida e minha obra e Hoje e Amanhã.
- 289 — Curso de Organização do Trabalho, pág. 62.
- 290 — Mercantilismo e proteccionismo, pág. 168.
- 291 — Economia Social, pág. 10.
- 292 — O século do homem do povo, pág. 78.
- 293 — A organização financeira e o sistema económico, pág. 592.
- 294 — Op. cit., pág. 336 e segs.
- 295 — Charles Gide — História das Doutrinas Económicas, pág. 145 a 365.
- 296 — Philippe Guignabaudet — Lois de l'économie nouvelle, pág. 78.
- 297 — La géographie humaine, pág. 304-305.
- 298 — Países olvidados, pág. 106.
- 299 — Economia Nacional, pág. 319.
- 300 — Curso de Economia Política Sociológica, pág. 146.
- 301 — Anatomia da Paz, págs. 33 e 34.
- 302 — Principios de Economia Política pág. 381.
- 303 — Organismo económico e desordem social pág. 278.
- 304 — Planificação económica pág. 282.
- 305 — Alfred Jourdain — Du rôle de l'Etat pág. 34.
- 306 — Democracia, Liberdade e Igualdade pág. 597.
- 307 — Luiz de Camões — Os Lusíadas, I, CVI pág. 43.
- 308 — J. F. Normano — As ideias económicas nos Estados Unidos pág. 84.
- 309 — J. F. Normano — idem pág. 46.
- 310 — Gastão Ruch — História da América pág. 430.
- 311 — Firmin Roz — História dos Estados Unidos pág. 182.
- 312 — Gastão Ruch op. cit. 446.
- 313 — Eduardo Prado — A Ilusão Americana.
- 314 — Firmin Roz — História dos Estados Unidos pág. 315.
- 315 — Economie de Paix págs. 65 e segs.
- 316 — Biblia, S. Mateus, V, 44.
- 317 — Nossa Democracia em ação — Franklin D. Doosevelt.
- 318 — Op. cit. pág. 597.
- 319 — Op. cit. pág. 408.
- 320 — Cesar Cantú, História Universal vol. XII pág. 401.
- 321 — Clive Day — História do Comércio vol. I, pág. 137.
- 322 — Werner Sombart — O apogeu do capitalismo, vol. I, pág. 520.
- 323 — Democracia, Liberdade, Igualdade pág. 575.
- 324 — Maurice Colbourne, A Economia Nova pág. 99.
- 325 — Economie de Paix pág. 110.
- 326 — Principios de Economia Monetaria pág. 269.
- 327 — Tratado de Economia Realista 200-002 (pág. 120).
- 328 — Idem 2.05-012 (pág. 130).

CAPÍTULO N. 14

"A SOLUÇÃO"

É óbvio que, primeiro, as Nações Unidas devem dispor dum aparelhamento para desarmar e manter desarmadas aquelas partes do mundo capazes de quebrar a paz. É mister também que exista um aparelhamento para evitar a guerra económica e fomentar a paz entre as nações. Provavelmente será necessário criar um tribunal internacional para pronunciar sentenças em casos de dissídios. O objetivo seria preservar a liberdade, a segurança e a unidade das nações unidades-liberdade em sentido político; segurança contra a guerra e a depressão económica devida a causas internacionais e unidade de propósito na promoção do bem estar geral do mundo. Henry Wallace — O século do homem do povo pág. 72-73.

O período da economia social, no verdadeiro sentido da palavra, da economia social de ordem superior é, finalmente, aquele em que se realizou a diferenciação das economias produtoras, assim como a interdependência num todo inseparável e perfeito, alcançou tal grau quanto às relações, quer quantitativas, quer espaciais, que, ao lado e acima das comunidades antigas, devem se criar formas artificiais para enlaçar as economias produtoras, aparecendo em lugar dos antigos organismos um novo mecanismo da vida económica —" Werner Sombart — Apogeu do capitalismo apud — Kleinwacher pág. 22.

I — SUPERPODER ECONÓMICO PARA RESOLVER O IMPERATIVO ABSOLUTO DA SOLIDARIEDADE HUMANA, MOBILIZANDO PARA ISSO PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO — Ao escrever a intitulação deste parágrafo, refletia sobre o perigo de uma incompreensão em face da consecutividade dos dois primeiros vocábulos, — *Superpoder e económico* como a delatar-me intenção não acalentada por mim.

Constitui o poder atribuição do Estado. Uma das feições deste significa a força a serviço do direito. (329).

Temia se me associasse ao citado apelativo qualquer idéa de poder económico suscetível de se investir de funções ou prerrogativas estatais.

Produziu Bertrand Russell robusto ensaio sobre o poder, "O poder dos homens e dos povos" — Nele se lê um capítulo sobre O PODER ECONÓMICO, estudando essa entidade social, cuja presença já assinalava em Roma, pois, disse êle, "os credores de Cesar o ajudaram a levar ao governo" (330).

Examina a conexão entre os poderes políticos, militar e económico. Ilustra sua opinião, mostrando a interferência dos Governos na questão do petróleo, por exemplo, na Asia Menor. Explica-se a presença de forças britânicas ali, em parte, para defender os interesses petrolíferos em jogo.

Parece-me demasiadamente moderado o juízo do eminente filósofo, sobre o alcance e o verdadeiro prestígio dos elementos económicos.

Nos Estados Unidos, seus capitalistas e banqueiros se mobilizam para lutas políticas. E elegem e combatem governos. Para o próximo pleito, se arregimentam em torno de um dos candidatos. Apontam este ostensivamente como representante da plutocracia ianque.

Defrontou Teodoro Roosevelt, nas suas administrações, o poder económico em toda a virulência deste. Também pelejou Wilson contra ele.

Porém, a mais tremenda luta, quiçá, travada entre o Estado e o poder económico ou o outro Estado, se deu na era de Franklin Delano Roosevelt.

Seu idealismo, sua bondade, seu amor à humanidade contaram, na oposição do poder económico, uma fortaleza só expugnada graças ao seu gênio e sua tencidade. Porém, talvez a parte mais linda de seus planos fracassou devido precisamente àquela resistência de forças tendenciosamente conservadoras e egoísticas.

Isto posto, desejo fique claro: Não possui o meu projetado Super-poder económico parentesco algum com o famigerado poder económico dos consórcios, monopólios, "holding", carteis, etc.

Representa apenas uma instituição de caráter internacional, dotada de recursos e prestígio para atuar como intermediária entre as fontes produtoras, distribuidoras e consumidoras.

A UNRRA e outras entidades já formadas outrora ou recentemente constituem lições aproveitáveis da corporação por mim sugerida.

Alude Burrows (331) ao influxo perturbador daquela figura temível do panorama social e económico da modernidade: "Uma idéia geralmente perturbadora é a de que o poder económico sempre foi empregado pelas minorias proprietárias pacíficas, porém efetivamente para impedir qualquer redistribuição real da riqueza. Porém, a defesa teórica do sistema da propriedade e da empresa privada radica em uma invocação da liberdade e da democracia e isto em uma sociedade que possua certa dose de sentido comum, fracassará em face do fato de a liberdade ser empregada em fortalecer desigualdades consideráveis em riquezas e oportunidades."

Oferece-nos Jourdain (332) este trecho magnífico sobre a coletividade: "A sociedade é um organismo, um conjunto de funções, de órgãos, de unidades viventes. A unidade, a cédula social, é aqui o homem. A coesão material que existe entre as diversas partes do organismo individual é substituída, no organismo social, pelos milhares de laços da vida em sociedade, pátria, linguagem, religião, costumes, hábitos, comunidade de interesses, cooperação sob suas diversas formas."

Substitua-se o termo sociedade por mundo, homem, por nação, e se nos materializará a coletividade universal, como também um organismo, com poderosos elos, alicerçada na entrosagem das moléculas, células e átomos. Esse organismo assim considerado facilita o funcionamento de uma entidade acima das sociedades industriais, comerciais e mesmo civis, para fomento, controle, eficiência e perfeição na obra de produção, distribuição e consumo dos bens económicos destinados à humanidade.

Crê Keynes, o grande Keynes, (333) típico representante da aristocracia bancária de sua pátria, numa evolução no sentido de uma melhoria do padrão geral de vida da humanidade: “Porém não se verifica isso sinão na fase temporária da readaptação. Tudo isso significa, afinal de contas, que a humanidade se acha na iminência de resolver o problema económico. Prevejo que o nível de vida nos países que evoluem, será daqui a cem anos de quadro a oito vezes mais elevado que hoje. Essa hipótese nada tem de impossível, partindo-se de nossos conhecimentos atuais. Podemos, porém, sonhar com um progresso muito mais considerável.”

Pode se reduzir a questão abordada neste opúsculo a esta expressão material: Sentem fome dois terços da humanidade! Compete-nos dar de comer a esses dois terços. Noutras palavras, mister a produção e a distribuição atingirem a totalidade dos homens, portanto, 2 bilhões e 300 milhões deles! Força aumentar aquelas mais duas vezes de seu montante atual.

Mas, quem executará esse empreendimento? Quem balanceará as deficiências da alimentação universal para saná-las?

Trata-se de um problema solúvel ou aqueles dois terços dos homens podem considerar-se irremissivelmente condenados à inanição e à morte pela falta de nutrição?

Vale minha tese por uma resposta a essas inquietantes interrogações.

Acredito-lhe numa solução favorável. Por isso, cheguei a esta altura de meu trabalho.

Mas, insisto — quem chamará a si essa incumbência?

Atualmente, ou melhor, na hora histórica da elaboração desta tese, indico a ONU como a corporação de caráter internacional ápta a iniciar a resolução do assunto.

No artigo 1.º da Carta das Nações Unidas, votada em São Francisco, Estados Unidos, e homologada por decreto 7.935 de 4 de setembro de 1945 do Governo Brasileiro, lê-se o seguinte:

“Os propósitos das Nações Unidas são os seguintes:

.....

3 — Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter económico, social, cultural ou humanitário e para promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

4 — Ser um centro destinado a harmonizar a ação das Nações Unidas para consecução desses objetivos comuns.”

O capítulo IX, artigo 55, encerra conteúdo de altíssimo sentido universal e social:

“Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a — níveis de vida, emprego para todos e condições de progresso e desenvolvimento económico e social;

b — soluções de problemas internacionais económicos, sociais, sanitá-

rios e conexos; cooperação internacional de caráter cultural e educacional;
 c — respeito e observância universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.” (Mário Pessoa. O Direito Internacional Moderno págs. 319 e 334).

II — INSTRUMENTOS, ORGANIZAÇÕES E EXPERIÊNCIAS A SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE HUMANA — Visa este parágrafo a este alto objetivo: Demonstrar a existência de numerosas forças sociais assim públicas como particulares dirigidas sobre o objetivo da fraternidade, da solidariedade, da cooperação universais.

Representam muitos caminhos, uns através de planícies, outros por montes, vales, cheios de estrêpes e cardos.

Porém, todos eles, trilhados por peregrinos valorosos, pugnazes e obstinados, conduzem à meta da comunhão mundial, da compreensividade do homem pelos múltiplos serviços graciosa e dedicadamente lhes prestados.

Significam as sugestões e instituições consignadas no meu esquema, ao meu parecer original pela sua condensação de trabalhos efetivos pela aproximação dos homens, realizações mais ou menos profundas, sempre brilhantes e comovedoras pela consecução pragmática da solidariedade geral.

Instrumentos sociais, técnicos políticos da solidariedade humana

Eis o meu eloquentíssimo quadro:

| | | | |
|--|------------------|--|--|
| Iniciativas e Realizações internacionais | I — Sociológicas | 1 — Ideológicas | 1 — Tomas More — 1478-1538 2 — Tomaso Campanella — 1568-1639 |
| | | 2 — Solidarismo pragmático ou experimental | 1 — Conde Saint Simon — 1760-1825 2 — Charles Fourier — 1772-1837 3 — Roberto Owen — 1771-1853 |
| | | 3 — Ação religiosa | 1 — Igreja Católica Apostólica Romana 2 — Protestantismo |
| | | 4 — Ação social | 1 — Cruz Vermelha — 22-8-1864 2 — Escotismo — 1908 3 — Rotary Internacional |
| | II — Jurídicas | 1 — Corte Internacional de Justiça — Haya — Holanda 2 — Direito Cambial | |
| | III — Políticas | 1 — União Pan-Americana 2 — Sociedade das Nações 3 — Organização das Nações Unidas (ONU) | |
| | IV — Técnicas | 1 — União Postal Universal 2 — União Postal Americana 3 — Convenção radiotelegráfica 4 — Aeronavegação 5 — Trânsito | |
| | V — Econômicas | 1 — Cooperativismo 2 — UNRRA (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — Administração das Nações Unidas para Socorro e Reabilitação) 3 — Plano Marshal | |

Inclui o cooperativismo na chave das forças económicas a serviço da humanidade por julgá-la uma das mais aptas ao desempenho de larga função e missão de, pela comunhão de interesses económicos, aproximar os homens.

Ensina Valdiki Moura, em seu volume “Democracia Económica”, possuir o termo cooperação quatro conceitos, segundo Bakken e Schaars: 1.º — social, socio-político, legal e económico.

Do ponto de vista social, encaram-no como processo de reforma. E invocam aquêles autores, Owen, Fourier, Saint Simon, etc.

Sob o aspecto socio-político, a cooperativa visa ao melhoramento dos seus componentes. E a reforma social depende então do partidarismo político.

Para os legalistas, a cooperação na forma da sociedade, daí derivada, configura-se no estatuto das entidades de direito associacionista e cogitam apenas de sua formação, funcionamento, dissolução “ex-vi legis”.

“O último conceito — acentua Valmiki Moura — interpreta a cooperação como sendo um fim para as sociedades cooperativas, isto é, um processo para tornar mais desafogadas as condições de existência coletiva e elevar o padrão económico do povo. A eficiência na condução dos negócios é seu principal objetivo e o melhoramento social da vida humana, seu último desiderato”. (op. mencionada, pág. 5).

Remonta, consoante Gide (Cours, pág. 239) a origem concreta das cooperativas à conhecidíssima iniciativa dos pequenos burgueses de Rochdale, Inglaterra, ao fundarem uma sociedade mútua para aquisição de gêneros de consumo em 1844.

Venceu a experiência. E propagou-se rapidamente seu exemplo, multiplicando-se as associações de cooperação.

Surgiram as de crédito, seguindo-se as de produção, sem o mesmo êxito.

Hoje existem de variadas finalidades, como o assinala W. Heller (Dicionário Económico, pág. 69), enumerando as de compra, colocação de produtos, construção, etc.

Precisa Gide (op. cit., 580) êstes objetivos às cooperativas:

1.º — A emancipação económica de certas pessoas para poderem elas dispensar intermediários e se bastar a si próprias.

2.º — Substituir a competição pela solidariedade e a divisa “Cada um por si”, pela “Cada um por todos”.

3.º — Generalizar a propriedade, tornando-a acessível a todos e nunca abolí-la.

4.º — Elas não visam a eliminação do capital, porém, assumir o posto diretor na produção ora exercido por êle e também auferir a parte de lucros ora usufruída pelo capital.

5.º — Educação, notadamente para o desenvolvimento da aproximação humana, vivida objetivamente pela reciprocidade de auxílios. Constitui o cooperativismo, sem dúvida, o alicerce da solidariedade entre os homens,

Difundido êle nas nações, verificar-se-á maior compreensividade entre os povos, resultando maior capacidade e possibilidade de entendimentos e assistência universais.

Geralmente, ao exporem pensamentos ou tentativas de confraternização universal, remontam-lhes prógonos ao passado, pelo menos até o Milagre Grego, instigados necessariamente por esta grande verdade, — excetuando os fenómenos meteorológicos, tudo o mais veio de lá, consoante Croisset.

E invocam Pitágoras, Platão, e fora de lá, Buda, Jesús.

Afigura-se-me, porém, tão pequenino o mundo dêsses prodigiosos precursores !

Escolhi, pois, como os idealistas ou filósofos desta minha propaganda socio-económica da paz humana, More e Campanela, por sua vinda se verificar depois dos descobrimentos marítimos.

Cresceu, então, a terra com os novos mundos lhe incorporados, Américas e Oceania.

Aconteceu como numa representação: Em vez de comprimida num cenário artificial e diminuto de um teatro, alargou-se sôbre a paisagem do globo.

Deixaram os acontecimentos de utilizar como palco apenas a Europa, principalmente o Mar Mediterrâneo e o Oriente, para se projetar sôbre tódo o planeta.

Queriam aquêles sonhadores uma melhora universal, um de caráter mais político, More, o outro, Campanela, social. Aquêles exerceu influência na sua e noutras nações. E êste suscitou a vasta experiência da República Teocrática dos Jesuitas, no Paraguai (Tristão da Cunha — *Sistemas Socialistas*, pág. 79), daria ainda muitas voltas o nosso astro antes de experimentações realísticas pela aproximação dos homens.

Certo, ajudaram os filósofos do século XVIII a abrir picadões, locar e rasgar estradas naquele rumo alcandorado.

Não passaram, porém, em verdade, de metafísicos. E enxergaram, em regra, povos e não a humanidade, nações, e não, a sociedade.

Tornaram-se, entretanto, as consequências de sua pregação, de proporções imprevisíveis e irredutíveis.

Proclamaram-se cartas dos direitos do homem.

Entre êles refulgia o da igualdade perante a Lei. Cintilava o da liberdade — Inovava-se e implantava-se definitivamente a democracia — brotando, frondejando, frutificando de maneira indestrutível nos Estados Unidos da América do Norte.

Ocorria também, contemporaneamente, o surto da escola liberal, correspondente, em economia, às conquistas sociais e políticas de outros terrenos e domínios.

Encontraram ciências, letras e artes, daí em diante, clima propício às suas expansões num ritmo superador do conjunto ou soma de todas as conquistas dos homens desde seu aparecimento no orbe, principalmente no campo científico.

Nos séculos XIX e XX, lograram-se comodidades e aperfeiçoamentos técnicos em quantidade, qualidade, eficiência, e alcance jamais globalmente atingida — repito.

Dera-se a Primeira Revolução Industrial. Constatara-se o assombroso fenómeno social da formação do proletariado.

Deparavam-se, em pleno romantismo idílico, os quadros rudemente realísticos da imensa miséria humana.

Deixara a fome de constituir trivial manifestação biológica da “COI-SA” — homem, para traduzir, em sua patética eloquência, libelo proclamador de existirem erros na organização social.

Documentam Saint Simon, Fourier e Owen uma preocupação sincera, programas pessoais como tentames à extinção do mau estar social.

Imolaram-se-lhes tôdos êles, principalmente o último, aos ideais de justiça social.

Não passavam seus generosos planos de bosquejos de um inquieto anseio de resolver o problema de maior igualdade económica entre os homens.

Ficaram, porém, como faróis e fontes genéticas, indicando traçados e sugerindo fórmulas.

Inspirou Saint Simon dois movimentos opostos: O comtismo, pois seu chefe seguia aquele como discípulo, (334) e o socialismo científico, influenciado em mais de um de seus dogmas pelo turbulento renovador e socialista francês. (335)

Owen, embora apenas realizador, sacrificou tudo ao seu ideal social de promover o bem estar de seus semelhantes.

Segue-se, na sinópse, a denominação — Ação religiosa com os designativos Igreja Católica Apostólica Romana e Protestantismo.

Achamo-nos aqui diante das duas mais vastas e complexas organizações sociais no sentido da difusão de princípios sectários e, sem dúvida, no da disseminação de educação e assistência no plano mundial.

Como cristãos, reconhecemos e proclamamos a eficiência de sua atividade na objetivação da melhoria das massas em todas as latitudes, continentes e nações, sem distinção de raças, castas, etc.

Desenvolvem por meio de templos, escolas, asilos, oficinas, orfanatos, pupilarias, hospitais, etc. intensa, fortíssima ação, a um tempo catequizadora e amparadora aos necessitados.

Exemplificam essas igrejas a completa possibilidade de cometimentos universais de finalidades educativas e económicas.

Valem como padrão de eficácia de trabalho a serviço da humanidade.

Completam-se, aliás, como paradigmas com outras instituições em cujo surto sucessivo como que se nota a intervenção da providência.

Chama-se a primeira, por mim localizada no âmbito da ação social, Cruz Vermelha. Adquiriu caráter profundamente universal.

E se rodeou do prestígio do consenso legal dos povos civilizados. Todos êles a aceitam como instrumento de neutralidade.

Sua interferência ocorrendo em auxílio de feridos de ambas as partes, defendendo, de acôrdo com a legislação internacional, os prisioneiros, in-

cluida a troca deles, seu socorro às populações da retaguarda, aliviando-lhes dificuldades e sofrimentos, suavizam a tragédia da guerra e alertam a consciência universal sobre a existência dos direitos supremos da humanidade acima de ódios entre nações e indivíduos.

Assumiu também o escotismo, criado pelo general Robert Baden Powell em 1908, papel de suma importância do fomento de relações pacíficas entre os povos. Buscando a juventude e atuando sobre ela, sob o estímulo dos princípios da lealdade, assistência mútua, cordialidade, realiza obra saudável e impregnada dos mais altos e puros sentimentos de verdadeira solidariedade.

Constitui instrumento eficiente os sedimentos de hostilidade ainda notados entre os povos.

Representa a propagação mundial e sistemática do escotismo ótimo recurso de imunização contra a guerra.

Traduzindo uma continuidade dessa organização, sobreleva o Rôtery Clube, de simpática finalidade de aproximação entre os homens, com os rigores de uma ética pragmatizada pelo desígnio de servir.

Enlaçando todas as classes produtivas da coletividade dentro numa atmosfera de sociabilidade perfeita, vem o Rôtery Clube desempenhando útil missão em prol da humanidade.

Neste ano de 1948, concentraram-se no Rio de Janeiro, Brasil, milhares de seus componentes, a maioria acompanhados de membros de sua família, provenientes de todos os quadrantes da terra.

Capitalistas, industriais, comerciantes, médicos, advogados, jornalistas, engenheiros, militares, professores, farmacêuticos, odontólogos, químicos, veterinários, agricultores, políticos militantes, indivíduos das mais variadas condições econômicas e sociais e níveis de cultura, num poliglotismo amistoso, passaram dias atando e estreitando relações definitivamente soldáveis pela distância e pelo tempo.

Destacam-se, numa época ainda marcada de odiosidades entre as nações, seus resultados sobre a aproximação efetiva dos homens, ao impulso do coração, como um trabalho digno do maior apreço.

Considero o rotarismo uma das mais poderosas instituições civis a serviço da fraternidade humana.

Ao se historiar um dia os esforços de homens de pensamento e de Estado em prol da paz, emergirão os juristas num resplendor de percursores e apóstolos.

Concentrando em Hugo Grotius uma etapa da ciência do direito internacional, observamos agir ele e seus antecessores Francisco de Vitoria, Alberico Gentili, Francisco Suarez (336) no sentido de estabelecimento de uma ordem construída sobre o direito.

“Suas regras e princípios — realça Mário Pessoa (337) — inspiraram a conduta política de muitos regentes europeus”.

Elaboraram-se através de peripécias complicadas, entre ameaças de guerra e amplos movimentos pela paz, diretrizes disciplinando as atividades humanas e coletivas no plano universal, codificando-se mesmo

praxes até milinárias, pois se pode falar de um direito consuetudinário no espaço e no tempo, fadado a aprimorar as relações concretas entre os povos e a amenizar os efeitos cruentos e deploráveis da guerra.

Entre os institutos surgidos desses trabalhos jurídicos dos mestres do direito, com surpreendente eficácia nos negócios exteriores, menciono a letra de câmbio.

Tentei, noutro capítulo, produzir o elogio desse maravilhoso instrumento económico e social, posto lhe conferir específico e preponderante papel no estreitamento e continuidade do intercâmbio humano.

Entre as leis internacionais a dela desfruta posição saliente, dada a vultuosidade de riquezas por ela produzida e mobilizada.

Possui, como nem um outro aparelho idealizado pelo cérebro do homem, o divino dom da ubiquidade.

Entre as criações de cunho político cito: 1) — A União Panamericana; 2) — A Sociedade das Nações; 3) — A Organização das Nações Unidas (ONU).

Afirma-nos uma tradição pátria a existência dos germes da americanidade, no exato sentido da associação de todas as Américas, na atuação diplomática de suas figuras radiosas da nossa cultura: Alexandre de Gusmão e José Bonifácio.

Ambos, a seu modo e na forma do tempo, trataram de uma aproximação interamericana.

Exprimiu um ideal de emocionante senso político e humano.

Jazeu sua semente em latência. E brotou vigorosa, numa manifestação triunfante, a União Panamericana.

Estabeleceu-a a resolução aprovada a 14 de abril de 1890 pela Primeira Conferência Panamericana (Washington 1889-1890). Seu primeiro nome consistiu nestas palavras pouco significativas: “Escritório Comercial das Repúblicas Americanas”. (338).

Subministra-nos Mário Pessoa estas informações sobre o evoluer dessa notabilíssima agremiação interamericana: Na 2.^a conferência, no México, de 1901 a 1902, tomou um nome mais compatível com seus fins, Escritório Internacional das Repúblicas Americanas. A denominação presente, proveio da 4.^a conferência executada em Buenos Aires em 1910.

Na sexta reunião, em Havana, em 1928, se deliberou conceder-lhe estatuto ainda não materializado.

Visa a União Panamericana a promover — ensina aquele autor, — “entre as 21 repúblicas americanas, entendimento, amizade e cooperação comercial e paz”.

Exerceram suas conferências, depois da segunda guerra mundial, precedidas ou seguidas da dos Chanceleres das 21 repúblicas, poderosa influência na marcha dos acontecimentos ligados com aquele conflito.

Começou a viver o mais formoso sonho de uma cooperação para resolver o problema da paz depois da segunda guerra mundial. Soltou Woodrow Wilson as asas da imaginação. E premeditou uma organização depositária de sua confiança para cumprimento daquela bela missão.

Surdiram ,porém, e trabalharam terríveis interesses. E o sonho do notável pacifista sofreu mutilações. E padeceu o golpe profundo do repúdio de sua própria pátria.

Mesmo assim, instalou-se a Sociedade das Nações. E funcionou, procurando executar sua tarefa.

Compuseram-na e apoiaram-na mais de 50 nações.

Desenvolvia a par com sua atuação política, procurando solucionar graves complicações internacionais, nobre esforço social.

Foi considerável sua intervenção no estudo e solução de questões atinentes à economia, ao trabalho, à higiene, à educação, etc.

Podem-se arrolar frutos valiosos dessa atividade.

Suficiente referir a legislação social, indiscutivelmente influenciada pela Sociedade das Nações através de seu ativo "Bureau Internacional do Trabalho". Obrigaram-se os membros da Sociedade, por convenções solenes, a introduzir reformas na legislação trabalhista para favorecer os operários de ambos os sexos e tôdas as idades.

Recebeu no Brasil a questão social essa benéfica influência.

Adotaram-se medidas importantíssimas, favorecendo o trabalhador através de exigências quanto a horário, retribuição, condições da atividade funcional, etc.

Faltando, porém, na parte política, o fator coerção, ou melhor, o poder, fôrça a serviço do direito, a Sociedade das Nações, desprestigiada pela sua inoperância diante dos fatos, entrou em agonia.

Ela, deixou entretanto rica experiência. Recolheu ensinamentos valiosíssimos. Depois dela acharão outras organizações, em seu documentário, sólidas lições objetivas sobre como viver e produzir um mecanismo dessa natureza tão necessária à paz e à humanidade.

Já funciona sua sucessora, a Organização das Nações Unidas com maiores probabilidades de êxito, devido precisamente à posse de elementos de coacção. Noutra parte deste capítulo, registrei, relativamente aos pontos basilares desta tese, o subscrito da lei da ONU.

A proporção do seu desenvolvimento e à medida do aparecimento das ocorrências, certificam-se-lhes os componentes da imprescindibilidade de recursos para a execução de seu formidável programa.

Solicitada mesmo a intervir em casos delicadíssimos, sinão muito perigosos, os vai resolvendo razoalmente.

Por outro lado, sua preocupação com as questões da vida dos povos lhe enche o programa de alcance para o estabelecimento da paz em bases efetivas.

Educação, alimentação, higiene, artes, etc. constam de sua agenda e avulta-lhe de contínuo o trabalho de pesquisas.

Aliás, a eficiência e utilidade de institutos anteriores e com demonstrações duradoiras de sua aptidão a serviço das relações entre os homens me convencem do nosso progresso e da esperança na instalação de fôrças destinadas a resolver as questões da produção e distribuição universal.

Constituem a União Postal Universal, A União Postal Americana, as

Convenções Internacionais de Radiotelegrafia, Aeronavegação e Navegação Marítima e Trânsito Terrestre realizações geniais com ação na esfera universal. Formam entidades com funcionamento numa rotina comum. Seu pleno acatamento entre os povos, nos períodos mais perturbados de suas vidas e sua restauração tanto se findem aquelas depois de guerras e desordens sociais, provam a minha tese.

Porém, duas extraordinárias formações recentes, na órbita económica, melhor ainda evidenciam caminhar-mos rapidamente para a solução dos problemas por mim, ousadamente, mas de boa intenção, agitados nesta minha insignificante tese.

Trata-se da UNRRA (United Nations Relief and Rehabilitation Administration) ou, em vernáculo, Administração das Nações Unidas para Reabilitação e do plano Marshall.

Valem por duas extensas experimentações no terreno prático da capacidade de auxílio à tarefa hercúlea de recuperação dos homens no decurso ou depois de devastadora guerra.

Após essas aplicações, ninguém pode nem deve duvidar da possibilidade de os povos se prestarem assistência de modo a eliminar ou atenuar os sofrimentos sociais.

Para mim, pacifista irretratável, os conflitos armados se me afiguram nocivos.

Como, porém, segundo a voz popular, não existe mal sem algum bem, chego a aceitar como um benefício dela a oportunidade de se colherem os resultados das duas vastas experiências acima aludidas, a UNRRA e o Plano Marshall.

Ao encerrar esta produção, reitero as afirmações expostas ao largo de seus capítulos, visando ao desbaste dos caminhos da paz.

Para mim, depende da vontade dos homens segui-los para garantí-la à pobre humanidade.

Fala o sutil Pascal (339) da existência no homem de uma guerra intestina entre a razão e as paixões e Bilac, num verso imortal (340), constata o encontro, dentro em nós, de "um Deus que chora e um Demônio que ruge".

Noutras passagens dêste opúsculo, invoquei o testemunho de celebridades mundiais para elucidarem os motivos de se queimarem montanhas de trigo, trucidarem milhões de carneiros, destruírem toneladas de leite, apesar da existência aterradora de biliões de entes humanos devastados pela fome.

Proclamavam aquêles depoimentos de vozes eminentíssimas e insuspeitas a culpabilidade da ambição de lucros.

Esse o homónimo de um dos diabos localizados na profundidade da subconsciência de plutocratas. E contra êle luta, perene e horripelantemente, uma divindade amargurada por aquêles espetáculo de miséria e desolação observado no mundo.

Mister vencerem e cooperarem, em benefício da paz, pela resolu-

ção do problema de assegurar ao mundo maior produção, melhor distribuição para maior igualdade entre os homens. Importa esta tese uma demonstração de minha fé e minha confiança na sua possibilidade.

E a verei, ainda nesta vida, corroborada pela realização da paz no universo.

Curitiba, Dia de Carmen, 25 de outubro de 1948.

Citações do capítulo n. 14

- 329 — Queiroz Lima — Sociologia Jurídica, pág. 272.
- 330 — Bertrand Russell — O poder dos homens e dos povos, pág. 107.
- 331 — Planificação, pág. 285.
- 332 — Du rôle de L'Etat, pág. 6.
- 333 — John Maynard Keynes — Essais de persuasion, pág. 266.
- 334 — René Gonnard, História das Doutrinas Económicas, III, 32; Tristão da Cunha — Sistemas Socialistas, pág. 43.
- 335 — Charles Gide e Charles Rist — História das Doutrinas Económicas, pág. 244.
- 336 — Clovis Bevilacqua — Direito Internacional, I, II; Mário Pessoa — O Direito Internacional Moderno, págs. 28 e 29.
- 337 — Op., e loc. cit.
- 338 — Mário Pessoa, op. cit. 85.
- 339 — Blaise Pascal, Pensées.
- 340 — Poesias — Olavo Bilac, pág. 310.

B I B L I O G R A F I A

Muito dificilmente, pode um autor mencionar a totalidade das obras utilizadas em produção cultural ou científica. Constituindo o saber o resultado de várias formas de acessão, assemelhadas à avulsão e ao aluvião ou significando a sedimentação dos conhecimentos passados do conciente para o inconciente, como queria o velho Lebon, influi sôbre a criação, não em emersões macissas.

Porém, antes por uma filtragem, ou por impregnação, assimilamos umas noções e refugamos outras. Só registrei os livros compulsados nêstes últimos anos e efetivamente usados por mim.

A quási totalidade dêles me pertence, pois de alheios só figuram no rol pouco mais de uma dúzia, me cedidos pelo meu mestre e amigo dr. Azevedo Macedo.

Relevem-me os colendos examinadores a pobreza dêste catálogo. Traduz culpa ou desídia não me imputável, porém, às circunstâncias e ao meio.

Dentro em meus recursos, executei o possível, e até mesmo o impossível, por suprir em diligência e esforço essa penúria.

Entretanto, supro a deficiência em quantidade com a qualidade.

Quási tôdos os autores citados ou pertenceram ou pertencem às mais afamadas Universidades do mundo, como seus professores eminentes, desde Adam Smith a Alfred Marshall, de Canaan e Keynes, Pigou e Robbins, na Inglaterra, Garver, Hansen, Taussig, Boulding, nos Estados Unidos, Loria, Pantaleoni, Luzzatti, na Itália, Gide, Nogaro, Murat, Pirou, Leroy, Beaulieu, na França, Pareto, Walras, na Suíça (onde lecionaram), Djacir, Almeida Nogueira, Nogueira de Paula, Portocarrero, Josué de Castro, no Brasil.

-
- ALFREDO MARSHALL - "Principios de Economía Política" — Ed. Fondo Cultura, Mexico.
A. C. PIGOU - "Teoría y realidade economica" — Fondo de Cultura Economica, México, 1942.
ALBERT SCHWEITZER - "Decadência e regeneração da cultura" — Edições Melhoramentos, São Paulo, 1948.
ARMANDO TEMPERANI PEREIRA - "Introdução à Economía Política" — Of. Gráf. Livraria Globo, Porto Alegre, 1946.
ANDRE PIETTRE - "Economie dirigée, d'hier et d'aujourd'hui" — Librairie de Médicis, Paris, 1947.

- IDEM - "La politique du pouvoir d'achat" — Librairie de Médicis, Paris, 1938.
- ANTONIO ROBERT - "Los payses olvidados y la economia de la paz" — Epsacalpe, Madrid, 1944.
- ALFRED JOURDAIN - "Du rôle de l'Etat dans l'ovre économique" — Librairie Nouvelle Droit et Jurisprudence, Paris, 1882.
- A. MURAT - "Initiation à la Théorie Economique" — Presses Universitaires de France, Paris, 1943.
- ARTHUR BIRNIE - "História Económica da Europa" — Fondo de Cultura Economica, México, 1944.
- ADAM SMITH - "The Wealth of Nations" — The Modern Library, New York, com prefácio de Edwin Canaan.
- ACHILLE LORIA — Unione Tipografico Editrice Torinese, Turim, Itália.
- ARISTOTELES - "A política" — Atena Editora, São Paulo.
- IDEM - "Étique de Nicomaque" — Librairie Garnier, Paris, 1949.
- IDEM - "Rhétorique" — Société d'Édition Les Belles Lettres, Paris, 1932.
- ARY MAURELL LOBO - "Tratado de Economia Política Realística e Etonômica" — Edição da Biblioteca Profissional Brasileira, Rio, 1945.
- ANTONIO PEREIRA DE FIGUEIREDO - Biblia — Lisboa, 1896.
- ADAM SMITH - "Ricchezza delle Nazione" — Unione Tipografico - Editrice Torinese, Torino, Itália, 1948.
- BERTRAND NOGARO - "Cours d'Economie Politique", 3.a edição, 1946 — Editions Donat Montcretien, 2 vols.
- BELA SZEKELY - "De Taylor a Stajanow" — Buenos Aires, 1946, Editorial Colomino.
- BERNARD LAVERGNE - "La crise e ses remèdes" — Librairie de Médicis, Paris, 1938.
- BARTHELEMY RAYNAND - "La loi naturelle en économie politique" — Editions Donat-Montchretiens, Paris, 1938.
- BERTRAND NOGARO - "La méthode de l'Economie Politique" — Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1939.
- CHARLES GIDE - "Cours d'Economie Politique" — Charles Gide, Librairie Sirey, 1913.
- CLOVIS RIBEIRO - "Economia Política Sociológica" — São Paulo, 1943.
- C. J. FUCHS - "Economia Política" — Labor, Barcelona, 1942.
- CHARLES COQUELIN e GUILLAUMIN - "Dictionnaire de l'Economie Politique" — Bruxelles, Merline, Cans et. Cia., 1853.
- CARLOS PORTOCARRERO - "Lições de Economia Política" — F. Briguier & Cia., Rio, 1944.
- CLIVE DAY - "História do Comércio", dois volumes — Fondo de Cultura Economica, México, 1941.
- CEZAR CASTANHEDE - "Curso de Organização do Trabalho, Editora Atlas, São Paulo.
- CHARLES GIDE - "Compêndio de Economia Política" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1929.
- CHARLES GIDE e CHARLES RIST - "História das Doutrinas Económicas" — Livraria Alba, Editora, Rio, 1941.
- CASSIANO RICARDO - "Marcha para o oeste", 2.a edição — Ed. José Olímpio, Rio, 1942.
- CLEMENTE ATLEE - "Bases e Fundamentos do Trabalhismo" — Edit. A Noite, Rio.
- CAIO PRADO JUNIOR - "História Económica do Brasil" — Editora Brasiliense, Ltda., São Paulo, 1945.
- CLARENCE JONES e GORDON DARKENWALD - "Geografia Económica" — Fondo de Cultura Economica, México, 1944.
- CLOVIS BEVILAQUA - "Código Civil Brasileiro" — Livraria Francisco Alves, Rio, 1944, 6 volumes.
- C. COLS - "Organismo económico e social" — Livraria Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1914.
- CLOVIS BEVILAQUA - "Direito Internacional" — Livraria Francisco Alves, Rio, 1911.
- DANIEL MARTNER - "Economia Política" — Santiago de Chile, Imprensa Universitária, 1925.
- DAVID RICARDO - "Princípios de Economia Política e de Tributação" — M. Aguilar, Madrid.
- DJACIR MENEZES - "Preparação ao método científico" — Civilização Brasileira, Rio, 1938.
- IDEM, "Curso de Economia Política" — Livraria Editora Freitas Bastos, Rio, 1947.
- IDEM - "Economia Política" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1936.
- DONALD PIERSON - "Teoria e pesquisa em sociologia" — Edições Melhoramentos, São Paulo, 1945.
- DONALD PIERSON - "Estudos de Ecologia Humana" — Livraria Martins - Editora - São Paulo.
- EMERY REVES - "Anatomia da Paz" — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1946.
- EMILE DE LA VELEYE - "Elements d'Economie Politique" — Hachette et Cia., Paris, 1908.
- EDWARD C. KIRKLAND - "História Económica dos Estados Unidos" — Fondo de Cultura Economica, México, 1941.
- EDWIN CANAAN - "História de las teorías de la produccion y distribuicion" — Fondo de Cultura Economica, México, 1942.
- EUGENIO GUDIN - "Princípios de Economia Monetária" — Agir, Rio, 1947.
- EDWIN CANAAN - "Teoria económica" — Ed. Fondo de Cultura Economica, México, 1940.
- E. H. ANDERSON e F. T. SCHWENNING — Editora Atlas S. A., São Paulo, 1944.
- EUGEN VON BOHR BAWERK - "Capital e Interesse" — Ed. Fondo de Cultura Economica, México, 1947.

- ELAINE SANCEAU - "D. Enrique, o Navegador" — Livraria Civilização, Porto, 1942.
- EMILIO WILLEMS - "Elementos de História de Economia Geral" — Livraria Globo, Porto Alegre, 1936.
- EDUARDO PRADO - "A Ilusão Americana" — Civilização Brasileira, 1933.
- FRANK WILLIAM TAUSSING - "Princípios de Economia" — Epasa-Calpe, Buenos Aires, Argentina, 1945.
- FREDERICO VON KLEINWACHTER - "Economia Política", Barcelona, 1929.
- FREDERICO LIST - "Economia Nacional" — Edição Fondo de Cultura Económica, México, 1942.
- FREDERIK BENHAM - "Curso Superior de Economia" — Fondo de Cultura Económica, México, 1941.
- FRIEDRICH VON HAYECK - "L'Economie dirigée au régime collectiviste" — Librairie de Médecis, Paris, 1939.
- FRANÇOIS SIMIAND - "Inflation et stabilisation alternées — Le développement économique des États Unis" — Paris, Les éditions Donnât-Montcretien.
- FREDERICO BASTIAT - "Mélanges d'Economie Politique", 4 vols. — Melanie, Cans et Cie., Paris, 185.
- FRANCISCO ZAMORA - "Economia Teórica" — Editorial America, 1943.
- FRANÇOIS PERROUX - "La valeur" — Presses Universitaires de France, Paris, 1943.
- FRANCISCO VITO - "Introduzione alla Economia Politica" — Dott. A. Giuffré, Editore, Milão, 1948.
- FELIPPE GUIGNABAUDET — Plon, Paris, 1942.
- FREDERICO WISLOW TAYLOR - "Princípios de Administração Científica" — S. A. Editorial de Enseñanza, Buenos Aires, 1944.
- IDEM - "Administração de Oficinas", idem, 1945.
- FREDERICO B. GARVER e ALVIN ARVEY HANSEN - "Princípios de Economia" — M. Agnilar, Madrid 1946.
- FIRMIN ROZ - "História dos Estados Unidos" — Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942.
- FRANKLIN DELANO ROOSEVELT - "Nossa democracia em ação" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1942.
- G. H. WELLS - "El trabajo, la riqueza y la dicha de la humanidad" — Editorial Claridad, Buenos Ayres, 1946.
- GOLTFRIED HARBERLER - "Prosperidade e depressão" — Fondo de Cultura Económica, México, 1945.
- GUSTAVO GLOTZ - "História Económica da Grécia" — Edições Cosmos, Lisboa, 1946.
- GAETAN PIROU - "As teorias do equilíbrio económico" — Edições Donnât Montcretien, Paris, 1946.
- GIACOMO LUZZATTI - "Lezioni di Economia Politica" — Piacenza, Itália, 1886.
- GUSTAV STOLPER - "História Económica da Alemanha" — Fondo de Cultura Económica, México, 1942.
- GUSTAVO CASSEL - "Pensamentos fundamentais em economia" — Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1944.
- GUSTAVO CASSEL - "Economia Social e Teórica" — Ed. M. Aguilar, Madrid, 1946.
- GILBERTO FREYRE - "Sociologia" — Ed. Jos- Olímpio, 2 vols. Rio, 1945.
- IDEM - "Casa Grande e Senzala" — Ed. José Olímpio, Rio, 1943, 4.a ed.
- IDEM - "Sobrados e mocambos" — Ed. José Olímpio, Rio, 1936.
- HENRI LAFENBURGER - "Intervencion del Estado en la vida económica" — Fondo de Cultura Económica, 1945.
- H. D. HENDERSON - "As leis da oferta e da procura" — Fondo de Cultura Económica, México, 1940.
- HERBERT BALDUS e EMILIO WILLEMS - "Dicionário de Etnologia e Sociologia" — Companhia Editora Nacional, 1939.
- HAROLD LASKI - "O Estado Moderno" — Libreria Bosch, Barcelona, 1932, 2 volumes.
- IDEM - "Reflexões sobre a revolução de nossa época", pág. 21.
- HENRI MATHIEU - "Physiologie de la monnaie" — Presses Universitaires, Paris.
- HENRY DUNNING MATHIEU - "Elementos de Economia Política" — Rio de Janeiro, 1873.
- HENRI CULMANN - "Les Services Publics Economiques" — Presses Universitaires, 1943, Paris.
- HANS Kelsen - "La paz por medio del Derecho" — Editora Losada, Buenos Aires, 1946.
- HANS Kelsen - "La ideal de Derecho Natural" — Editora Losada, Buenos Aires, 1946.
- HANS Kelsen - "Teoria geral do Estado" — Labor, Barcelona, 1934.
- HENRI KANSER - "Les débuts du capitalisme" — Librairie Felix Alcan, Paris, 1931.
- HENRY WALLACE - "O século do homem do povo" — Livraria José Olímpio, Rio, 1944.
- HENRI GEORGE - "Progresso e pobreza" — Companhia Editora Racional, São Paulo, 1936.
- HENRI GEORGE - "A questão obreira" — Editorial Claridad, Buenos Aires.
- HAROLD G. MOULTON - "La organización financiera y el sistema económico" — Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1944.
- HERBERT BALDUS e EMILIO WILLEMS - "Dicionário de Etnologia e sociologia" — Companhia Editora Nacional, 1939.
- HEINRICH SIEVEKING e C. BECKER - "História Económica Universal" — Ed. Milagr, o México, 1943.
- HAROLD LASKI - "O Estado Moderno" — Livraria Bosch, Barcelona, 1932.
- HERBERT MARITIN - "O futuro económico social da Europa" — Editora Atlas, Rio, 1946.
- J. E. MEADE - "Economia. La ciencia e la política" — Fondo de Cultura Económica, México.

- JOSEPH A. SCHUMPETER - "Teoria do desenvolvimento económico" — Fondo de Cultura Económica, 1944.
- JEAN LESCURE - "Etude sociale comparée des régimes autoritaires" — Paris, Les Editions Donat, Montchrestiens, 1946.
- JEAN WEILLER - "Problèmes d'économie internationale" — Presses Universitaires de France, Paris, 1946.
- J. NOVICOW - "O problema da miséria" — Daniel Jorro, Madrid, 1915.
- J. MORINI COMBY - "Mercantilisme et protectionisme" — Librairie Felix Alcan, Paris.
- JAKUES MARITAIN - "Os Direitos do Homem" — Livraria José Olímpio, Rio, 1947.
- J. PAPATERRA LIMONGE - "Manual de Economia Política" — Freitas Bastos, Rio, 1944.
- JEAN BRUNHES - "La géographie humaine" — Presses Universitaires de France, Paris, 2.a ed., 1947.
- JOSUE DE CASTRO - "Geografia da fome" — Empresa Gráfica O Cruzeiro" — Rio, 1946.
- J. L. de Almeida Nogueira - "Curso didático de Economia Política" — São Paulo, 3.a edição, 1927.
- JOHN STUART MILL - "Princípios de Economia Política" — Fondo de Cultura Económica, México, 1943.
- J. B. S. HALDANE - "La desigualdade del hombre" — Editora Lantaro, Buenos Aires, 1947.
- JOHN MAYNARD KEYNES - "Essais de persuasion" — Librairie Galimard, Paris, 1933.
- JOAO FERREIRA DE ALMEIDA - Biblia - Lisboa e Rio, 1925.
- J. F. NORMANO - "As idéias económicas na América do Norte" — Editora Atlas, São Paulo, 1945.
- KENNETH E. BOULDING - "Economie de Paris" — Librairie de Médicis, Paris, 1946.
- LIONEL ROBBINS - "Naturaleza y Significacion de la ciencia economica" — Fondo de Cultura Económica, México, 1944.
- LOUIS BAUDIN - "Le crédit" — Fernand Arbier, Paris.
- LUIZ SOUZA GOMES - "Dicionário Económico Comercial e Financeiro" — Pongetti, Rio, 1942.
- LOUIS POMERY - "Aperçu d'histoire économique contemporaine" — Librairie de Médicis, Paris, 1947.
- LEON WALRAS - "Abrégé des Elements de Economie Pure" — Librairie Générale de Droit, Paris, 1938.
- IDEM - "Etudes d'Economie Politique Appliquée" — Librairies Editeurs Pichon et R. Durant Auzias.
- IDEM - "Etudes d'Economie Sociale" — Librairies Editeurs R. Pichon et R. Durant Auzias, Paris, 1936.
- LUIZ SOUZA GOMES - "Moeda e Preços, Créditos e Bancos" — Pongetti, Rio, 1947.
- LEAO XIII - "Rerum Novarum", Enciclica de 1891 — Boletim do Ministério do Trabalho da República do Brasil.
- MAURICE DOBB - "Economia Política e Capitalismo" — Fondo de Cultura Económica, México, 1946.
- MAFFEO PANTALEONI - "Princípios de Economia Pura" — Atena Editora, S. Paulo, 1939.
- MAURICIO COLBOURNE - "La Economia Nueva" — Labor, Barcelona, 1936.
- MARIANO ALCACER - "Economia Social" — Editorial America, México, 1945.
- MAX WEBER - "Economia e Sociedade", 4 volumes — Fondo de Cultura Económica, México, 1944.
- MARIO CONDE - "Ensayo de reconstruccion de la ciencia economica" — Editorial Labor, Barcelona, 1944.
- MAX GEORGE SCHMIDT - "História do Comércio Mundial" — Ed. Labor, Barcelona, 1938.
- MIHAIL MANOILESCO - "Século do Corporativismo" — Livraria José Olímpio, Rio, 1938.
- MARIO PESSOA - "O direito internacional moderno" — Livraria Freitas Bastos, Rio.
- N. S. B. GRAS - "Introdução à história económica" — Livraria Martins, Editora, São Paulo, 1943.
- PIERRE DUMONDION - "L'Artesanat dans l'Etat Moderne" — Les Editions Donnat.
- P. H. REYNAUD - "Economie et psychologie experimentale" — Librairie Générale de Montchretien, Paris, 1943.
- Droit et de Jurisprudence, Paris, 1946.
- PAUL LEROY BEAULIEU - "De la Repartition des Richesses" — Guillaumin & Cie., Paris, 1881.
- PAUL LEROY BEAULIEU - "Traité d'Economie Politique", 4 volumes — Librairie Guillaumin & Cie., Paris, 1896.
- PONTES DE MIRANDA - "Democracia, Liberdade, Igualdade" — Livraria José Olímpio, Rio, 1945.
- PITIRIM SOROKIN - "A crise de nosso tempo" — Editora Universitária, S. Paulo, 1946.
- ROMULO AMADEU - "Economia Política y Social" — Buenos Aires, 1937.
- RAYMOND BORROW - "Planificação económica" — Editorial America, México, 1943.
- RICHARD LEWINS OHN - "Trustes e Cartéis" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.
- ROBERT NATHAN - "Caminho da abundância" — Fondo Cultura Económica, México, 1944.
- RICARDO BACHI - "Principii di Scienza Economica" — Dott. e Giuffrè, Editore, Milão, 1947, 2.a edição.
- RENE GONNARD - "La Conquête Portugaise" — Librairie des Médicis, Paris, 3.o trimestre de 1947.
- RENE GONNARD - "História das Doutrinas Económicas", 3 volumes — Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1942.
- ROBERTO SIMONSEN - "História Económica do Brasil" — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.

STEFAN TH. POSSONY - "L'Economie de la Guerre Totale" — Paris, Librairie des Mé-
dics, 1939.

TOMAS ROBERTO MALTHUS - "Saggio sul principio di popolazione" — Unione tipo-
grafico editrice Torinese" -- Torino, Itália, 1946.

TOMAS ROBERTO MALTHUS - "Principios de Economia Política" — Fondo de Cultura
Económica, México, 1946.

VILFREDO PARETO - "Manual de Economía Política" — Editorial Atalaya, Buenos
Aires, 1945.

VIDAL DE LA BRACHE - "Principios de Geografía Humana" -- Edições Kosmos, Lis-
boa, 1946.

VALPÖRE DE CASTRO CAIADO - "Código do Processo Civil" -- A. Coelho Franco Fo.,
Rio, 1941.

WOLFGANG HELLER - "Diccionario de Economía Política" — Labor, 1937, Barcelona.

WERNER SONBART - "O apogeu do capitalismo" -- Fondo de Cultura Económica, Mé-
xico, 1946.